



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
(Criada pela Lei nº 13.456 de 16 de abril de 1999, publicada no DOE - GO de 20 de abril de 1999)
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS SÓCIO ECONÔMICAS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
TERRITÓRIO E EXPRESSÕES CULTURAIS DO CERRADO (TECCER)
MESTRADO

TÁLLITON TÚLIO ROCHA LEONEL DE MOURA

A FRONTEIRA DE SANGUE:
História e Literatura nas representações da violência em Goiás na passagem dos séculos XIX ao XX.

Anápolis
2015

TÁLLITON TÚLIO ROCHA LEONEL DE MOURA

A FRONTEIRA DE SANGUE:

História e Literatura nas representações da violência em Goiás na passagem dos séculos XIX ao XX.

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Saberes e expressões culturais do Cerrado.

Orientador: Dr. Sando Dutra e Silva

Anápolis
2015

Ficha catalográfica

M929f

Moura, Tálliton Túlio Rocha Leonel de.

A Fronteira de sangue [manuscrito]: história e literatura nas representações da violência em Goiás na passagem dos séculos XIX ao XX. / Tálliton Túlio Rocha Leonel de Moura. - Anápolis, 2015. 105 f. : 30cm.

Orientador: Dr. Sandro Dutra e Silva.

Dissertação (Mestrado TECCER – Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de Ciências Sócio- Econômicas e Humanas , Anápolis, 2015.

Inclui bibliografia.

1. História. 2. História – Goiás(Estado) – Séculos XIX- XX. 3.Violência – Cerrado goiano – Séculos XIX - XX. 4.Viegas, Catulino Antonio – Relatos históricos – Violência – Fronteira goiana. I. Título.

CDU:94:316.24(817.3-04)(043.3)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes

Bibliotecária do CCSEH

CRB1/2385

TÁLLITON TÚLIO ROCHA LEONEL DE MOURA

A FRONTEIRA DE SANGUE:
História e Literatura nas representações da violência em Goiás na passagem dos séculos
XIX ao XX.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Saberes e expressões culturais do Cerrado.

Orientador: Dr. Sandro Dutra e Silva.

Banca Examinadora:

Anápolis (GO), ____ de _____ de 2015.

Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva – UEG/TECCER
Presidente

Prof. Dr. Ademir Luiz da Silva – UEG/TECCER
Membro

Prof. Dr. Francisco Itami Campos – UniEvangélica
Membro

Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez – UNESP/Assis
Membro

Prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira – UEG/TECCER
Suplente

*Dedico para aqueles que possibilitaram
a realização desse trabalho: Anita,
Tânia e Antônio.*

RESUMO

O presente trabalho tem como intenção analisar as representações culturais da violência desenvolvidas na fronteira goiana na passagem do século XIX e XX. Para empreender essa proposta buscamos analisar as representações da literatura de fronteira e os relatos de vida de Catulino Antônio Viegas, um policial atuante durante a primeira república. Para tanto, nos utilizamos o conceito de fronteira de tradição norte americana e do aporte metodológico da micro história e de análises literárias que buscou entender como a dinâmica da violência sujou de sangue a *fronteira da fronteira* em Goiás.

Palavras Chave – Fronteira – Violência – Goiás – Literatura

ABSTRACT

This paper intends to analyze the cultural representations of violence developed on the frontier of Goiás in the late nineteenth and twentieth century. To undertake this proposal, analysis has been made through literary representations of the frontier and accounts of Catulino Antonio Viegas life, an active policeman during the first republic. Therefore, the concepts utilized are that of North American frontier traditions and the methodological approach of micro history and literary analysis that seeks to understand how the dynamics of violence has smeared blood on the *frontier of the frontier* in Goiás.

Key Words – Frontier – Violence – Goiás – Literature.

*Ossadas humanas alvejam suas extensas planícies,
onde vicejam férteis gramíneas. Muito sangue regou
aquele solo, o que há de torná-lo mais fértil*

(COELHO, 2008, p. 158)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. RUMO AO OESTE: AS FRONTEIRAS ENTRE O MITO DEMOCRÁTICO E A CORDIALIDADE.	15
1.1. <i>FRONTIER</i> E <i>WILDERNESS</i> : A CONSTRUÇÃO DO INDIVIDUALISMO DEMOCRÁTICO NOS ESTADOS UNIDOS.	16
1.2. FRONTEIRA NA INTERPRETAÇÃO DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: O LEGADO DO HOMEM CORDIAL.....	25
1.3. FRONTEIRA GOIÁS.....	30
2. TRILHAS DE SANGUE: DOMINAÇÃO, VIOLÊNCIA E A FORÇA PÚBLICA NA FRONTEIRA GOIÁS.	37
2.1. FORÇA PÚBLICA, CORONÉIS E A VIOLÊNCIA: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR DA FRONTEIRA GOIÁS.	39
2.2. CATULINO ANTÔNIO VIEGAS: UM POLICIAL NA FRONTEIRA GOIANA.....	47
2.3. CATULINO ANTÔNIO VIEGAS: UM RELATO SOBRE A BANALIDADE DO MAL OU O MITO MILITAR-VIRIL?.....	58
3. A RELEMBRANÇA DE TEMPOS BRABOS: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA LITERATURA DA FRONTEIRA.	73
3.1. A LITERATURA DAS RELEMBRANÇAS DA FRONTEIRA NO CERRADO GOIANO.....	73
3.2. AS PERSONAGENS LITERATURA DA FRONTEIRA GOIÁS: JAGUNÇOS E POLICIAIS.....	85
CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
APENDICÊ	106

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve origens ainda em tempo de graduação. Ele foi fruto de um projeto de iniciação científica financiado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) no ano de 2009-2010, com o título de *“Valente mesmo era Catulino”*: um estudo biográfico sobre um policial em Goiás no tempo da república velha em Goiás e teve orientação do professor Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira. No ano de 2013, ao ingressar no programa de pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER), a pesquisa teve continuidade e resultou nesse trabalho. As pretensões iniciais do projeto de mestrado eram trabalhar com um estudo biográfico de Catulino Antônio Viegas para entender a violência em Goiás durante a primeira República, assim como no projeto de iniciação científica. Escolhemos essa personagem por ser um indivíduo comum, membro de classe média urbana em Goiás e por ter participado de eventos exponenciais da primeira república, como a Chacina de São José do Duro (1919), a repressão aos seguidores de Santa Dica (1925) e da prisão de Pedro Ludovico, dias antes da revolução de 1930. Pesquisar a vida de Catulino foi bastante instigante e trouxe uma série de reflexões em torno da sociedade e cultura goianas na primeira República. Quanto mais pesquisávamos sobre esse indivíduo, mais informações surgiam e modificavam os rumos da pesquisa. Esse foi um trabalho lento e gradativo, pois as documentações pesquisadas traziam poucas informações sobre ele. Foram horas no Arquivo Histórico Estadual para encontrar pequenos vestígios sobre o policial. Contudo, sabemos que a pesquisa não se finda aqui, pois muitas lacunas sobre a vida desse policial não foram encontradas e tantas outras documentações ainda podem revelar mais sobre a vida de Catulino.

Ao longo dos dois anos de pesquisa, sobre orientação do professor Dr. Sandro Dutra e Silva, o projeto sofreu diversas modificações, até tomar a atual configuração. Os estudos sobre fronteira foram os escolhidos para nortear a pesquisa, principalmente os influenciados por David McCreery (2006). Esse conceito de fronteira permitiu pensar a violência através de uma nova ótica. Pois, a partir do pressuposto de que a fronteira não se apresenta de maneira homogênea em todos os espaços geográficos, intencionamos observar a particularidade da dinâmica social de Goiás, na passagem do século XIX ao XX. As novas preocupações da pesquisa debruçaram-se a entender as particularidades culturais desse estrato social e não mais pensar em fase de desenvolvimento da modernização para o estado de Goiás, diferente dos estudos clássicos sobre as relações de poder em Goiás entre os séculos XIX e meados do século XX. Esse conceito permitiu analisar as peculiaridades próprias do recorte espacial e

temporal da pesquisa e buscou entender as heranças simbólicas que as sociedades pretéritas construíram. Dessa forma, a região goiana foi interpretada a partir de suas próprias representações e as implicações que resultam destas.

A proposta inicial, ainda durante o projeto de iniciação científica, pensava a estruturação da violência a partir das tipologias de dominação de Max Weber, focando a análise no conceito de monopolização da violência como ferramenta de modernização da sociedade. Isso foi, inclusive, levado para a discussão do projeto de mestrado, substituído, posteriormente, por outras abordagens teóricas. O diálogo com a historiografia americana relacionada a *Western History*, sobretudo a partir do uso dos conceitos de *Frontier* e *Wilderness* foram fundamentais para uma nova interpretação do fenômeno da violência em Goiás. A atual configuração do trabalho tem por tema a representação da violência na fronteira Goiás na passagem dos séculos XIX ao XX. Pretendendo responder os seguintes questionamentos: De que forma a representação da fronteira, fundamentados na *Western History*, auxilia na interpretação da violência em Goiás entre os séculos XIX e XX? De que forma a dominação fundiária (coronelistas) e as estruturas da *Frontier* Goiás contribuem para uma interpretação das relações sociais pautadas no isolamento, pobreza e violência em Goiás nesse período? Como os eventos que caracterizam a *Frontier* Goiás podem ser interpretados pela historiografia e pelas narrativas literárias, e quais representações sociais da fronteira elas evidenciam?

Para responder esses questionamentos, estruturamos o primeiro capítulo em um levantamento bibliográfico, que teve por finalidade discutir os diversos usos do conceito de fronteira. Iniciamos as discussões com a utilização do conceito através da historiografia norte-americana de Turner (2010) e as repercussões da utilização da *frontier thesis* que auxiliou na fundação da corrente historiográfica denominada de *Western History*. Esse suporte teórico da dinâmica da historiografia norte-americana foi baseado nos estudos de Ávila (2009). Ainda foram introduzidas as discussões sobre o conceito de *Wilderness*, com aporte nos estudos de Nash (2001), para entender como a fronteira se cristalizou no imaginário norte-americano, que também se aproxima do conceito clássico de sertão, muito utilizado pelos estudos sociais brasileiros.

Contudo, o conceito de fronteira não foi utilizado somente para a sociedade americana, esse suporte teórico se justificou principalmente por adequar-se a outros meios geográficos e sua reverberação chegar até a um dos mais importantes historiadores brasileiros, Sergio Buarque de Holanda (2008, 2011). Em sua obra *Caminhos e Fronteiras* (2008) é explícita a influência desse conceito, contudo a sua utilização não se enquadra aos mesmos moldes e

resultados estudados por Turner (2010). Dessa forma, buscamos conjecturar nas obras de Holanda (2008, 2011) como a estrutura de fronteira gera uma excepcionalidade brasileira que resultou na interpretação da cordialidade, que Holanda (2011) entende como o grande “legado” brasileiro.

Para finalizarmos o capítulo de sustentação teórica, trabalhamos com as perspectivas de David McCreery (2006), influenciado por Alistair Hennessy (1978) que estudou a fronteira na América Latina. O autor buscou descrever a fronteira em Goiás durante o período Imperial (1822-1889). O brasilianista entende que Goiás se constituiu como uma *frontier of frontier* devido ao seu isolamento, pobreza patrimonial e violência. Essas discussões foram associadas às prerrogativas de Francisco Itami Campos (2003) que nos indicou que as concepções sociais de McCreery (2006) poderiam ser pensadas para os primeiros anos do período republicano.

Esse breve histórico da utilização do conceito de fronteira foi essencial para as nossas finalidades, pois demonstrou que as armações teóricas não precisam ser engessadas em modelos pré-estabelecidos. A pluralidade das concepções de fronteira permitiu readequarmos as estruturas teóricas com a nossa base empírica e enxergar particularidades da região e do recorte temporal. Essa justificativa epistemológica trouxe composições plausíveis para analisar as fontes que sustentam essa pesquisa.

No segundo capítulo nos dedicamos à observação das fontes históricas para entender o fenômeno da violência na fronteira Goiás nos primeiros anos do século XX. Em um primeiro momento fizemos um levantamento bibliográfico das principais referências do estudo de coronelismo e violência em Goiás, que teve as contribuições de Luiz Palacin (1990) e Dalva Borges de Souza (2006) como principais referências sobre o assunto. Para complementar essa discussão, ainda, realizamos um breve histórico da formação da Força Pública de Goiás e as suas primeiras regulamentações. Em visita ao Arquivo Histórico Estadual de Goiás foram encontrados diversos documentos produzidos por essa instituição, como os regulamentos da Força Pública de Goiás, ofícios enviados a Secretaria de Segurança Pública, fichas de avaliação disciplinar dos oficiais do batalhão, movimentação do efetivo da Força Pública, livros de ordens expedidas a Força Pública, registros de pagamentos de oficiais da Força pública, entre outros. Para analisar as informações obtidas dessa documentação, buscamos uma confrontação com outros tipos de documentação como os relatos de memorialistas que viveram na época, como Joaquim Rosa (1974), Francisco de Britto (1980), Pedro Ludovico Teixeira (1973), Onaldo Campos (1971), Carlos Pereira de Magalhães (2004) e Guilherme F. Coelho (2008). A análise conjunta dessas fontes e a documentação de caráter burocrático permitiu enxergarmos a Força Pública de Goiás de diversos pontos de vista.

Em um segundo momento, buscando entender melhor o fenômeno da violência na fronteira. Optamos por uma redução na escala de observação e para isso analisamos a vida de Catulino Antonio Viegas. Essa opção não resultou apenas na diminuição da perspectiva de observação para enxergarmos mais de perto os problemas históricos da violência na fronteira Goiás, mas a variação da escala de observação constituiu-se em um referencial metodológico que possibilitou modificar a forma e trama da pesquisa. “Notemos desde já que a dimensão “micro” não goza, nesse sentido, de nenhum privilégio especial. É o princípio da variação que conta, não a escolha de uma escala particular” (REVEL, 1998, p. 20)

Por esse motivo, buscamos entender Catulino com um átomo social (DOSSE, 2009) que não pode ser enxergado sem as suas ligações com outros elementos, mas ao mesmo tempo sem desprezar as suas propriedades intrínsecas. A escolha da personagem Catulino não se deu apenas por participar de momentos chave na primeira república, mas pelas particularidades que a sua vida apresentou, por causa das suas ligações com outros “indivíduo[s] medíocre[s], destituído de interesse por si mesmo – e justamente por isso representativo”. (GINZBURG, 2006, p.20)

Muitas personagens são pessoas comuns, invisíveis no plano dos grandes acontecimentos, e que não figuram na galeria dos “grandes personagens da nossa história”. No entanto, suas vidas e suas interações com um amplo contexto social surgem como chaves de entendimento de ângulos ignorados desse contexto, como se fossem fochos de luz, capazes de alcançar lugares escuros de uma sala que a luminária do teto não alcança. (FAUSTO, 2009, p. 10).

Essa variação na escala de análise diluiu a percepção de que o emprego da violência esteve restringido aos interesses das classes dominantes, onde apenas elas a utilizavam para obtenção de poder e prestígio social. Ao longo da investigação da vida de Catulino, podemos notar que a violência era um capital simbólico que permitiu organizar a sociedade, tanto em seu aspecto econômico como social, e que as classes subalternas, até então esquecidas pelas visões puramente estruturais, também partilhavam desse jogo de poder. Para realizar essa empreitada foram colhidas uma diversidade de documentos como os descritos acima. Com inspiração no método indiciário (GINZBURG, 1989) procuramos por cada resquício documental ou pistas que permitissem entender a subjetividade das ações da personagem.

A narrativa sobre a vida de Catulino não obedeceu a uma ordem cronológica propositalmente. O intuito, dessa escolha, é de apresentar as mesmas impressões que tivemos ao longo da pesquisa. Primeiramente tratamos da condenação de Catulino na chacina de São

José do Duro em 1919. Dessa forma, passamos para as descrições de suas representações em obras literárias – Élis (1974) e Moura (1989) – e nos relatos históricos de Póvoa (1980) e Artiaga (1961). Obtidas essas primeiras impressões sobre a personagem, começamos a descrevê-la em meio aos fatos históricos que ele protagonizou. As primeiras impressões levam a entender que Catulino era apenas mais um de tantos “cachorros do governo”. Contudo, ao decorrer da narrativa descobrimos que ele também sabia utilizar as engrenagens do sistema a seu favor e obteve privilégios sociais por isso. Para tanto, comparamos a vida de Catulino ao tenente Antônio Seixo de Britto, que teve participação na Chacina de São José do Duro. Esse colega de profissão da personagem foi o único, entre os policiais acusados de crimes cometidos em São José do Duro, que recebeu absolvição judicial após o julgamento. Todavia, a sua carreira policial não teve continuidade, pois ele não possuía os elementos necessários para entrar no jogo do poder.

Para finalizarmos a narrativa sobre Catulino, analisamos os relatos de sua vida em conjunção a amizade estabelecida com o juiz Celso Calmon – personagem de destaque nos mesmos momentos que Catulino. Pela perspectiva dessa amizade, foi possível observar mais de perto o policial. Pois, por meio do relato de uma briga entre Catulino e Calmon, descrito por Britto (1980), um leque de opções interpretativas se abriram e possibilitou que conjecturássemos sobre as sensibilidades da personagem. O resultado dessas interpretações autorizou enxergarmos um regime simbólico de valentia e coragem oriundo da virilidade na fronteira Goiás, onde a utilização da violência extrapolava o simples código das estruturas econômicas e sociais do coronelismo. A narrativa termina sem um fim propriamente dito. A brevidade desse trabalho não permitiu ir mais a fundo nas lacunas que ainda restaram. Não sabemos, até esse momento, sobre a vida familiar de Catulino ou quando ele faleceu. Assim, a continuidade dessas investigações ficarão para um trabalho posterior.

Para finalizarmos o trabalho buscamos, no último capítulo, analisar as narrativas literárias que podem ser relacionadas com o conceito da fronteira. Nossa opção metodológica, inclusive, foi caracterizar essas narrativas como “Literatura da Fronteira”. Utilizamos as prerrogativas metodológicas de Luciana Murari (2002; 2009) de análise literária para o uso e o trabalho interpretativo dessa categoria analítica. A Literatura da Fronteira foi utilizada para analisar as obras de Élis (1974; 1979), Bernardes (1995), Britto (1969) e Sant’Anna (2012). Uma das principais características dessa casta utilizada foi o elemento da relembração, que busca na ficção controlada criar uma narrativa de ordenação do tempo e estabelecer uma identidade para a região na época da fronteira. Além desse elemento, também foi observável um estilo regionalista-realista de construção narrativa que utilizou a descrição dos aspectos

naturais e sociais – como, por exemplo, a oralidade sertaneja – para caracterizar o sertão goiano. As análises buscaram, inicialmente, refletir sobre as construções das cidades de São José do Duro, na obra de Élis (1974), a cidade de Catalão, na obra de Santa’Anna (2012), e a cidade fictícia de Santa Rita na obra de Bernardes (1995). As descrições desses centros urbanos no sertão goiano trouxeram as representações cotidianas da dinâmica social das “cidades da fronteira” (*Swiss Cheese Frontier*). Essas foram complementadas com as representações que caracterizavam a dominação coronelística e o despotismo pastoral, que nos possibilitou enquadrar as visões literárias naquela mesma dinâmica da *fronteira da fronteira* (McCreery, 2006).

No último momento do texto nos dedicamos a enxergar os modelos dos agentes de violência na fronteira goiana pela ótica da literatura da fronteira. Essa literatura construiu representações sobre os jagunços e policiais como os principais responsáveis por empregar a violência. Uma série de características permitiu refletir o universo simbólico da violência em Goiás, como os atos de valentia e coragem, a prática de utilização de feitiçaria para fechamento do corpo e a própria instrumentalização da violência.

As proposições acima são os resultados dos esforços cognitivos que se debruçaram na interpretação da violência na fronteira Goiás. Buscamos apresentar as dinâmicas da utilização do conceito de fronteira no primeiro capítulo, uma avaliação da violência em eventos importantes durante os primeiros anos do século XX no segundo capítulo. E no último capítulo buscamos fazer uma análise das representações literárias da violência como narrativa de ordenação no tempo. Sendo assim, os autores desse trabalho esperam ter contribuído para uma interpretação da violência na fronteira goiana, sendo mais um dos possíveis resultados de reflexões das expressões culturais no cerrado (Sertão-Cerrado, Cerrado-Fronteira).

A presente dissertação de mestrado deu origem a alguns artigos que são fruto da pesquisa. Nos apêndices aqui disponibilizados, selecionamos o mais expressivo deles, um artigo produzido em conjunto com os professores Dr. Sandro Dutra e Silva e Francisco Itami Campos, intitulado de *A fronteira do gado e a história do oeste brasileiro: Coronelismo, violência e dominação fundiária nas savanas do planalto goiano*. Ele foi submetido ao comitê editorial da revista *Topoi* do programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) obtendo avaliações positivas até o presente momento.

1 - RUMO AO OESTE: AS FRONTEIRAS ENTRE O MITO DEMOCRÁTICO E A CORDIALIDADE.

É também uma história de faroeste. Mais especificamente, de nosso far-centro-oeste [...] Fosse o Brasil a cultura universal dominante, nossa Hollywood já teria descoberto, e tornado famosa, Catalão. Pois a cidade goiana nada fica a dever a Tombstone, no Arisona (com seu famoso duelo no O.K. Corral), Dodge City, no Kansas, Laredo, no Texas, e outras que os banguês imortalizaram. (SANT'ANNA, 2012, p.17-18)

Quando se fala em Oeste dos Estados Unidos certamente uma das primeiras imagens evocadas é a o faroeste americano produzido em Hollywood, onde cowboys se encontram com grupos indígenas e com os mexicanos “foras da lei”. Esse é um gênero que produziu muitos *blockbusters*, *pocket books* e uma vasta produção literária. A marcha ao oeste construiu as representações imagéticas da fronteira americana de um mundo selvagem e hostil. A tradição historiográfica americana contribuiu em parte para a grande comercialização desses “produtos” ao elevar a *Western History* a condição de uma História Nacional e de fazer a *frontier thesis* como a narrativa de formação de um país excepcional. Mas esses pressupostos influenciaram muito mais do que o cinema e teve repercussões que extrapolaram o imaginário americano, atingindo outras regiões até chegar ao Brasil.

O conceito de fronteira é rotineiramente utilizado na História na tentativa de entender as inter-relações entre sociedade e o meio geográfico. Esses estudos possibilitaram aos pesquisadores entender como o ambiente natural, geográfico e territorial podem moldar e, ao mesmo tempo, ser influenciados por ações sociais. A nossa intenção não se recairá sobre a possibilidade semântica da utilização do termo fronteira como limite entre dois territórios. O intuito é observar como um determinado espaço, afastado dos grandes centros urbanos e da “civilização”, criava uma dinâmica social peculiar e como ele era readaptado quando os cenários geográficos se alteravam. Esse é o uso do termo no qual esse trabalho se fundamenta no conceito de fronteira como um movimento social e histórico que possibilitou a construção

de agentes que interagiram e foram modificados pelo ambiente no qual estavam inseridos, construindo expressões culturais próprias de seu tempo.

O presente capítulo tem por finalidade entender como os estudos de Fronteira (entendida aqui muito mais como uma condição histórica na relação entre sociedade e natureza do que uma estrutura econômica em expansão) podem servir para compreender aspectos sociais de um determinado espaço geográfico. Para tanto buscaremos compreender como esse conceito foi utilizado na tradição historiográfica dos Estados Unidos e as suas respectivas influências na historiografia brasileira e goiana. Dessa maneira, se formará um fio interpretativo que percorre o caminho das estruturas teóricas que passarão por diversas fronteiras, desde as primeiras utilizações do conceito nos Estados Unidos – precursores – às possíveis aplicações no cenário “cerradense”.

1. 1. – *FRONTIER E WILDERNESS*: A CONSTRUÇÃO DO INDIVIDUALISMO DEMOCRÁTICO NOS ESTADOS UNIDOS.

Um dos precursores na utilização desse termo foi Frederick Jackson Turner (1861-1932), que buscou entender a essência americana que se formou na Fronteira. A obra *The Frontier in American History* traz a argumentação central da tese defendida por Turner (2010) que derivou de seu trabalho mais influente, *The Significance of the Frontier in American History*, e foi apresentado na reunião da *American Historical Association* que aconteceu em Chicago e foi associado ao evento *World's Columbian Exposition* no ano de 1863. Ele foi um dos primeiros historiadores a relacionar aspectos constituintes da cultura e da identidade dos estadunidenses com o meio ambiente, visto que acreditava que o verdadeiro americano se formou nas fronteiras de expansão rumo ao oeste. (OLIVEIRA, L., 2000)

No final do século XIX havia nos Estados Unidos duas correntes historiográficas que buscavam entender a constituição dessa nação. Segundo Lúcia Lippi Oliveira (2000), o historiador Herbert Baxter Adams (1850 -1901) buscou demonstrar a influência das práticas germânicas dos antigos Anglo Saxões nas instituições democráticas, recorrendo a uma tradição europeia na constituição do espírito norte-americano. A outra interpretação da História dos Estados Unidos estava associada ao historiador George Bancroft (1800-1891) que acreditava que a transformação do antigo plebeu europeu no cidadão democrata americano se deu graças ao contato com a terra virgem (*free lands*). Essa segunda corrente influenciou o trabalho de Turner que buscou interpretar a Fronteira como elemento primordial em sua análise.

Turner (2010) defendeu a tese de que a região de fronteira, na marcha para o Oeste, cunhou o verdadeiro espírito dos norte-americanos. A fronteira era a responsável pela formação desse novo homem que surgia após a Guerra Secessão (1861-1865). Esse processo possibilitou o contato do “antigo europeu” com as terras virgens, o que ele chamou de renascimento perene, por meio de um novo contato com a simplicidade das sociedades primitivas. Nessa tese, Turner procurou afastar-se das influências europeias e entender como os processos históricos oriundos do território norte-americano criaram um novo homem, uma nova cultura e uma nova nação.

Este renascimento perene, essa fluidez da vida americana, essa expansão para o oeste com suas novas oportunidades de tocar com a simplicidade da sociedade primitiva, forneceu as forças que dominam o caráter americano. O verdadeiro ponto de vista na história desta nação não é a costa atlântica, é o Grande Oeste.¹ (TURNER, 2010, p.2)

A obra de Turner é considerada como marco histórico para o debate da identidade norte-americana, principalmente por se enquadrar na escola histórica progressista² dos Estados Unidos. A região da fronteira e as terras virgens foram os elementos responsáveis pela diferenciação entre os indivíduos do antigo continente e o novo cidadão americano renascido do espírito puritano.

Assim, o avanço da fronteira significou um movimento constante para longe da influência da Europa, um crescimento constante de Independência nas terras americanas. E ao estudar esse avanço, os homens que cresceram sob estas condições, e os resultados políticos, econômicos e sociais do mesmo, é realmente estudar a parte americana de nossa história³. (TURNER, 2010, p.4)

Para explicar a fronteira como elemento constitutivo de povo americano, ele inicia uma longa discussão ressaltando e diferenciando os diversos tipos de fronteira e personagens que integraram esse evento. Para ele todas as linhas de fronteiras que seguiam tinham

¹ “This perennial rebirth, this fluidity of American life, this expansion westward with its new opportunities touch with the simplicity of primitive society, furnish the forces dominating American character. The true point of view in the history of this nation is not the Atlantic coast, it is the Great West.”

² Para Lucia Lippi, “esta corrente marca o início do século XX e perdura até a Segunda Guerra mundial. Ela pretendeu libertar o homem do passado, assegurar as qualidades do Novo Mundo em oposição ao Velho. Ao acreditar nas qualidades básicas do novo, da nova terra, esta corrente precisou considerar que quando algo não ia bem, forças não naturais estariam intervindo, ou seja, injustiças e interesses reacionários estariam atrapalhando o desenvolvimento natural de um povo naturalmente democrático e de uma sociedade justa. O progressivismo tem confiança no futuro.” (OLIVEIRA, L., 2000, p. 133)

importância significativa para o desenvolvimento americano e cada uma trouxe contribuições para as características desse novo povo. De acordo com Oliveira (2000) isso resultou na tese da excepcionalidade americana que pode ser resumida da seguinte maneira,

a América, ao criar um novo tipo de república democrática, estaria livre das doenças do Velho Continente. A quantidade e a qualidade de terras “livres” preservariam o caráter democrático da estrutura agrária e as instituições republicanas. A história do país seria, assim, a progressiva realização da vontade de Deus e das virtudes originais: o individualismo, a democracia, o autogoverno. A história como uma semente que se desenvolve e se desdobra, explicando como a virtude pode se perpetuar. A tese da fronteira vem em auxílio desta explicação. Em se movendo sempre para Oeste, os americanos poderiam escapar da decadência e renovar sua virtude. Eles poderiam se desenvolver no espaço mais do que no tempo. (OLIVEIRA, L., 2000, p. 131)

A fronteira na obra de Turner (2010) se apresenta como uma condição de desordem e dificuldades, um espaço distante da civilização e por consequência afastado dos vícios e da corrupção da mesma. A fronteira foi o lugar de começar de novo, o lugar do renascimento e por isso ela assume papel positivado na história dos Estados Unidos. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos desbravadores e pioneiros norte americanos, pelos perigos constantes do meio geográfico, dos ataques indígenas e outras adversidades, a Fronteira se tornou o lugar de nascimento da identidade americana.

Apesar da concepção de fronteira estar fortemente ligada com o meio geográfico, a intenção de Turner não foi fixá-la no Oeste dos Estados Unidos. Turner (2010) não define a Fronteira como um espaço imóvel, ela é um elemento cultural, histórico e geográfico ao mesmo tempo. A fronteira é uma linha que sempre avança rumo a *Wilderness*. É uma condição de ser e de estar no limite da civilização com a selvageria, mas que sempre se expande rumo ao mundo hostil. Nela o pioneiro interage com a adversidade do meio e nasce um novo cidadão legitimamente americano. A Fronteira pode ser entendida como uma condição ou interação cultural encarnada na *Wilderness*.

a existência de uma linha de fronteira e seu contínuo avanço em direção ao Pacífico explicava o desenvolvimento dos Estados Unidos. Para ele, a presença das *free lands* no Oeste atraía milhares de novos colonos à região, sequeiros em escapar do ambiente opressor do Leste. Ali, afastados da civilização e em contato com a natureza intocada (a *wilderness*), eles eram livres para perseguir a tão sonhada igualdade econômica e política – não existia nenhum entrave à ascensão do homem comum ao topo da pirâmide

³ Thus the advance of the frontier has meant a steady movement away from the influence of Europe, a steady growth of Independence on American lines. And to study this advance, the men who grew up under these conditions, and the political, economic, and social results of it, is to study the really American part of our history.

social, a não ser sua própria fraqueza. Desse modo, a democracia norte-americana era constantemente regenerada pelo processo de expansão, na medida em que os conflitos sociais eram escoados para a distante *frontier*. Além disso, a *wilderness* era responsável pela americanização do colono: sua identidade europeia era deixada para trás e ele renascia como *homo americanus*, um novo ente cultural (eticamente europeu, mas culturalmente mestiço) completamente adaptado ao Novo Mundo. (ÁVILA, 2009, p. 85)

O grande trunfo de Turner estava em transformar a *frontier thesis* em uma narrativa da história americana dando coerência as posturas ideológicas do Destino Manifesto e instituindo um caráter de cientificidade a excepcionalidade americana em detrimento do discurso de providência. Além disso, Turner alterava o seu foco de análise dos grandes heróis americanos e legitimava os seres humanos comuns como criador de uma potência industrial e hemisférica. Isso possibilitou que a *Western History* de Turner fosse compreendida como a história da nação, feita de homens comuns que criavam constantemente o espírito da democracia e do progresso nas linhas de expansão da fronteira (ÁVILA, 2009). O clássico historiador americano conseguiu criar uma consciência histórica que falta para os Estados Unidos no final do século XIX, propiciando uma orientação no agir e pensar o tempo.⁴

A obra de Turner criou repercussões gigantescas e logo a sua tese foi adotada nas principais universidades americanas⁵. Em pouco tempo, podia-se dizer que ele criou uma corrente de interpretação que sintetizava a própria história americana. Segundo Ávila (2009), os dois principais seguidores de Turner foram Frederick Paxson (1877-1956) e Ray Allen Bilington (1901-1981). Ambos ampliaram a concepção de fronteira criada por Turner. Contudo, eles se diferenciavam na concepção do encontro entre o pioneiro e a natureza. Para eles o encontro entre essas duas esferas gerava um choque, onde o pioneiro dominava o mundo selvagem, diferentemente de Turner que acreditava em uma dialética entre as duas esferas e na formação de uma síntese que seria o produto final, o homem americano.

Ainda, segundo Ávila (2009), a partir da década de 1960 e 1970 surge uma nova corrente denominada de “Nova História Social” norte-americana, que tinha por preceito romper com o “consensualismo” historiográfico que pretendia unir a história dos Estados Unidos sobre a tutela da *frontier thesis*. Essa nova corrente pretendia abordar aspectos menos lembrados e deflagrar os conflitos de classe e cultura que existiam na sociedade americana.

⁴ “Consciência histórica a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.” (RÜSEN, 2001, p.57)

⁵ “69% das universidades do Oeste o possuíam em seus currículos, incluindo todas as estaduais, contra 43% das instituições do Leste. Nesta região, contudo, não é tanto o número que impressiona, mas os locais onde o curso era ensinado: as oito universidades mais prestigiosas da América, a chamada Ivy League (Harvard, Princeton, Dartmouth, Yale, Columbia, Pensilvânia, Brown e Cornell). (ÁVILA, 2009, p. 87)

Assim, os novos historiadores reivindicavam o direito de escrever novas histórias com novos temas que não mais se vinculavam a universalidade da Fronteira.

No interior dessas preocupações, nasceu uma disciplina que paulatinamente foi tomando contorno e que pretendia pensar a “questão ambiental”. Segundo Pádua (2012) e Martinez (2006), o precursor da disciplina foi Roderick Nash que publicou o livro *Wilderness and the American Mind* no ano de 1967 e ministrou a primeira disciplina com o título de “História Ambiental” em 1972 na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara. Como produto desse esforço cognitivo de aproximar sociedade e natureza foi criada a primeira sociedade científica, *American Society for Environmental History*, no ano de 1977 e inaugurou oficialmente o início da primeira base disciplinar que a História Ambiental passaria a ter.

Partindo dessas orientações, o historiador Rodrick Nash se dedicou ao estudo da *Wilderness* na mentalidade americana, visto que ela é um elemento indissociável da Fronteira e essencial para a compreensão da cultura norte-americana. A intenção do autor era entender a importância da *Wilderness* como “ingrediente básico da cultura americana” (NASH, 2001, p. XI) e, assim, pensar como ela contribuiu para a criação dos parques de proteção ambiental nos Estados Unidos. Mas a intenção neste momento não é aprofundar nas formas como o entendimento da *Wilderness* se apresentou no decurso da história dos Estados Unidos. O intuito é no sentido de entender como os pioneiros conceberam essa ideia e a suas possíveis contribuições para o entendimento da cultura e da identidade norte americana.

A palavra *Wilderness*, por sua vez, não possui um significado exato nas línguas latinas. Ela pode significar desde deserto, selva, lugar selvagem, sertão, imensidão e até vastidão. Mas, esses termos não correspondem a amplitude semântica que a palavra pode possibilitar na língua inglesa. Segundo Nash, a origem da palavra tem derivação das matrizes linguísticas nórdicas e teutônicas. O termo foi uma derivação do adjetivo “*wild*” que significa algo fora de controle ou desgovernado. Essa palavra foi aplicada inicialmente para condutas humanas, mas com o passar do tempo designavam outras formas de vida. Isso pode explicar a tradução da palavra “*wild*” como selvagem para a língua portuguesa. O sufixo “*ness*” transformaria o adjetivo em um substantivo e possibilita apropriar o termo para dar nome a alguém ou algum lugar. Dessa forma, Nash define, morfológicamente, o significado de *Wilderness* como “O lugar de animais selvagens”⁶. Contudo, o significado da palavra toma outros contornos no histórico de sua utilização. Em 1755, Samuel Johnson definiu, em seu

⁶ The place of wild beasts. (NASH, 2001, p. 2).

dicionário da língua inglesa, a palavra *Wilderness* como deserto, baseando-se em traduções anteriores da bíblia, que utilizavam esse termo para designar um local desabitado e árido no oriente próximo. No entanto, essa era a paisagem em que as histórias bíblicas foram narradas na palestina. O uso bíblico era muito mais para descrever um ambiente em que a presença humana era, infinitamente, inferior aos domínios da natureza do que propriamente uma paisagem (deserto). Não obstante, atualmente a palavra não representa apenas um meio geográfico específico, como floresta ou deserto, ela é utilizada para ressaltar um ambiente inóspito carregado de ambivalências.

Hoje dicionários definem *Wilderness* como terras não cultivadas ou lugares não desenvolvidos. A ausência de homens e a presença de animais selvagens é assumida. A palavra também designa outros ambientes não-humanos, como o mar e, mais recentemente, o espaço sideral. De igual importância a estas realidades são os sentimentos que elas produzem no observador. Qualquer lugar em que uma pessoa se sente despojado de orientação, perdido, perplexo, pode ser chamado de *Wilderness*. Esse uso, com suas ricas possibilidades figurativas, ampliou o significado da palavra para muito além das aplicações originais. (NASH, 2001, p.3)⁷

Nash acreditava que a *Wilderness* estava presente na mentalidade dos pioneiros. Para ele, uma das primeiras construções imaginárias dos colonos dos Estados Unidos está ligada a essa tradição. Todavia, o autor salienta que os indígenas que habitavam a América, anterior a chegada dos europeus, não tinham consciência dessa construção simbólica, por não compartilharem o antagonismo da civilização/selvageria. Essa ideia teria sido uma reminiscência europeia trazida pelos colonizadores que se defrontavam com um espaço natural que não era controlado pelo desenvolvimento do “homem civilizado”.

A concepção de *Wilderness*, analisada por Nash, se apresenta como um espaço simbólico que aparece sobre uma ótica dualista, e pode-se afirmar que é, até mesmo, antagônica. Ele ressalta duas posições que são indissociáveis, que se complementam e, em alguns casos, se contradiz. A *Wilderness* é ao mesmo tempo o espaço que abrange uma série de dificuldades e perigos, o lugar da selvageria e da solidão, mas é nesse lugar inóspito que é possível retirar uma grande quantidade de riqueza que possibilitou a formação da nação puritana, democrata e livre da corrupção do “velho mundo”. Ao mesmo tempo em que são

⁷ Today dictionaries define wilderness as uncultivated and otherwise undeveloped land. The absence of men and the presence of wild animals is assumed. The word also designates other non-human environments, such as the sea and, more recently, outer space. Of equal importance to these actualities are the feelings they produce in the observer. Any place in which a person feels stripped of guidance, lost, and perplexed may be called a wilderness. This usage, with its rich figurative possibilities, has extended the meaning of the word far beyond the original applications

ressaltadas as dificuldades desse espaço, ela é lembrada para enaltecer o triunfo da nova nação. Esse modelo seria, por sua vez, a tradução do “mito democrático” de Turner.

Nash divide as suas observações sobre dois prismas. A primeira visão vem analisar a *Wilderness* a partir das suas potencialidades materiais. A segunda interpreta aquilo que ele denomina de condição psicológica. Apesar das duas condições estarem intercaladas, ele utiliza essa estratégia como uma opção didática para explanar a importância da sua construção histórica.

Ao descrever as condições materiais da *Wilderness*, Nash ressalta os perigos dessa região. Dessa forma, esse espaço é representado como um lugar de grandes dificuldades de sobrevivência. Ela é o local em que se falta comida e abrigo, em que existem animais selvagens que constantemente ameaça a vida humana, onde os ataques de grupos indígenas são eminentes e a própria natureza castiga aqueles que tentam dominá-la. A *Wilderness* é selvagem e perigosa e constitui-se em ameaça aos “civilizados”.

Os ímpetos são potencializados quando os pioneiros a enfrentam, além dos riscos externos, a luta contra a *Wilderness*, também era interna. Segundo a concepção colonizadora do precursor, eles deveriam estar constantemente em vigilância, pois a brutalidade e as dificuldades encontradas neste local poderiam transformá-los em uma parte integrante da própria região e esses se demudariam a homens primitivos e selvagens. Esse medo de transformar-se em selvageria estava geralmente associado aos desbravadores que se confrontavam com a *Wilderness* e não se reconheciam no mundo “civilizado”, diversos foram os casos de bandeirantes que deixaram tudo e foram fazer parte da própria *Wilderness*.

De maneira direta, no aspecto físico, constituía uma grande ameaça à sua própria sobrevivência. A viagem transatlântica e avanços subsequentes ao oeste, levaram séculos. Ondas sucessivas de pioneiros tiveram de lidar com a *Wilderness* descontrolada e terrível, assim como o homem primitivo confrontava. Segurança e conforto, até mesmo necessidades básicas como comida e abrigo, dependia dele superar o ambiente selvagem. Para os primeiros americanos, como para os europeus medievais, a escuridão da floresta escondeu os homens bestiais, animais selvagens e as criaturas mais estranhas que se possa imaginar. Além disso, o homem civilizado enfrentou o perigo de sucumbir à *Wilderness* ao seu redor, podendo, também, se tornar um selvagem. (NASH, 2001, p.24)⁸

⁸ On the direct, physical level, it constituted a formidable threat to his very survival. The transatlantic journey and subsequent western advances stripped away centuries. Successive waves of frontiersmen had to contend with wilderness as uncontrolled and terrifying as that which primitive man confronted. Safety and comfort, even necessities like food and shelter, depended on overcoming the wild environment. For the first Americans, as for medieval Europeans, the forest's darkness hid savage men, wild beasts, and still stranger creatures of the imagination. In addition civilized man faced the danger of succumbing to the wildness of his surroundings and reverting to savagery himself.

Ao longo da dominação da *Wilderness*, diversos obstáculos foram narrados pelos pioneiros. Alguns deles eram de ordem física e material e outros pertenciam ao campo da imaginação. Esses elementos faziam daquele espaço um local sombrio e amaldiçoado. Um desses elementos físicos que aterrorizavam a vida cotidiana eram os grupos indígenas. Segundo Nash, esses grupos foram inicialmente interpretados como indivíduos pacificados e que deixaram ser evangelizados, mas após os primeiros ataques, eles se tornaram inimigos da civilidade e passaram a ser considerados como um elemento natural da *Wilderness*. Essa visão justificava a postura dos colonos norte americanos com os habitantes nativos. Eles foram encarados como um entrave que deveria ser superado, por isso, dominar a *Wilderness* consistia, também, em combater os grupos indígenas.

O temor eminente dos ataques indígenas estava associado com uma série de outros elementos. Nash acredita que os medos dos colonizadores levaram ao exagero quando narraram os elementos desse espaço. Bruxas, dragões, lobos ferozes e cobras de diferentes formas eram apontadas como parte integrante daquele mundo sombrio e solitário que escondia em seu interior criaturas maléficas que dificultavam a sua dominação. A história da dominação da *Wilderness* tornou-se a história de uma “vingança melodramática” (NASH, 2001, p.27) que se refletia nas narrativas sobre o local.

Mas não é apenas com pessimismo e desconfiança que a *Wilderness* foi vista pelos norte-americanos, ao mesmo tempo ela é representada por meio de uma visão utilitarista e pragmática. Naquele lugar de bestas e seres selvagens se escondia uma série de riquezas que poderiam ser utilizadas pelos colonizadores. Segundo Nash, os pioneiros narravam as belezas e as qualidades do novo mundo. Contudo eles sempre ressaltavam que era necessário um trabalho árduo para transformar aquele espaço. Dessa forma, aquele lugar sombrio e amaldiçoado passa a ser interpretado como possibilidade para se começar de novo. Ela se torna uma nova realidade que possibilitava aos colonos construir uma nova nação livre das mazelas que tinha corrompido o mundo europeu. Cabia então a esse povo enfrentar e dominar a *Wilderness* para desenvolver a civilização.

Em qualquer lugar da *Wilderness* em que eles estivessem o que viram era através de uma visão utilitária: árvores tornaram-se madeira, pradarias fazendas, cânions em usinas hidrelétricas. A missão autoconcedida dos pioneiros foi o de fazer com que essas coisas acontecessem. Escrevendo sobre a sua experiência no norte de Nova York, no final do século XVIII,

William Cooper declarou que seu "grande objetivo primário" era "fazer com que a *Wilderness* florescesse e frutificasse."⁹ (NASH, 2001, p. 31-32)

Em um segundo momento, Nash analisa a condição psicológica dos habitantes desse espaço. Para ele, essa condição é permeada de valores éticos, morais e religiosos herdados do velho continente. Os colonos da Nova Inglaterra, de maioria puritana, utilizaram uma interpretação bíblica que justificavam a sua devoção na colonização da *Wilderness*, sendo assim, a primeira ordem de Deus estava em dominar as regiões selvagens e todos os seres vivos.

Transformar o selvagem em rural teve precedentes bíblicos que os pioneiros da Nova Inglaterra conheciam bem. Gênesis 1:28, o primeiro mandamento de Deus para o homem, afirma que a humanidade deve aumentar, conquistar a Terra, e ter domínio sobre todas as coisas vivas. Isso fez o destino da *Wilderness* evidente. Em 1629, quando John Winthrop listou razões da partida "para a... *Wilderness*", uma das mais importantes foi a de que "toda a terra é o jardim do Senhor e Ele a deu para os filhos do homem, com uma condição geral, Gen. 1. 28. aumentai e multiplicai-vos, enchei a terra e sujeita-la."¹⁰ (NASH, 2001, p. 31)

Essa ética puritana no início da colonização da Nova Inglaterra impulsionou os colonos a empreenderem a dominação da *Wilderness* e assim conquistaram o mundo sombrio e amaldiçoado, sujeitando-o como interpretação de uma ordenança divina. Nesse sentido, no imaginário dos fundadores puritanos, a nova nação que surge dessa conquista é uma dádiva de Deus, fruto de sua graça para com aqueles que obedecessem a seus desígnios. A batalha empreendida para a conquista do estado selvagem dos Estados Unidos é comparada com a passagem bíblica do Êxodo e que por fim resultaria na formação da "nova Jerusalém", a terra prometida aos seguidores de Deus. Para os colonos, essa conquista figurava como os grandes feitos dessa nação e que deveriam ser comparados com as grandes realizações da Europa.

Uma razão pela qual os colonos puritanos retratavam a *Wilderness* repleta de dificuldades físicas e tentações espirituais era lembrar as gerações posteriores da magnitude de sua realização. O crédito para este feito, é claro,

⁹ Wherever they encountered wild country they viewed it through utilitarian spectacles: trees became lumber, prairies farms, and canyons the sites of hydroelectric dams. The pioneers' self-conceived mission was to bring these things to pass. Writing about his experience settling northern New York in the late eighteenth century, William Cooper declared that his "great primary object" was "to cause the Wilderness to bloom and fructify."

¹⁰ Transforming the wild into the rural had Scriptural precedents which the New England pioneers knew well. Genesis 1:28, the first commandment of God to man, stated that mankind should increase, conquer the earth, and have dominion over all living things. This made the fate of wilderness plain. In 1629 when John Winthrop listed reasons for departing "into. . . the wilderness," an important one was that "the whole earth is the lords Garden & he hath given it to the sonnes of men, and with a general Condition, Gen. 1.28: Increase & multiply, replenish the earth & subdue it."

foi para Deus, mas os colonos não conseguiram esconder um forte senso de orgulho no seu próprio papel na conquista da *Wilderness*.¹¹ (NASH, 2001, p.38)

Esse conceito inicial da *Wilderness* em Nash não finda na noção inicial da presença puritana, sobretudo na Nova Inglaterra. Nash faz um caminho amplo na historiografia, evidenciando, sobretudo a passagem da noção negativa da *Wilderness* para uma visão positiva desta na cultura americana. O ponto célebre da nova concepção da *Wilderness* se relaciona com a visão romântica da natureza, inspirada inclusive pelos mesmos ideais puritanos de conflito com a natureza. Mas a grande representação dessa nova visão seria a criação de áreas protegidas e, sobretudo pelos parques nacionais. A *Wilderness* não seria mais o espaço do domínio das forças desumanizadoras, mas sim um espaço moral da glória do criador e da beleza incomparável da natureza.

Fronteira e *Wilderness* são elementos essenciais para entender a história e a identidade dos Estados Unidos. Esses conceitos foram ferramentas importantes para explicar a gênese do puritanismo, do individualismo e da democracia dos norte-americanos. Por essa razão o conceito de Fronteira é readaptado para outras regiões da América, por também se constituírem a partir de um processo de colonização europeia.

1. 2 – FRONTEIRA NA INTERPRETAÇÃO DE SERGIO BUARQUE DE HOLANDA: O LEGADO DO HOMEM CORDIAL.

A tradição da utilização do conceito de fronteira também teve seus expoentes no Brasil. Foram diversas as leituras que esse conceito teve na interpretação do processo de expansão na colonização do território brasileiro. Contudo, o nosso intuito nesse item é tentar rastrear as possíveis influências que o conceito de fronteira de tradição americana teve nas explicações das conjunturas brasileiras. Para tanto, optamos em focar a análise desse conceito sobre a prerrogativa de entendimento desta como um processo de expansão territorial e formação cultural. Sendo assim, as prerrogativas da fronteira em Sergio Buarque de Holanda (1902-1982) são referências fundamentais para a análise dessas influências, visto que o próprio autor considerou esse modelo interpretativo e a sua influência na obra “Caminhos e Fronteiras” (2008).

¹¹ One reason why the Puritan settlers portrayed wilderness as replete with physical hardships and spiritual temptations was to remind later generations of the magnitude of their accomplishment. The credit for this feat, of course, went to God, but the colonists could not hide a strong sense of pride in their own role in breaking the wilderness.

De qualquer modo seria injustificável a pretensão de aplicar os esquemas de Turner às condições que se criaram no Brasil e se associaram à sua expansão geográfica. O contraste entre as ações e reações dos herdeiros de um João Ramalho, por exemplo (que a si próprio se chamou, certa vez, “fronteiro” do Paraíba), e as dos *pioneers* da América anglo-saxônica é, com efeito, tão obviamente radical quanto o será, sem dúvida, o que subsiste entre as consequências próximas ou remotas que delas podem decorrer. Com o risco, embora, de sugerir noções bastante unilaterais dos aspectos aqui estudados da formação brasileira [...] acentuaram-se talvez, de preferência, certos traços peculiares, *sui generis*, que em nossa história se podem associar àquele conceito de fronteira. Esse mesmo risco, em todo caso, ainda apresenta menor importância do que uma consideração superficial ou desatenta de tais peculiaridades. (HOLANDA, 2008, p. 13)

A influência da fronteira de Turner na concepção da obra de Holanda (2008) não se apresenta de maneira superficial. No entanto, o autor brasileiro entende que a estrutura norte-americana não pode ser simplesmente transposta a outros meios geográficos e assim ocorrer a uma simplificação de análise. A proposta tem por finalidade avaliar a especificidade das experiências sócio históricas no movimento de ocupação do território rumo ao Oeste e esse por consequência no encontro de “civilizações” que geram um novo produto oriundo desse contato. A fronteira aparece na obra de Holanda (2008) com sentido aproximado ao de Turner, que buscou entender os elementos que diferenciaram os antigos europeus da “nova” nação que surge do outro lado do oceano Atlântico. Em outras palavras, a “excepcionalidade brasileira”, a utilização desse termo aproxima as abordagens de Holanda e Turner, pois sabemos que as conclusões de suas análises seguem sentidos opostos no processo de ocupação da fronteira. Portanto para o historiador Robert Wegner, estudioso da obra de Sergio Buarque de Holanda:

Nunca é demais ressaltar que essa proximidade diz respeito exatamente à dinâmica de americanização proporcionada pela fronteira – o europeu que se adapta ao nativo e, só depois, retoma parcelas de seu legado, daí resultando sua americanização –, o que considero o núcleo da tese de Turner. (WEGNER, 2000, p. 123)

As ideias defendidas por Holanda não apresentam as mesmas pretensões universalizantes que a obra de Turner. O autor também não compreende que o processo de formação identitária do Brasil esteja exclusivamente associado com o processo de interiorização da colonização portuguesa. Contudo ele acredita que esse processo cunhou elementos primordiais na formação dessa identidade. O processo de ocupação da fronteira brasileira se inicia, segundo Holanda (2008), ainda no século XVI e XVII de maneira incipiente, contudo é somente a partir do século XVIII que as entradas e bandeiras vão

definitivamente adentrar o interior. Apesar de essa ocupação ser precoce, ela não se processa de maneira rápida e efetiva ao longo dos tempos. Esse processo se arrasta durante séculos em um ritmo lento e gradativo¹².

As terras fronteiriças no Brasil estavam distantes do mundo europeu e a sua colonização se apresentava de maneira hostil para aqueles que tentavam dominá-la. A natureza era indomada, pois uma grande quantidade de feras, animais peçonhentos ou insetos que transmitiam doenças mortais poderiam atacar aqueles que tentavam adentrar. Além disso, os grupos indígenas se tornavam uma ameaça real em confronto direto. Diferentemente das análises corriqueiras que levam em conta apenas a superioridade bélica dos bandeirantes, Holanda (2008) argumenta que estarem munidos de armas de fogo – naquela época os gibões – não garantia a certeza da vitória, pois em muito dos casos não era possível manter a pólvora longe da umidade em uma floresta tropical. Além disso, o tempo gasto para recarregar deixava-os em desvantagem em relação a flecha de rápido manuseio. Esse conjunto de situações dificultava a colonização das regiões de fronteira,

Em compensação, os sertanistas tinham de contar, durante suas audaciosas jornadas, com mil outros perigos e incômodos. Não só as moléstias, mas ainda a fome, a sede, o gentio brabo, os animais peçonhentos e agressivos, compunham um vasto cortejo de ameaça, contra as quais deveriam precaver-se os que se embrenhavam na selva. (HOLANDA, 2008, p.91)

As terras a oeste se apresentavam como um lugar autóctone, onde os costumes e a civilidade europeia não eram aplicáveis. Para conquistar e dominar a fronteira, o deveria retroceder a um “estado primitivo” e incorporar costumes dos povos indígenas que estavam mais adaptados ao ambiente. Dessa forma, o pioneiro brasileiro era uma interação entre o colonizador português e os povos nativos da região¹³, com um espírito aventureiro¹⁴ e que aos poucos se adaptavam a fronteira.

¹² “As bandeiras se iniciam quando a fronteira, mesmo que não de forma avassaladora, foge ao controle. É como se no século XVI tivéssemos uma fronteira controlada e a partir do seguinte uma *mal controlada* – ou seja, que se pretende controlar, mas sem eficiência.” (WEGNER, 2000, p. 136) A fronteira controlada apresentada aqui faz referência as determinações da coroa portuguesa em não adentrar o território brasileiro nos primeiros anos da colonização, pois era necessário povoar o litoral brasileiro para devidas defesas territoriais e exploração agrícola, visto que a mão-de-obra e o povoamento eram escassos.

¹³ Essa interação entre colonizadores e os grupos indígenas não se restringia apenas a uma adaptação cultural, mas também a uma formação de grupos mestiços que caminhavam entre o mundo dos colonizadores e dos grupos indígenas

¹⁴ “Esse tipo de humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes.” (HOLANDA, 2011, p.44) O conceito de Aventura é um elemento da cultura portuguesa ressaltado por Holanda que permite entender a plasticidade do português em colonizar a América.

Deve-se admitir que nessas épocas iniciais a compreensão justa das realidades, as maiores probabilidades de determinar e criar o futuro, o verdadeiro manancial de energias ativas, não estavam nos costumes naturalmente mais policiados e sem dúvida mais suaves, que se iam implantando no litoral, e nem mesmo na indignação piedosa do jesuíta contra os escravizadores de índios. Estaria antes nos instintos obscuros, nas inclinações muitas vezes grosseiras, nos interesses frequentemente imorais que animavam o bandeirante devastador dos sertões. E estavam certamente nessa incorporação necessária de numerosos traços da vida do gentio, enquanto não fosse possível uma comunidade civil e bem composta, segundo os moldes europeus. (HOLANDA, 2008, p. 21-22)

A adaptação do bandeirante ao mundo indígena é ressaltada por Holanda (2008) ao longo de toda a sua obra. Uma dessas adaptações, por exemplo, está na incorporação da farinha de mandioca à dieta alimentar do português, na região costeira, e o incremento do milho no interior do Brasil. Contudo, vale ressaltar, que essa incorporação não ocorre de maneira unilateral, a influência europeia também está presente nessa adaptação, como pode ser observado na análise do moinho que é uma das máquinas e técnicas europeias que auxiliaram no beneficiamento do milho¹⁵.

Outro aspecto extremamente ressaltado por Holanda (2008) está no fato dos desbravadores não utilizarem calçados nos caminhos e picadas que abriam na mata. Além das botas serem considerados artigo de luxo para aquela sociedade, elas poderiam deixar diversos rastros e isso facilitaria para que outros grupos opositores os encontrassem nas matas. Sendo assim, esses bandeirantes não utilizavam calçados com frequência regular.

Contudo, não era apenas a cultura material indígena que influenciava os pioneiros no Brasil. As dificuldades enfrentadas no interior brasileiro teriam um efeito direto na sua postura social, criando um indivíduo arisco e receoso do meio que o circunscreve. Dessa maneira, os bandeirantes, em contato com os perigos da selva, adquiriram uma postura constante de combate e violência, visto que a urbanidade europeia não era aplicável em um mundo hostil como o do interior do Brasil. A constante guerra contra feras, grupos indígenas, animais peçonhentos e a própria natureza criou o um novo ser que precisava se afastar da domesticação dos costumes europeus e brutalizar-se para poder sobreviver.

¹⁵ Sobre a relação entre o bandeirante e a natureza, tendo uma aproximação semelhante ao trabalho de Sergio Buarque de Holanda é a discussão acerca da colonização e ocupação do Oeste em Cassiano Ricardo e a figura do “bandeirante desbravador”, como herói nacional que enfrenta a geografia, a natureza e os mitos inibidores do sertão para a conquista do território (SILVA, S., 2013; SILVA, S., 2014). Também a utilização da imagem do oeste como elemento dotado de potencialidades, envolvendo os discursos da região próspera de Goiás segue abordagem semelhante. Para isso ver SILVA, S. et. al (2014).

A verdade é que, se essas paragens criaram uma raça, em muitos pontos mais próxima do bugre do que do europeu, é talvez por que o tipo do bugre lhe correspondia melhor. Na luta diuturna contra a floresta, onde todos os inimigos são traiçoeiros, não há lugar para se formarem as imaginações intrépidas e generosas em que o civilizado se distrai da monotonia de um mundo sem constantes e mortais perigos. A ousadia, aqui, há de ser cautelosa, previdente e acomodada a quaisquer surpresas. (HOLANDA, 2008, p. 122)

Essa tradição da fronteira resultaria na formação de um indivíduo que se forma distante da influência europeia. O Estado (neste caso a coroa portuguesa) não assume um papel primordial na interiorização da colonização brasileira e por isso o bandeirante assimilou características dos indígenas e se constitui em ser semiautônomo à civilização costeira. Com a influência da fronteira, o bandeirante – que posteriormente se transformaria no sertanejo, no homem rural – passaria a não depender das instituições públicas para sobreviver e a solidão vai determinar o modo de vida desses indivíduos fronteiriços.

É exatamente da fuga dessa solidão que se formará a “excepcionalidade brasileira”. Com o processo de estruturação dessa colonização e com a formação de instituições de convívio social moderno (Estado), surge o grande legado dessa empreitada, a formação do homem cordial¹⁶, que de nenhuma maneira aparece de forma tão positivada como o homem democrata e puritano de Turner.

No “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. (HOLANDA, 2008, p. 147)

O homem cordial é um tipo social criado por Holanda (2011) para representar as características básicas da sociedade brasileira. A cordialidade é o elemento que vai determinar a interseção das esferas públicas e privadas, como características dessa sociedade, pois, para ele, o Estado brasileiro é uma extensão das relações familiares. Assim a aproximação pessoal é transposta para a esfera pública onde as supostas relações burocráticas se tornam uma

¹⁶ “Em suma, reafirmando a diferença entre os dois momentos da obra de Sérgio Buarque de Holanda desde outro ponto de vista, cremos que se pode dizer que em ambos está presente a percepção do português como o portador de uma *racionalidade de adequação ao mundo*, mas enquanto em *Raízes do Brasil* ela não é capaz de modificar o exterior e o próprio *self*, mesmo que gradualmente, através de reformas, na obra sobre a conquista do

expressão da familiaridade entre os indivíduos. A racionalização e a meritocracia típica de uma sociedade moderna são substituídas pela amizade e os laços de familiaridade, formando uma sociedade em que a regra é a aproximação afetiva entre os indivíduos.

Nessa sociedade as regras de convívio e a hierarquia social são deixadas de lado, o homem cordial se aproxima de seus superiores e inferiores em uma relação de intimidade para conseguir influência política e social. Os modelos sociais da cordialidade se caracterizam por ser “avesso a ritualização” (HOLANDA, 2010, p. 150) e a polidez típica das sociedades modernas. O homem cordial se apropria de outros códigos sociais e, sobretudo dessa racionalidade intimista para romper a burocratização e de seu patrimônio pessoal para impor-se socialmente.

Já se diz, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria um engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidades. São antes de tudo, expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. (HOLANDA, 2011, p. 146-147)

Como exemplo dessa cordialidade na cultura brasileira, Holanda ainda argumenta que a utilização de diminutivos nas linguagens cotidianas, que serve para familiarizar as pessoas e os objetos, é uma tentativa de sensibilizar e aproximar para convencê-los a inclinarem aos seus desejos pessoais. A prática de não utilização dos nomes de família, e apenas o nome de batismo, reflete igualmente a mesma questão. Uma tentativa de aproximação.

Até mesmo o catolicismo que se desenvolve no Brasil vai ao mesmo sentido. Holanda argumenta que os brasileiros têm a função de utilizar os nomes de santos no diminutivo ou de não praticarem o catolicismo ritualizado, para ele os brasileiros iam às missas apenas com a função de se aproximarem socialmente das pessoas. A prática religiosa é além de tudo uma consequência da vida social.

Nosso velho catolicismo, tão característico, que permite tratar os santos com uma intimidade quase desrespeitosa e que deve parecer estranho às almas verdadeiramente religiosas, provém ainda dos mesmos motivos. A popularidade, entre nós, de uma santa Teresa de Lisieux – santa Teresinha –

Oeste Sérgio Buarque parece vislumbrar esta possibilidade e, ao seu lado, certo caminho de aproximação de um processo de democratização e igualização.” (WEGNER, 2000, p. 128)

resulta muito do caráter intimista que pode adquirir seu culto, culto amável e quase fraterno, que se acomoda mal às cerimônias e suprime as distâncias. (HOLANDA, 2010, p. 149)

Para Holanda todo esse extrato cultural que se desenvolveu no Brasil é um reflexo do legado da cordialidade brasileira. Esse elemento também é um produto histórico da fronteira no Brasil, que diferentemente do caso americano não deixou essa tradição liberal/democrata, mas o homem cordial. O bandeirante como um indivíduo miscigenado também conquistou a fronteira e a *Wilderness* no caso brasileiro, mas nesse interior foi forjado um novo tipo social que se fortalecia na intimidade de suas relações sociais. Esse aspecto demonstra a dinâmica que o conceito de fronteira apresenta em espaços e tempos diferentes e geram resultados e movimentos sociais antagônicos expressos na expansão territorial e na formação cultural de uma sociedade.

1. 3. – FRONTEIRA GOIÁS

Esse mecanismo social/relacional constitui-se também com um dos traços da relação entre colonizador e a *Wilderness* no caso brasileiro. Assim nos posicionamos em acordo as interpretações de Alistair Hennessy (1978) sobre a fronteira na América Latina, que ao invés de reforçar as formas liberais/democráticas de sociedade intensificou a dominação e o poder local, sobretudo pelos senhores de gado na fronteira.

Procurando identificar o uso conceito de fronteira na historiografia da América Latina, Hennessy (1978) comparou o uso do termo à tradição americana, percebendo distanciamentos significativos. Fundamentando-se na tese de Turner (2010), identificava o uso do termo nos Estados Unidos a um forte apelo imaginativo de conquista do Oeste que impunha reflexões para além do espaço territorial, relacionando a própria construção da imagem da nação americana. Diferente da tese apresentada por Turner, afirmava que na América Latina não existia nem o Oeste e nem a Fronteira. O que existiam eram “fronteiras”, em que as distinções eram mais amplas do que as formas de ocupação do território, mas, principalmente, porque o mito da democracia e a sua relação com a fronteira não se aplicavam. Ou seja, além do modelo linear de ocupação americana e o modelo de *hollow frontier* (fronteiras buraco) serem diferentes maneiras de ocupar o território, a fronteira na América Latina, ao invés de constituir modelos democráticos, intensificava o poder local e seu sistema de domínio fundiário.

O conceito de Fronteira também foi utilizado para compreensão da especificidade do caso goiano. David McCreery escreveu o Livro *Frontier Goiás, 1822-1889* (2006), que é um processo de reflexão sobre a construção dos ideais de Estado e Nação no Brasil independente.

A sua obra trabalhou o período imperial brasileiro, onde, após a emancipação da colonização portuguesa, o Brasil inicia seu processo de formação administrativa e a construção do sentimento de Nação. Assim, ele defende que para entender como esse novo país se constituiu é necessário aprofundar nas reflexões sobre as regionalidades brasileiras, pois, sendo o Brasil um país de proporções continentais, é necessário compreender o governo imperial articulado com as elites regionais. Para o autor isso garantiu a integridade territorial e a autonomia fiscal.

A sua argumentação parte da perspectiva de que as fronteiras são construções ideológicas e que são relativas ao local e a época em que se encontra uma determinada sociedade. Assim, ele “rejeita as tendências otimistas e democráticas tradicionalmente associadas com a fronteira norte Americana de Frederick Turner por uma leitura mais obscura e ambivalente.¹⁷” (McCreery, 2006, p. 14).

Se apoiando em estudos sobre a fronteira na América Latina, como por exemplo, em Alistair Hennessy (1978) e nos estudos sobre a fronteira no Brasil, McCreery (2006) optou por entender a Fronteira como um espaço de fortalecimento das elites locais que dominavam a região. A fronteira e o Oeste na concepção de ambos são diferentes da estrutura desenvolvida na América do Norte. Contudo, McCreery (2006) não entende a fronteira em Goiás da mesma forma que Hennessy (1978) pensou seu conceito para a América Latina. Para ele a Fronteira Goiás está situada na “periferia da periferia”, visto que a Fronteira Café, desenvolvida aos moldes da *Hollow Frontier*, já se apresentava no interior do sudeste brasileiro. Assim, ele apresenta a Fronteira Goiás a partir da perspectiva de três características básicas, são elas a pobreza patrimonial, o isolamento e a violência.

a partir do final do período colonial até o século XIX, os moradores de Goiás lutaram com a pobreza patrimonial, o isolamento e a violência que a história lhes tinha definido. Abandonados por alteração das circunstâncias na borda do Estado e da economia nacional, os líderes locais lamentaram os efeitos da queda da graciosidade da província, ao mesmo tempo esperançosos que a prosperidade desaparecida poderia, ainda, ser ressuscitada.¹⁸ (McCreery, 2006, p.1)

McCreery (2006) constrói sua estrutura interpretativa, o que ele vai chamar de Fronteira Goiás, através de três tipos de Fronteiras. Quanto a sua forma de ocupação e

¹⁷ “reject the optimism and democratic tendencies traditionally associated with the frontier in the North American-Frederick Jackson Turner tradition for a darker and more ambivalent read.”

¹⁸ from the late colonial period through the nineteenth century Goiás’s residents struggled with the heritage of poverty, isolation, and violence which history had set them. Marooned by changing circumstances on the edge of the state and the national economy, local leaders at once lamented the effects of the province’s fall from grace while at the same time hoping that a vanished prosperity might yet be resurrected.

povoamento, ele denomina de Fronteira Queijo Suíço (*Swiss Chesse Frontier*), quanto ao contato com os grupos autóctones, será denominada de Fronteira da Exclusão (*Frontier of exclusion*) e quanto à estrutura econômica e social de Fronteira Gado (*Cattle Frontier*). A junção desses três modelos formará a situação de “periferia da periferia” da província de Goiás.

Ele acredita que a Fronteira em Goiás se estruturou como uma espécie de queijo suíço, por apresentar pequenos núcleos de urbanização e exploração constituintes desde a época da mineração. A sua argumentação segue no sentido de que esses núcleos de povoação em Goiás permanecem como arquipélagos, pelo fato de se manterem pequenas, isoladas e com capacidades precárias de comunicação. Contudo, esses núcleos urbanos não desaparecem com a decadência do ouro e a ruralização da sociedade goiana, pois conservaram-se como centro administrativo e local de devoção religiosa.

A *Swiss Chesse Frontier* continuou sem avançar, no sentido de não estruturar melhorias de infraestrutura e enriquecimento substancial da população, mas, também, sem se extinguir, diferentemente dos casos da *Hollow Frontier*. As cidades permaneciam estáticas devido à presença dos grupos indígenas que realizavam constantes ataques às propriedades rurais, pois essa era a única forma de resistência na guerra contra o gentio.

Se a literatura sobre fronteiras parece muitas vezes sugerir que a fronteira "ideal" é uma linha claramente se movendo, por trás da qual há ordenado povoamento e uma institucionalização do poder do Estado, e a *Coffee Frontier* de São Paulo foi, pelo contrário "hollow", no século XIX Goiás pode ser melhor pensado como uma fronteira "Swiss Chesse", ou talvez como um amontoado de fronteiras. As fronteiras cercavam e separavam cada povoamento e suportavam apenas um tênue contato esporádico entre estes. Os habitantes de cada aldeia e fazenda estavam sozinhos no sertão, um "deserto", real ou imaginada, de sede e fome, tempestades violentas e rios caudalosos, animais selvagens, e *bugres*.¹⁹ (McCreery, 2006, p. 17)

A Fronteira Gado faz referência à estrutura econômica e de dominação política em Goiás. Como o período analisado é a época imperial, o autor considera a estrutura econômica pela ótica da pecuária, que se apresentava como o principal produto de exportação do estado. Durante o período não existia em Goiás um mercado interno ou um sistema monetário desenvolvido, dessa forma a posse de escravos e de animais diferenciavam economicamente

¹⁹ If the literature about frontiers seems often to suggest that the “ideal” frontier is a clearly moving line behind which there is orderly settlement and an institutionalization of state power, and São Paulo’s coffee frontier was, by contrast, “hollow,” nineteenth-century Goiás might best be thought of as a “Swiss cheese” frontier, or perhaps as a congeries of frontiers. Frontiers surrounded and separated each settlement and supported only tenuous and

os grupos sociais. McCreery ainda argumenta que a terra não se apresentava como critério de riqueza visto que em sua maioria eram devolutas e o uso dessas propriedades rurais não era controlado pelo Estado. A criação de gado se desenvolvia de maneira livre sobre esses terrenos “sem donos”.

Esses senhores de gado eram a elite do sertão e foram os responsáveis por controlar o sistema jurídico e a legislação e atuavam na defesa dos interesses do Estado, que geralmente era uma conjunção de seus próprios interesses. Com um Estado fraco e inoperante, os pecuaristas executavam essas funções e agiam como autoridade naquelas regiões. O autor denominou essas ações patrimonialistas como “despotismo pastoral” (os coronéis abriam estradas, construía pontes, cuidavam da segurança das cidades, principalmente contra ataques indígenas, e em troca se tornavam verdadeiros “donos do poder”), visto que os donos dos grandes rebanhos eram os principais responsáveis pela administração estadual.

Poucos escritores brasileiros têm tentado encontrar nos bandeirantes e nas populações miscigenadas do Sertão os traços de uma tradição democrática próxima das discussões da fronteira do oeste dos Estados Unidos. No entanto, o encurtamento da distância social, típica da situação marginais de fronteiras, não é a mesma coisa que a democracia, e a miscigenação pode resultar tanto em violência e força como em igualdade. As fronteiras tendem a refletir e a reproduzir, às vezes de formas inusitadas e arcaicas, as características sociais do grupo dominante da qual derivam. No caso das *Cattle Frontier*, essas incluem “formas de organização social e política ultrapassadas, onde a típica expressão política é o despotismo pastoral”. No século XVIII o Brasil foi profundamente hierarquizado e marcado por desigualdades sociais e econômicas, e a vida na fronteira refletia essas características.²⁰ (McCreery, 2006, p. 16)

Essa condição despótica da *Cattle Frontier* resultaria em uma sociedade altamente violenta. Os senhores de gado, que controlavam a situação política, utilizavam a violência como ferramenta de coerção social. Esse aspecto associado com o fato de que a fronteira em Goiás servia como uma válvula de pressão, por receber uma população pobre que era impulsionada pela *Coffee Frontier*, ao sudeste, e por receber aqueles que migravam de

sporadic contact among these. The inhabitants of each village, fazenda, and farm were on their own in the sertão, a “desert,” real or imagined, of thirst and hunger, violent storms and swollen rivers, savage animals, and bugres.

²⁰ A few Brazilian writers have attempted to find in the bandeirantes and the sertão’s miscegenated population traces of a democratic tradition parallel to that argued for the frontier of the western United States. However, the shortening of social distance typical of marginal situations such as frontiers is not the same thing as democracy, and miscegenation may be as much the result of violence and force as equality. Frontiers tend to reflect and to reproduce, if sometimes in peculiar and archaic ways, characteristics of the society from which the dominant group derives. In the case of cattle frontiers, these include “outworn forms of social and economic organization whose typical political expression is pastoral despotism.” Eighteenth-century Brazil was profoundly hierarchical and shot through with social and economic inequalities, and life on the frontier reflected these characteristics.

condições mais precárias dos estados da Bahia e Piauí para trabalharem na *Cattle Frontier*, gerava uma atmosfera social propícia para “costumes bárbaros, atos de ferocidade e crimes horríveis”²¹ (McCreery, 2006, p.16). Essa situação era ainda mais agravada ao considerar as populações indígenas que viviam em rota de colisão com a população fronteiriça. Com a presença de tantos indivíduos socialmente “excluídos” e a ineficácia do Estado em instituir um sistema de coerção social, a região entra em condição permanente de combate, que foi denominada por fronteira da exclusão (*frontier of “exclusion”*).

Os objetivos exterminacionistas evidentes de muitas bandeiras e as atitudes dos colonos em relação aos índios aponta para uma fronteira de "exclusão", pelo menos até que notamos a incorporação dos índios capturados em famílias e a tentativa de utilizar a população indígena como força de trabalho. O trabalho dos missionários capuchinhos sugere talvez uma "fronteira missão", mas as aldeias do governo destinadas a controlar os índios eram de pouca importância, e em declínio, no século XIX. (McCREERY, 2006, p.22)²²

A conjunção dessas fronteiras configuraria o que McCreery (2006) entende por fronteira Goiás, que teria como consequência ser a fronteira mais longínqua do Império. Contudo vale salientar que essa condição descrita pelo historiador americano é um processo de reflexão do século XIX e que não trabalhou com a especificidade da época republicana. Seu objeto de estudo era essencialmente o Império brasileiro e as articulações com a província goiana nesse período.

Contudo, se confrontarmos seu trabalho como o de Francisco Itami Campos (2003), um dos maiores estudiosos do coronelismo em Goiás, encontraremos elementos que apontam para uma continuidade dos aspectos destacados acima. O sociólogo utilizou de um método comparativo que analisou Goiás em contraposição a estudos que se refletiram sobre o conceito de coronelismo nas regiões de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e outros estados. A análise de Campos (2003) se pautou sobre quatro elementos essenciais para caracterizar uma região como central ou periférica em relação à economia e a política brasileira, são eles: a economia regional, a demografia, a situação geográfica e a comunicação.

²¹ characterized principally by barbarous customs, acts of ferocity, and horrible crimes.

²² “The evident exterminationist aims of many bandeiras and the settlers’ attitudes toward Indians points to a frontier of “exclusion,” at least until we note the incorporation of captured Indians into families and attempts to draw the indigenous population into the labor force. The work of Capuchin missionaries suggests perhaps a “mission frontier,” but the government aldeias intended to control Indians were of little, and declining, importance in the nineteenth century.”

O autor inicia sua argumentação, destacando a pecuária como atividade econômica do estado de Goiás e a sua inclusão da esfera nacional. Ele acredita que a pecuária goiana não possuía grande representatividade e por isso não possuía grande relevância para os grandes centros urbanos solidificarem em Goiás uma infraestrutura básica que desse condições para o desenvolvimento de uma economia de mercado. A pecuária goiana representava apenas 8,8% do rebanho nacional. Além disso, as demais atividades econômicas como a indústria (praticamente inexistente) e a agricultura não dispunha valor significativo que incorporasse Goiás no mercado nacional, como eram os casos do café para São Paulo e Minas Gerais e do charque para o Rio Grande do Sul. (CAMPOS F., 2003, p. 34).

Campos (2003) ainda argumenta que a condição geográfica e a baixa comunicação com os grandes centros urbanos deixaram Goiás praticamente isolado do restante do Brasil. O estado não possuía infraestrutura que permitisse um escoamento da produção agrícola e a comunicação com outras regiões eram precárias. A pecuária foi uma das poucas atividades econômicas que progrediu em Goiás pelo fato de o gado se locomover. Essa condição só modificou-se com a chegada da estrada de ferro que permitiu escoamento da produção agrícola para a região sudeste do país.

As estradas de rodagem, quando havia, eram precárias e, no mais das vezes, cabia a particulares construí-las e explorá-las, já que o poder público não dispunha de recursos para tal. Em 1912, o presidente do Estado, em seu relatório anual ao Congresso Estadual, descreve assim o sistema viário estadual: “Não merece o nome de viação o conjunto de intransitáveis estradas de rodagem que existe em nosso Estado” (Mensagem ao Congresso Legislativo, 1912). (CAMPOS, F., 2003, p. 39).

Campos (2003) também destaca que o contingente populacional de Goiás não era expressivo, pois possuía 0,7 habitante por quilometro quadrado e a maior parte dessa população estava concentrada na zona rural. Para Campos (2003), a dispersão populacional de Goiás impossibilitava o desenvolvimento urbano e o mercado interno, primeiramente por não ofertar mão de obra para o seu desenvolvimento ou por não possuir demanda significativa que possibilitava existir um mercado consumidor.

Não somente pela atividade econômica principal, a pecuária, mas também pela concentração populacional na zona rural é que se pode afirmar ser Goiás um Estado agrário por excelência. A afirmativa acima é reforçada pela distribuição da população ocupada: 81,8% dedicavam-se à atividade primária (agropecuária-mineração). Apenas 3,25% da população total do estado era proprietária rural, e dos que se ocupavam na agropecuária somente 13,9% tinham terra. (CAMPOS, F., 2003, p. 37).

O sociólogo entende que a confluência desses elementos torna Goiás uma região periférica no Brasil. Essa condição econômica resultaria em uma baixa representatividade do estado na política nacional e assim Goiás se encontraria isolado dos principais centros urbanos brasileiros.

Toda essa situação anteriormente descrita – pouca importância econômica, pobreza, atraso, baixa densidade demográfica, população rural dispersa e isolada –, somada à pequena bancada de representantes federais, reforça a situação de periferia, tornando o Estado de Goiás também politicamente periférico. (CAMPOS, F., 2003, p. 49).

Essa condição periférica de Goiás resultaria em um isolamento político e econômico de Goiás em relação ao Brasil. A baixa representatividade goiana reforçaria ainda mais o poder dos coronéis que se instalaram na região. Acreditamos que esses apontamentos de Campos (2003) nos possibilitam pensar em uma certa continuidade da fronteira Goiás que se estende desde o período imperial aos primeiros anos do período republicano. Por esses motivos tomamos o conceito de fronteira de McCreery (2006) como uma chave interpretativa que possibilita entender as dinâmicas sociais e culturais de Goiás por meio da violência.

2 - TRILHAS DE SANGUE: DOMINAÇÃO, VIOLÊNCIA E A FORÇA PÚBLICA NA FRONTEIRA GOIÁS.

Era gostoso ouvir a história que iam contando, das diligências efetuadas naquele mundão brabo de Goiás, nas pirambeiras do Paranã, no sertão do Amaro Leite, prendendo criminosos, lanhando os roceiros encontrados no caminho do eito, com seu facão à cinta, pois era crime andar armado, ou os derrubando com a 44, se tomavam rumo do mato no fundo do rancho, à aproximação da escolta. Gostoso? Sim. Gostoso, que todos carregamos no arcabouço genético, e não temos culpa disto, um gosto sádico pelas coisas do banditismo. (ROSA, J., 1974, p. 37)

A intenção do presente capítulo em muito se aproxima do gosto dos goianos, descrito nas linhas acima por Joaquim Rosa. Propomos relatar o “mundão brabo de Goiás”, entendendo o papel da violência nessa sociedade de fronteira e de como ela se tornou um elemento ordenador da política e da sociedade goiana. Para tanto, apresentamos Catulino Antônio Viegas, como exemplo de um policial que viveu na época e foi protagonista nos momentos mais sangrentos da primeira república em Goiás. As fontes utilizadas nesse momento apresentam um caráter heterogêneo, pois utilizamos relatos de memorialistas que viveram o período, documentos de caráter oficial e burocrático produzido pelo Estado, a literatura que aborda o tema e a produção historiográfica e sociológica que conjecturou sobre a época mencionada.

Quanto ao trato nas fontes procuramos uma análise de variações nas escalas de observação. Buscamos intercalar as visões macro, a partir do conceito de coronelismo; e as bibliografias que retratam esse tema no contexto sócio histórico, e as particularidades da microanálise. Assim, nos inspiramos em Carlo Ginzburg para empreender o “método indiciário” na tentativa de analisar cada resquício e pormenores que a documentação ofereceu no intuito de montar uma teia de interpretação de fatos históricos intercalados com os aspectos sociais do período analisado. Para empreender tal tarefa utilizamos primordialmente a confrontação das fontes para a compreensão das múltiplas visões dos fatos e dos personagens para podermos enxergar as particularidades não visíveis em análises puramente macro.

Nas obras literárias observamos como essas narrativas constroem representações sobre o passado e as possíveis implicações que elas trazem para a construção do conhecimento histórico. Tentamos priorizar a colisão entre os diversos relatos e as particularidades ou pistas que podem indicar conclusões maiores a respeito da individualidade da personagem e de toda a estrutura social na qual ele está inserido.

A nossa personagem, Catulino²³, participou da chacina de São José do Duro (1919), da repressão aos seguidores de Santa Dica (1925) e da prisão de Pedro Ludovico (1930)²⁴, e por isso, tornou-se um elemento privilegiado para compreender as nuances que permeavam o cenário de combate no final do século XIX e início do século XX em Goiás, pois como nos alerta Carlo Ginzburg (2006, p. 20): “Alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo – e justamente por isso representativo – pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico”.

Historiadores, memorialistas e escritores ressaltam o poder de coerção e opressão que os coronéis impunham à sociedade brasileira na primeira república. O período está associado com a figura de jagunços, coronéis e camponeses que viveram um período de verdadeira opressão, onde a violência castigava e subjugava os mais fracos. No caso da fronteira goiana não foi diferente

Um exemplo disso é o relato deixado pelo advogado paulista Carlos Pereira de Magalhães que veio a Goiás, no início do século XX, com a finalidade de regularizar a documentação relativa a compra de uma grande área para fazenda. Ele relatou por meio de cartas a situação social do local aos seus superiores, membros de uma rica família paulista, a sua impressão sobre o sertão goiano: “tanto se mata boi no matadouro como gente na chapada”. (MAGALHÃES, 2004, p.57)

As mesmas impressões descritas acima transparecem em outros relatos sobre a condição de combate em Goiás. O advogado e memorialista Onaldo Campos, escreveu o livro *Rio Verde Histórico*²⁵, onde buscou traçar os primeiros esboços da história da cidade goiana.

²³ Optamos por utilizar o nome Catulino em detrimento de Viegas, por observar que uma grande parte das fontes utilizam essa nomenclatura para se referir ao policial.

²⁴ Esses três momentos são bastante significativos para a história de Goiás pois se trata de conflitos armados em que a polícia goiana enfrentou coronéis no norte do estado, camponeses articulando uma sociedade alternativa e revolucionários que derrubaram o governo instituído por meio da revolução de 1930.

²⁵ Seu livro é rico em análises de viajantes europeus (principalmente de August de Saint-Hilaire) e em uma série de outras documentações colhidas em Rio Verde. O autor não utiliza a rigorosidade dos métodos acadêmicos contemporâneos, mas demonstra um grande esforço em corroborar as suas assertivas em bases documentais, mesclando história e memória em suas análises.

Em síntese sobre a condição de Rio Verde no final do século XIX, ele postula as seguintes conclusões:

No fim do século passado, Rio Verde vivia sob um clima carregado de ameaças, perigo e banditismo. A cidade atravessava a noite debaixo de tiroteio cerrado; a cachaça, a algazarra, o jôgo, as bravatas eram sua atmosfera habitual. Numa tarde, uma senhora lavava pratos no rêgo público, quando um tiro veio-lhe atingir um dos olhos, cegando-a. Muitas vezes acordava-se noite adentro com balas sibilando sôbre a cabeça. [...] Tal era o pavor da população, que mal a noitinha caía, os moradores cerravam as portas e janelas hermêticamente, com mêdo de ver alguém entrar em casa dando tiros.” (CAMPOS, O., 1971, p.102- 103)

Esse clima de violência, também, transparece em relatos acadêmicos sobre aquele momento histórico em Goiás. Oliveira (2012) sintetiza o ambiente social da cidade de Catalão reunindo citações de historiadores consagrados que escreveram sobre a cidade. Para ele,

Catalão, um lugar de fronteira, desde o início de sua história, foi marcado pela violência. Essa especificidade foi realçada por inúmeros estudiosos: para Barbosa [...] “o nome da cidade em qualquer local do estado, é sinônimo da violência, valentia e de crime”; já para Palacin [...] “e o tempo, nos próximos cem anos, continuaria apresentando Catalão com essa face bifronte como o deus Jano: progresso e violência; e pra Chaul [...] “a fama e as notícias sobre o banditismo e a violência na região estavam presentes no cotidiano de jornais da época”. Se a identificação com a violência era norma em Goiás, em Catalão, isso foi levado ao extremo, devido à quantidade das pessoas envolvidas em vários atos violentos. (OLIVEIRA, E., 2012, p. 19 - 20)

Essas citações demonstram a herança imaginativa do pretérito de Goiás sobre o período. Em muitos casos podemos observar tendência hiperbólica no trato sobre o tema. Goiás é apresentado como um lugar violentíssimo, uma terra de abusos de poder e brutalidade, alguns chegam a entender como a era mais obscura em sua história. Mas como se deu esse processo? Quais são as características dessa violência? Apesar das análises estarem focadas sobre o período da primeira república, o presente trabalho não irá se restringir temporalmente a esse período. Os fenômenos que serão analisados transcendem os recortes da historiografia tradicional, neste caso, entre a proclamação da república de 1889 até a chamada revolução de 1930, por compreender que a violência gera uma série de condutas culturais e sociais que não corresponde, puramente, a um recorte político.

2. 1. - FORÇA PÚBLICA, CORONÉIS E A VIOLÊNCIA: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR DA FRONTEIRA GOIÁS.

Ao se tratar da primeira república, a grande maioria dos tradicionais estudos sobre o tema utilizam o conceito de coronelismo como ferramenta explicativa do período.²⁶ O termo coronelismo se refere a uma sobreposição do poder privado (Coronel) sobre o poder público (Estado) e serviu para designar a ordem política e social na primeira república brasileira. A origem do termo remonta o período imperial brasileiro no qual o Estado não possuía poder suficiente para organizar uma Força Pública. Dessa forma, o governo imperial vendia patentes de coronel da guarda municipal e o direito de organizar uma milícia armada a grandes latifundiários, no intuito de manter a segurança interna da nação. Com o advento das revoltas regenciais de caráter separatista, o governo imperial diluiu a Guarda Nacional na expectativa de reduzir os poderes das elites que se levantavam contra o Governo central e esses grandes proprietários rurais perderam suas patentes. Contudo, eles ainda eram chamados de coronéis pela população local, pois continuaram a contratar milícias armadas, mesmo que não mais legalizadas, e, ainda, exerciam uma grande influência política e social em suas regiões.

O conceito coronelismo advém dos estudos sociológicos que se debruçam sobre o período analisado para entender a origem do poder patrimonialista no Brasil. Raymundo Faoro (2004) é um dos principais estudiosos do período e empreendeu uma obra exponencial denominada de *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. O jurista fez uma releitura da tipologia da dominação de Max Weber para o caso brasileiro e delimitou como característica básica do período o mandonismo local, o apadrinhamento, as fraudes eleitorais e a desorganização do poder público.

O coronel, antes de ser líder político, é um líder econômico, não necessariamente, como se diz sempre, o fazendeiro que manda nos seus agregados ou dependentes. O vínculo não obedece a linhas tão simples, que se traduziriam no mero prolongamento do poder privado na ordem pública. Segundo esse esquema, o homem rico – o rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra – exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal. (...) Ocorre que o coronel não manda por que tem riqueza, mas manda por que se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. (FAORO, 2004, p.622)

A violência aqui referida pode ser compreendida como uma situação em que uma pessoa, ou um grupo de pessoas podem empreender para causar danos físicos ou emocionais em outras pessoas. Ato, esses, que possuem capacidade coercitiva estabelecendo relações de

²⁶ Os principais estudos da primeira república em Goiás que utilizam o conceito de coronelismo são os trabalhos de Campos (2003, 2012), Chaul (1998, 2010), Freitas (2009), Palacin (1990) e D. Souza (2006).

poder entre os envolvidos. Além da capacidade de manipular as representações que derivam desses atos por meio de um poder não oficial.

Para a socióloga Dalva Borges de Souza (2006), que escreveu o livro *Violência, poder e autoridade em Goiás*, o coronel exercia o poder pela capacidade de contratar jagunços e empreender a violência de acordo com seus interesses. O mandonismo local controlava a situação política pela ineficiência do Estado em garantir os direitos democráticos. Ela ainda ressalta que essas manifestações coronelísticas não possuíam caráter ideológico ou de subversão da ordem. Era, contudo, uma disputa de poder regional.

São os proprietários de fazenda de gado, os chefes municipais, os coronéis, que utilizavam capangas (assassinos profissionais) para resolver suas questões privadas, como caçar um “camarada” fugitivo ou matar um desafeto. Da mesma forma, é o coronel que resolve, pelo uso da violência, as suas questões políticas, como amedrontar o eleitorado de um adversário ou assassinar um oponente. Dessa forma, as disputas eleitorais revestem-se de características de perturbação da ordem e, frequentemente, transformam-se em casos de violência aberta. As agitações têm a ver igualmente com esse tipo de disputa, na medida em que não há política ideológica que leva a outro tipo de manifestação pública. (SOUZA, D., 2006, p. 78-79)

Para a socióloga o fato de não haver uma ideologia nas ações dos coronéis é uma das características mais marcantes daquela conjuntura política, pois quando se alternavam os coronéis ou oligarquias no poder não havia uma mudança significativa na diretriz administrativa. A organização política permanecia a mesma, o que se mudava eram os donos do poder. A posição de McCreery (2006) está em sintonia com essa assertiva de Souza. Apesar do autor não se referir propriamente ao período republicano, ele entende que as manifestações de violência em Goiás, desde o período imperial, se desenvolviam como disputas de poder regionalista e que não possuíam postura ideológica. O caráter dessas manifestações não estava em defender um conjunto de ideias de organização social. Para ele, as elites goianas estavam apenas interessadas em controlar as nuances da lei para benefício pessoal.

Em 1878 um presidente [da província de Goiás] poderia informar: “ainda inocentes de lutas partidárias, a província de Goiás permanece essencialmente pró-governo”, e um residente de Catalão lembrou que naqueles dias a política “não tinha ideologia”. A disputa foi simplesmente pelo poder, para ser capaz de dizer: ‘Eu sou o chefe aqui’. “As elites locais, longe de se oporem ao regime central, lutou para estar no lado da parte vencedora e do governo:” “Dão-se a qualquer presidente”, explicou um

jornal, em Goiás, outro se queixou, foi “simplesmente uma fábrica para deputados pró-governo”²⁷. (McCREERY, 2006, p. 26-27)

É certo que durante o período republicano, onde o federalismo fortalece o poder dos coronéis, existiam mais levantes contra o poder do governo estabelecido. Porém, os partidos políticos não dispunham de argumentação ideológica que pudesse estabelecer polos antagônicos em propostas de organização política e social. Isso pode ser, entendido pelos estudos de Luís Palacin (1990) em seu *Coronelismo no extremo norte de Goiás: O Padre João e as três revoluções de Boa Vista*. Neste livro o historiador buscou entender as bases gerais do coronelismo em Goiás contextualizando com a estrutura coronelista nacional.

Palacin (1990) entende a estrutura coronelística no Brasil a partir de dois tipos distintos. O primeiro modelo se refere aos estados que possuem melhor desenvolvimento econômico e político. Para ele, a dominação nessas regiões se dava pela junção dos interesses dos partidos dominantes e o controle da imprensa, que culminava na dominação dos coronéis que conseguiam articular essas esferas. O segundo modelo se dava nas regiões periféricas do Brasil e se caracterizava pela força do partido político e pela ruralização em que a sociedade se encontrava. Esse segundo modelo fortaleceu o mandonismo local e fortalecia a prepotência individual dos “donos do poder” originando as chamadas familiocracias.

Para eles, devem ser distinguidos dois tipos básicos de coronelismo: o coronelismo dos Estados econômica e politicamente mais evoluídos – Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas – onde o poder dos coronéis passa necessariamente pela mediação do Partido Republicano, e o coronelismo dos Estados pobres – Ceará, Alagoas, Mato Grosso etc -, onde, por não existirem partidos solidamente estruturados, “prevaleceu uma forma não-institucionalizada de coronelismo”, um coronelismo baseado na prepotência familiar e individual. (PALACIN, 1990, p. 38-39).

Para Palacin (1990), o caso de Goiás não poderia ser aplicado estritamente em nenhuma das duas tipologias citadas anteriormente. O estado teria desenvolvido um partido político forte e uma imprensa prematura, desde o final do século XIX²⁸, mas ainda era ruralizado e marcado pelo mandonismo local, característico dos estados mais atrasados.

²⁷ As late as 1878 a president could report: “Innocent still of party struggles, the province of Goiás remains essentially pro-government,” and a resident of Catalão remembered that in those days politics “had no ideology”. The dispute was simply for power, to be able to say, ‘I’m the boss here.’ “Local elites, far from opposing the central regime, fought to be on the side of the winning party and the government: “They give themselves to any president,” a newspaper explained, and Goiás, another complained, was a “simply a factory for pro-government deputies.”

²⁸ Neste caso se refere ao periódico “Matutina meiapontense” que desde muito cedo abriu um espaço de opinião pública em Goiás.

Assim, Goiás estaria em uma interseção entre as duas tipologias, no qual o Governo era comandado pela força do Partido Republicano e no interior do estado existia um poder local que em alguns casos prevalecia diante do Governo estabelecido.

Desta forma, já nos primeiros anos da República, tinha-se consolidado em Goiás os dois meios indispensáveis para a participação, que caracterizam toda a evolução da vida política na idade moderna e contemporânea, a institucionalização dos partidos, e a imprensa como meio de uma opinião pública. (PALACIN 1990, p.39).

Ainda segue,

Há, dessa forma, uma redução da autonomia do estado que deve compactuar com a prepotência dos coronéis do interior, para a realização de seus fins específicos, a manutenção da paz social e a aplicação da justiça. As atribuições jurisdicionais, privativas do estado, para a consecução desses fins – manutenção de uma força armada, cobrança de impostos, nomeação de autoridades – ficam igualmente em grande parte privatizadas. (PALACIN, 1990, p.41).

Palacin (1990) enxerga a situação do estado de Goiás sobre uma ótica dupla, que em parte se aproximava dos grandes centros econômicos da nação, mas ainda apresentava características marcantes de uma situação periférica. Mandonismo local, jagunçada e fraudes eleitorais são elementos marcantes da força dos coronéis do interior em oposição aos coronéis que se encontravam no poder estabelecido. Para ele, isso explica o surgimento de revoltas no interior de Goiás, em que o poder local dos coronéis se levantava-se contra o Estado, como nos casos das Revoluções de Boa Vista (1892 – 1930)²⁹, Revolução de 1909³⁰ e a Chacina de São José do Duro (1919)³¹.

²⁹ Essas são três revoluções em que o poder dos coronéis de Boa Vista, atualmente Tocantinópolis – TO, se levantou-se contra o Governo de Goiás. A primeira deu-se entre 1892 a 1895, a segunda desenvolveu-se em 1907 e a terceira em 1930. O enredo geral das revoluções constitui-se em levantes armados da população sertaneja que lutou em defesa de causas que acreditavam ser para sua liberdade e religiosidade, mas segundo Palacin (1909), refletiam o poder regional dos coronéis diante das oligarquias dominantes do estado de Goiás.

³⁰ Segundo Itami Campos (2003), a Revolução de 1909 pôs fim ao arranjo político xavierista, que articulou a oposição à oligarquia dos Bulhões e implementou uma rígida política fiscal. Essa postura fiscal desagradou os chefes políticos de Goiás que se articularam e pegaram armas para depor os candidatos apoiados por José Xavier de Almeida (Partido Republicano Federal). Desse modo, eles tomaram o poder executivo estadual e colocaram no cargo de presidente de estado o cunhado de Leopoldo de Bulhões, o major Urbano Coelho de Gouvea. “Apesar de inicialmente favorável ao bulhonismo, o sentido do Movimento não se esgota. Antes de tudo, ele vai oferecer as bases da articulação de um novo grupo que posteriormente passa a controlar a política e a administração de Goiás. A participação e o envolvimento dos principais chefes políticos municipais no Movimento oferecem, sem dúvida, elementos a essa articulação” (CAMPOS, F., 2003, p. 90). Essa aliança se definiria na hegemonia política da famiocracia dos Caiado.

³¹ Esse foi um dos eventos mais trágicos da história de Goiás. O Governo do estado de Goiás enviou um grupo de policiais para averiguar alguns problemas de omissões de bens denunciados pelo juiz e pelo coletor estadual

Nesse sentido, a violência entre elites representava uma forma de luta pelo poder institucionalizado. Acarretando em uma interpretação da lei como reflexo daqueles que estão no poder. Isso levaria a máxima do coronelismo que pode ser sintetizada pelas palavras de Osvaldo Rodrigues Póvoa (1980, p. 25). “E a lei? Ora, a lei era a vontade do governo, e pronto! A lei seria aplicada aos adversários, quando conviesse, pois haveria coisa mais eficiente que a lei da força?”

Mas não será apenas intra-elites que a violência será utilizada na Fronteira Goiás. Outra manifestação da violência pode ser explicada pelo controle da mão-de obra na época. A violência entre coronel e camponês. O estudo de Souza (2006) destaca esse item como herança da época colonial e do escravismo em um processo de modernização conservadora. Para a pesquisadora, a imagem do “camarada” é produto de uma modernização em que as relações sociais não se modificaram, por não haverem rupturas revolucionárias. Dessa forma, o trabalho camponês foi regulado por meio de contratos que duravam três anos e pretendia criar mecanismos para prender o empregado a terra. Contudo, esse camponês jamais se veria livre, pois, como relata Souza:

As dívidas eram anotadas em uma caderneta, providência inútil para resguardar o empregado, já que ele era analfabeto. Era impossível o trabalhador deixar a fazenda antes de saldar as dívidas, que se acumulavam sem que o “camarada” tivesse controle sobre elas, a não ser que outro fazendeiro comprasse a sua dívida. Neste caso, de fato, o empregado só mudava de patrão, pois já entrava endividado no novo emprego. Caso fugisse, o fazendeiro punha os seus capangas no enlaço do desertor. (SOUZA, D., 2006, p. 77)

Uma amostra significativa desse tipo de manifestação é relatada no conto “A Enxada” que faz parte do livro *Veranicos de Janeiro* (1965) de Bernardo Élis. Apesar de a obra pertencer ao campo literário, o conto possui um caráter de denúncia e a intenção era demonstrar como os mandos e desmandos dos coronéis afetavam a vida social da época.

No conto, Bernardo Élis narra a saga de Supriano, que também é chamado pelo apelido de Piano. Todo o enredo se desenvolve a partir da busca de Piano por uma enxada para plantar uma roça de arroz para o Capitão Elpídio Chaveiro. A estória se desenvolve descrevendo a miséria e as desventuras que o camponês se deparou para conseguir uma

de São José do Duro, atualmente Dianópolis – TO em 1918. Ao findar as investigações membros da família Wolney são considerados culpados e tem início um conflito armado de grandes proporções. Como resultado desses conflitos foram mortos 9 membros da família Wolney que estavam amarrados em troncos na garantia que, em média, 300 jagunços e cangaceiros não invadissem a vila. O conflito não foi evitado e o caso tomou repercussões nacionais. Essa chacina será melhor analisada ao longo do texto.

enxada. Contudo, o camponês pobre não consegue a enxada e acaba sendo assassinado por jagunços do Capitão. O conto é finalizado com a maestria literária de Bernardo Élis ao descrever o assassinato de Piano, que debaixo de forte chuva tentou, em vão, plantar a roça de arroz com as próprias mãos.

Aí o soldado abriu a túnica, tirou de debaixo um bentinho sujo de baeta vermelha, beijou, fez o pelo-sinal, manobrou o fuzil, levou o bruto à cara no rumo do camarada. [...] Do seu lugar, Piano meio que se escondeu por trás de um toco de peroba-rosa que não queimou, mas o cano do fuzil campeou, cresceu, tampou toda sua vista, ocultou o céu inteirinho, o mato longe, a mancha por trás do soldado, que era o sol querendo romper as nuvens. (ÉLIS, 1979, p.55)

O conto se torna uma espécie de amostra representativa do conflito camponês/coronel. Neste caso, os capangas do coronel eram a própria polícia e eles executaram as ordens de matar Piano. Esse assassinato pode ser interpretado como um exemplo para os demais camaradas que ele possuía. Sendo assim, podemos conjecturar que essa é uma das formas de violência mais significativa da fronteira Goiás. Não obstante, as manifestações de violência em Goiás não se restringem apenas a esses dois modelos (violência intra-elite e violência coronel/camponês). Contudo, nos cabe aqui destacar esses elementos por entender que essas manifestações são peças importantes para compreensão da estrutura política e social da época. A situação de fronteira em Goiás, descrita por McCreery (2006), recai sobre três elementos que podem ser entendidos como fundamentais para a compreensão da “Fronteira da Fronteira”, que são o isolamento, a pobreza patrimonial e a violência.

Para ele, o isolamento e as dificuldades de comunicação que existiam em Goiás levaram a região a desenvolver uma economia periférica, onde o gado era o seu principal componente. Essa condição econômica gerava um quadro de pobreza patrimonial, onde os investimentos e capitais não eram atraídos para o estado. (McCREERY, 2006, p. 17) Diante dessa situação desenvolveu-se no estado uma elite que pouco se diferenciava, em condições materiais, das camadas populares. Em uma sociedade, onde não existia uma economia de mercado e era parcialmente desmonetizada, a riqueza não foi fator de diferenciação social. Para controlar os mecanismos políticos, os coronéis deviam se impor fisicamente e, por isso, quem conseguisse cooptar maior milícia armada e melhor utilizasse a violência era o “dono do poder”. Essa compreensão das estruturas econômicas e políticas goianas foi denominada por ele como despotismo pastoral (McCREERY, 2006, p. 16).

Esse despotismo pastoral, como expressão política da *Cattle Frontier* tem na violência o seu elemento de imposição social e política. Por meio da violência as elites goianas disputavam o poder político do estado, como pode ser observado, por exemplo, nas revoluções de Boa Vista (1892 – 1930), na revolução de 1909 e na chacina de São José do Duro de 1919. Destarte, a violência não era apenas fator de organização política, mas organizava, também, a hierarquia social da época. A violência coronel/camponês possibilitava uma diferenciação entre as camadas sociais da época. A pobreza patrimonial e a inexistência de uma economia de mercado faziam com que a riqueza pessoal dos coronéis não fosse elemento de controle social. O gado era a principal fonte de riqueza daquela sociedade, mas isso não trazia garantias de subordinação social. Um grande criador de gado deveria, antes de tudo, possuir uma milícia, para defender o seu patrimônio e para impor-se socialmente.

Esse quadro de combate e violência que se desenvolveu em Goiás está fortemente ligado a uma situação de impunidade. Em um local onde a lei era inoperante e não existia uma monopolização da violência empreendida pelo Estado, os mais fortes reivindicavam o poder e controlavam a situação social da época. As autoridades goianas, tentando conter essas manifestações, criaram um grupo armado financiado pelo Estado. No ano de 1858 é decretado³² pelo presidente de província, Francisco Januário da Gama Cerqueira, a criação da Força Pública. Contudo, a sua estruturação era precária: baixo número de soldados, armamentos e fardas eram os problemas mais corriqueiros da época. O despreparo dos policiais que atuavam é evidente, visto que não tinham um processo sistematizado de seleção ou capacitação desses profissionais.

Vários civis foram contratados para o policiamento local: eram os “Bate-paus”. Sem qualquer instrução, com disciplina precária, eles não possuíam qualquer garantia e só recebiam do governo uma pequena diária e ajuda de custo, para que não passassem muita fome durante as diligências. Usavam como arma apenas um pedaço roliço de madeira (tipo cassetete), que representava o símbolo do poder e da justiça e podiam ser indicados na hora de efetuar uma prisão ou diligência, ou defender alguém de uma agressão. Sem fardamento, nem armas privativas, eles passaram posteriormente a ser escolhidos pelas demonstrações de coragem e por critérios estabelecidos pelos próprios delegados. Muitos desses bate-paus fizeram profissão e tinham a preferência dos chamados. (SOUZA, C., 1999, p.37).

Com a Proclamação da República, a estrutura política do Governo sofre modificações e a Força Pública é reorganizada por meio do decreto nº 7 de 28 de março de 1892, que tem

³² *Gazeta Oficial de Goyaz*, nº 47, anno 1, de sexta feira, 24 de dezembro de 1858. In: Arquivo Histórico Estadual.

por objetivo maior “a manutenção da ordem e garantia da instituição republicana nesse estado”³³. Itami Campos (1982, p. 148) alerta, que nesse período, a Força Pública de Goiás era o setor que mais recebia recursos orçamentários, 26,8% da renda estadual era destinada ao setor, mesmo assim, vários presidentes de estado se queixavam das difíceis condições da polícia de Goiás³⁴. Oliveira (2006), por sua vez, afirma que essa precariedade era compensada pela característica de seus policiais.

Em uma época que o poder coercivo do Estado era fraco diante do poder econômico-militar e do prestígio social e político dos coronéis, a força militar de Goiás era composta de indivíduos que se destacavam pela coragem pessoal, isto é, pessoas altamente familiarizadas com a violência. Portanto a aritmética de uma polícia violenta destinada a pacificar uma sociedade também violenta só poderia ter um resultado sangrento. (OLIVEIRA, E., 2006, p. 206)

Goiás possuía um território vasto e a polícia não possuía recursos suficientes para empreender uma monopolização da violência, isso associado com uma população, também, violenta, gerava uma situação de permanente combate. Para equacionar essa situação, o corpo policial era composto por membros que abusavam da violência para imporem-se como autoridade. Corroborando com a assertiva de Oliveira, Onaldo Campos (1971) alerta para essa necessidade de policiais “enérgicos e ativos” para o policiamento de áreas mais conturbadas.

[...] reclamando a segurança pública seriamente abalada no Arraial de Dolores do Rio Verde pelo grande número de criminosos e desertores, que impunemente zombaram das leis e autoridade a presença de um destacamento de praças de linha ao de um oficial enérgico e ativo, o meu antecessor fêz a devida requisição a essa presidência, sendo designado para êsse fim o tenente João Maria Berquó, que conseguiu capturar 30 desertores e 8 criminosos. (CAMPOS, O., 1971, p. 55)

Essa atitude dos policiais poderia ser eficiente do ponto de vista do Batalhão, mas a população goiana não os via com bons olhos. Os goianos desenvolveram certa desconfiança em relação a conduta dos agentes de segurança pública, como pode ser observado pelo relato do memorialista Joaquim Rosa (1974, p.36): “Fator de segurança ou intranquilidade, muito mais de intranquilidade para as populações isoladas nos ermos do sertão goiano e do Brasil daqueles tempos, era a presença dos destacamentos policiais”.

³³ *Regulamento da Força Pública do estado de Goyaz, 1892*. In: Arquivo Histórico Estadual.

³⁴ Como poder ser observado no relatório do presidente do estado de Goiás, Rodolpho Gustavo da Paixão, de 1891: “Em um Estado de território vasto, como este, e ainda não provido de meios rápidos de comunicação, é

Essas conclusões demonstram como as engrenagens sociais da Fronteira goiana giravam. A violência era um elemento de coerção social, mas não apenas isso, ela era, também um elemento ordenador da sociedade e da política na Fronteira Goiás. Mas, cabe perguntar até que ponto essa imposição da violência era aceita pelas camadas populares? No intuito de responder esse questionamento, os itens seguintes desse capítulo seguirão. Para tanto buscamos acompanhar, mais de perto, os relatos biográficos de Catulino Antônio Viegas.

2.2 - CATULINO ANTÔNIO VIEGAS: UM POLICIAL NA FRONTEIRA GOIANA.

No dia 23 de julho de 1923, no Tribunal de Justiça do estado de Goiás era lida a seguinte sentença.

Quanto ao réu Catulino Antônio Viegas, julgá-lo incurso no grau sub-máximo do art. 294, § 1º do Cód. Penal, por ter concorrido as circunstâncias elementares de surpresa e estar ofendido sob imediata proteção da autoridade, referidas no §§ 7º e 16 e agravantes da superioridade em força e armas do § 5º do art. 39 e atenuante de ter prestado bons serviços à sociedade do § 9º do art. 42 do dito código, e o condenar a 25 anos e seis meses de prisão celular e nas custas; (COELHO, 2008, p. 145)³⁵

Essa condenação concluía o julgamento do caso que ficou conhecido como a Chacina de São José do Duro de 1919, decretando o ex-tenente da Força Pública de Goiás a mais de 25 anos de prisão e acusando-o com um dos principais responsáveis pela execução de nove membros da família Wolney, que estavam amarrados em troncos como reféns. Após esses acontecimentos a fama de Catulino passou a anteceder a sua presença. Ele foi lembrado por uma série de escritores e memorialistas que narram os mais obscuros casos de violência que marcaram a fronteira goiana durante a primeira república.

Segundo as impressões de Antônio José de Moura (1989), que escreveu o romance histórico *Sete léguas de paraíso*, o policial era um misto de valentia e perversidade. Para ele

impossível ao governo satisfazer a tão imperiosa exigência com o limitado número de praças e de oficiais que dispõe”. (*Mensagem de 15 de novembro de 1891*. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u196/000001.html>)

³⁵ Guilherme Ferreira Coelho foi o escrivão de polícia da Secretaria de Segurança Pública de Goiás que compôs a comitiva formada pelo governo do estado para averiguar o caso de São José do Duro. Em 1937, o escrivão publicou o livro *Expedições históricas nos Sertões de Goyaz*, que trouxe os documentos do inquérito e as correspondências sobre o caso, juntamente com as notas que ele tomou sobre os caminhos, cidades, bichos, plantas, rios e gente. O livro foi republicado no ano de 2008 pela editora do Instituto Casa Brasil de Cultura.

Castorino Paniágua³⁶, codinome de Catulino, assume uma figura amedrontadora que era capaz assustar seus inimigos apenas pelo seu nome. Em diversas passagens de seu romance, a figura de Castorino aparece prenunciando derramamento de sangue.

- Pois vamos chamar o homem, e para reforço da tropa que seguirá até o Duro traga de quebra o destacamento de Pouso Alto, a frente do qual se encontra nosso velho conhecido Castorino Paniágua, de muitas mortes nas costas, muitos crimes de encomenda³⁷, medroso de bruxaria mas capaz de beber pinga com pólvora no sangue do inimigo.” (MOURA, 1989, p. 122)

No romance, o autor buscou retratar a saga de Benedita Cypriano Gomes, conhecida também como Santa Dica. O romance histórico não segue uma narrativa, puramente, cronológica e linear, pois o autor utilizou uma estratégia de metalinguagem para apresentação de alguns personagens. As linhas acima reproduzem a fala de Totó Braveza, personagem que representa o antigo senador goiano Antônio de Ramos Caiado. Essa fala do então senador traz o cartão de visita do policial e a apresentação do personagem no enredo. As páginas que se seguem são uma confirmação de sua personalidade forte e opulenta que aterroriza os seguidores de Dica.

Parece que as mesmas impressões sobre Catulino ficaram marcadas na obra de Bernardo Élis. O premiado autor goiano escreveu o romance histórico *O Tronco* (1979) que narra o já mencionado caso da Chacina de São José do Duro. A apresentação da personagem, de pseudônimo Severo,³⁸ é feita da seguinte forma:

Vindo de dentro da saroba, feito um bicho feroz, Severo apareceu por trás de Mendes de Assis. Alferes Severo era cumpridor do dever. Recebeu ordem do juiz para prender e prenderia mesmo que tudo levasse o diabo! Ali agora não tinha meu-pé-me-dói: o velho seria preso, porque está fora a ordem dada a Severo. O decreto judicial estava na algibeira da túnica e pronto! O olhar de Severo fuzilava. [...] Era do tipo de homem que servia para lidar com o juiz Carvalho: não pensava. Desde que lhe dessem uma ordem, ele a cumpria

³⁶ O codinome Castorino se aproxima foneticamente de Catulino, que indica essa ligação entre a personagem e o sujeito histórico. Já a utilização do sobrenome Paniágua pode estar associada a tradição do antigo reino de Leão, na região da península Ibérica, no qual cavaleiros da guarda real eram conhecidos por esse nome, que acabou sendo interpretado como lacaios ou capangas. Apesar das informações serem imprecisas e não se encontrar elementos que comprovam essa ligação se optou por levantar essa hipótese para ilustrar a possível escolha do autor para representar Catulino.

³⁷ Não foram encontradas evidências que ligam Catulino com nenhum crime de encomenda. A única suspeita levantada está em uma denúncia feita por um jornal paulista que acusa Catulino de ter assassinado dois bandidos, e arrancado a orelha de um deles como prova de sua morte. As suspeitas recaem sobre o tenente pelo fato dos bandidos serem supostamente membros e eleitores das oligarquias de oposição naquele momento. (*Diário Nacional*, nº 876, ano III, de sexta feira, 9 de maio de 1930. In: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>)

³⁸ Bernardo Élis utiliza o pseudônimo de Catulino, Severo, com uma dupla função. Ele serve, ao mesmo tempo, como substantivo, no qual nomeia seu personagem, e como adjetivo, ressaltando essa qualidade no mesmo.

cegamente. Ignorante, burro, violentíssimo, Severo só tinha uma qualidade: a coragem. (ÉLIS, 1974, p. 136)

Sendo esses relatos de literatura, não seria mais interessante aos autores que fossem acentuadas as características da personagem trazendo maior sabor literário a obra? Não será a “ficção realista” uma forma de entretenimento que abusa dos antagonismos sociais, levando seus casos ao extremo? A resposta a esse questionamento tende a uma afirmativa. Mas, não foram apenas relatos literários que descreveram as ações de Catulino.

O historiador, Osvaldo Rodrigues Póvoa (1980), escreveu o livro *Quinta-feira Sangrenta* com o intuito de relatar “fielmente o ocorrido” (POVOA, 1980, p.7), como ele mesmo afirmava, em São José do Duro. Nele, o autor se apoia em uma série de documentação e relatos de pessoas que viveram a época. Nesse sentido, ele narra o seguinte episódio sobre Catulino:

Catulino toma-lhe a chave, avança para o quarto, abre a porta. Lá está ele. Novo, porém robusto, Oscar sente que é chegado o momento decisivo. É tudo ou nada! Investe em Catulino. Lutam ferozmente. A um apelo do Oficial, acode o soldado Salustiano Dantas que dá uma coronhada no preso. Este cambaleia e Catulino prostra-o a tiros de revólver. (POVOA, 1980, p.42)

Horas depois, do fato narrado acima, Oscar Leal, de 16 anos, viria a falecer. A condenação de Catulino retratada nas páginas precedentes refere-se a essa acusação de assassinato, onde se teve comprovação no inquérito policial que investigou o caso. Outra visão sobre Catulino é expressa por Aires Neto (2003, p. 34), que citando o historiador Zoroastro Artiaga (1959) chega as seguintes afirmações

[...] abandonado a Comarca e a Comissão que havia aceito. A imprensa logo divulgou isto, para que a responsabilidade desses crimes não recaísse em pessoas inocentes. O magistrado viajou para o rumo do Rio de Janeiro, em vez de procurar o caminho de Goiás. Lá conferenciou com o Desembargador Alves de Castro que lhe exprobrou, então, que tudo era culpa dos oficiais. O Juiz relatou que havia demitido um dos oficiais da sua escolta de comando, o substituindo pelo Tenente Catulino Viegas. O demitido era alcoólatra. Por fim, o Juiz confessou a sua retirada e disse que a Comarca de São José do Duro ficara entregue à sanha de oficiais que considerava perigosos e mesmo irresponsáveis. Realmente, o Tenente Catulino traçou um terrível plano para evitar que Abilio Wolney, enlutado, viesse para retirar dali os seus parentes e vingar a morte do pai. (ARTIAGA, 1961, apud, AIRES NETO, 2003, p. 34)

Violento, perigoso e irresponsável são as características nas quais Catulino é classificado pelos historiadores acima citados – Artiaga (1961) e Póvoa (1980) –, que tentaram fazer uma leitura do caso. Contudo, para o Major comandante da Força Pública de 1925, Manuel A. da Silva Brandão, a avaliação do oficial de polícia é diferente. Em ficha de avaliação individual de Catulino, no item Juízo, o avaliador faz o seguinte comentário: “Faço Bom. É Oficial Valente”³⁹

Diversas são as interpretações sobre Catulino Antônio Viegas. Diversos foram os juízos de valor sobre a sua personalidade. A intenção aqui não é repetir essas avaliações, mas entender as causas que levaram um sujeito simples, membro de uma classe média urbana, a ser parte de lembranças da primeira república em Goiás. Para entender a importância desse sujeito histórico, buscaremos narrar alguns episódios que tiveram Catulino como protagonista.

Catulino Antônio Viegas era um mato-grossense nascido em 1887. Ele se incorporou na Força Pública de Goiás⁴⁰ no ano de 1915, no destacamento de Catalão⁴¹ como voluntário⁴² tendo que servir por engajamento durante os próximos três anos.

Quase um ano após a incorporação de Catulino na Força Pública de Goiás, ocorreu um dos primeiros eventos que marcaram a cidade de Catalão. A “Chacina dos Turneiros”, como ficou conhecida, é uma amostra do cenário de violência que a Cidade experimentava no início do século XX. Segundo Oliveira (2012), o conflito se origina no dia 2 de fevereiro de 1916, quando trabalhadores da estrada de ferro se envolvem em um conflito com uma mulher conhecida como “Santa” e acabam assinando-a. Segundo depoimentos levantados por Oliveira (2012), ela poderia ser amante do comandante do destacamento policial ou de Isaac Cunha, filho de um homem importante para a cidade. No dia subsequente, como desdobramento desse fato, a polícia tenta prender os suspeitos, mas os trabalhadores da ferrovia resistem e se desenvolve um tiroteio, onde um policial é morto.

³⁹ *Relação de conduta de oficiais deste Batalhão durante o ano de 1925. In: Arquivo Histórico Estadual de Goiás.*

⁴⁰ Uma das hipóteses que podem explicar a escolha de Catulino para a polícia Goiana é o fato de seu pai ter sido um policial que trabalhou em Goiás.

⁴¹ Segundo Ivan Sant’Anna (2012): “Desde a sua fundação por bandeirantes paulistas até meados do século XX, Catalão [...] era o lugar mais perigoso do Brasil para forasteiros desavisados. [...] a localidade foi cenário de terríveis massacres e disputas políticas de lances cinematográficos. Os pistoleiros e valentões catalanos eram famosos em todo o vale do rio Paranaíba, e além, por sempre resolverem as discussões, até os mais irrelevantes, no tiro ou na faca.” Talvez essa atmosfera da cidade de Catalão tenha uma forte influência na formação do policial Catulino Antônio Viegas, que entrou na polícia pelas portas do destacamento de Catalão.

⁴² “A desorganização interna e, principalmente, a oscilação do efetivo fizeram com que o Governo através da Lei nº 84, de 18 de julho de 1895, permitisse que os civis fossem nomeados Oficiais, recompensando antigos membros da Guarda Nacional. Este golpe político privilegiava cabos eleitorais com garantias e estabilidade, contrariando aqueles que vestiam a farda oficialmente. Completando a participação de civis no Corpo de Polícia de Goyaz, a Lei nº 162, de 8 de julho de 1898, no seu artigo 3º, cria o quadro de voluntários, que serviam por quatro anos, e o de sorteados, por seis anos.” (SOUZA, C., 1999, p.50)

Em represália ao acontecimento, os policiais armam uma emboscada, na madrugada do dia 4 de fevereiro, e param o trem de serviço que levava os trabalhadores da linha de ferro. Eles abrem fogo contra os ferroviários e morrem mais de 10 trabalhadores da linha de ferro, incluindo menores de idade e um policial. O evento não teve grande repercussão nos jornais de Goiás, mas repercutiu de forma intensa nos meios de comunicação na região do Triângulo Mineiro, que viam a fronteira goiana como o local em que dominava a lei da retaliação. Contudo, a chacina ficou praticamente esquecida em Goiás e as obras foram suspensas por quase dois anos, retomando-a apenas em 1918. (BORGES, 1980)

Não encontramos evidência que confirma o envolvimento de Catulino na chacina, mas um ano após o acontecido ele é promovido a patente de Alferes, no dia 2 de fevereiro de 1917, mesmo não tendo cumprido todo tempo de engajamento como determinava o regulamento da Força Pública. Após a promoção recebida por Catulino não temos informação dele até o ano seguinte. O registro das suas atividades exercidas, no primeiro semestre do ano de 1918, demonstra as múltiplas atividades que Catulino exerceu na corporação policial:

JANEIRO. A vinte e dois, Deixou o comando da terceira companhia assumindo o cargo de agente da Enfermaria. A vinte e nove, deixou esse cargo e assumiu o comando da segunda companhia. MARÇO, a quatorze, foi eleito para exercer o cargo de thesoureiro da caixa da musica. durante o primeiro semestre. ABRIL. A quinze deixou o comando da segunda companhia passando na mesma data a exercer o cargo de agente da enfermaria. A dezoito, deixou o cargo de thesoureiro da caixa da musica. MAIO, a dezesseis, foi dispensado de exercer o cargo de agente de enfermaria. JUNHO, a dezoito passou a disposição da secretaria de finanças. JULHO. A seis, seguir em serviço para o Sitio D' Abbadia.⁴³

Essa polivalência parece ter sido bem apreciada pelos seus superiores. Em Sitio D' Abbadia Catulino assume o comando⁴⁴ daquele destacamento até ser enviado a São José do Duro. Essa chacina, certamente, é um dos acontecimentos mais marcantes da primeira república em Goiás. O fato repercutiu em jornais no Rio de Janeiro e o Governo Federal chegou a enviar tropas para uma intervenção. A chacina deixou um rastro de sangue sem precedentes. Pode-se conjecturar que a “fama” de Catulino se formou por causa dessa chacina. A importância desse evento está em uma série de fatores que tornaram o fato emblemático para a história de Goiás, que permitem interpretar.

⁴³ In. *Caderno para se detalhar o serviço de guarnição e publicação das ordens expedidas a força pública. Manuscrito. Ano de 1918.* In. Arquivo Histórico Estadual de Goiás

⁴⁴ *Força Pública – movimento durante o ano de 1919.* In: Arquivo Histórico Estadual.

Abílio Wolney era filho do fazendeiro Joaquim Ayres Cavalcante Wolney da vila de São José do Duro (atualmente Dianópolis - TO). A sua família possuía grande prestígio social e 16 fazendas e grande quantidade de gado (AYRES NETO, 2003, p. 167-168). A influência econômica e social levou Abílio Wolney a ser eleito deputado estadual em Goiás em três ocasiões (1894-1898, 1905-1908 e 1909-1912). Para fazer carreira política, Abílio Wolney aliou-se a oligarquia dos Bulhões que detinha o poder em Goiás no início do século XX. O coronel do nordeste goiano participou do episódio conhecido como “revolução de 1909” para destituir José Xavier de Almeida da presidência do estado de Goiás.

O movimento de 1909 apresentou um envolvimento de homens comandados por coronéis não registrados em qualquer outro momento da história política de Goiás. Algumas razões apresentadas como motivadoras desse movimento [...] parecem frágeis diante do aparato montado pela oposição. Na verdade, foi a única tomada de poder pela força, por um grupo político estadual, em todo o período republicano.” (CAMPOS, F., 2003, p. 89)

A revolução de 1909 desarticulou o grupo xavierista e os Bulhões retornaram ao poder com o major Urbano Coelho de Gouvêa, cunhado de Leopoldo de Bulhões. Porém, a oligarquia dos Bulhões não permanece muito tempo na Chefia do poder executivo, pois eles perdem o prestígio político ante o Governo federal em 1912. Segundo Itami Campos (2003, p.97), “há quem vincule a queda dos Bulhões às intervenções federais da época, as famosas “salvações nacionais” do presidente do Brasil Hermes da Fonseca. Entre 1912 e 1916 são reorganizados novos acordos políticos e os Caiado assumem o papel de protagonistas na vida política de Goiás juntamente com outras oligarquias que o apoiavam. Nesse momento, Abílio Wolney, antigo aliado dos Bulhões, passou a fazer parte da oposição ao “novo” Governo de Goiás.

As trocas partidárias eram práticas políticas comuns, ainda mais quando se tratava da porção setentrional do estado. Sobre o norte de Goiás, Palacin (1990, p.45) afirma que existia uma “paixão inata do povo da região pela política partidária”. Talvez isso sirva para explicar essas intrigas e os problemas políticos que eram fortemente marcados por um personalismo típico do coronelismo que era bastante corriqueiro naquele momento.

Entre os anos de 1909 a 1912, Abílio, em seu terceiro mandato de deputado estadual, tornou-se presidente da Assembleia Legislativa de Goiás. Durante umas das sessões do ano de 1912, o então deputado Antônio Ramos Caiado adentrou a Assembleia e os seguintes fatos foram se sucederem:

– Deputado Ramos Caiado, nenhuma palavra a mais! Em nome da ordem, retire-se dessa casa. [...] Totó deu passos para o desagrado, mas refluíu ao gesto de Abílio que levou a mão a gaveta da mesa simulando sacar uma pistola, embora não a tivesse ali. [...] Caiado saiu, mas deixou claro: [...] – Isso não vai ficar assim. (AIRES NETO, 2002, p. 107)

A partir desse episódio Abílio Wolney e Antonio Ramos Caiados tornaram-se definitivamente inimigos. Com os Caiado no governo, Abílio não conseguiu se reeleger. Ele ainda se candidatou como deputado federal em 1913 e foi eleito, porém os votos foram depurados, diante da alegação de fraude na eleição, por este motivo não pôde assumir o cargo. Porém, o ex-deputado permaneceu na capital onde abriu um escritório de advocacia e ficou administrando o jornal *O Estado de Goiaz*, que fez oposição ao Governo da época.

Outra visão que nos auxilia a entender esses conflitos está nos argumentos apresentados por Silva e Campos (2013) que entendem que o território goiano não possuía uma unidade territorial.

Até então, o Sul e o Sudoeste do Estado ligavam-se a Minas Gerais; o Nordeste Goiano vinculava-se à Bahia; o Norte Goiano comercializava e se relacionava com Maranhão e Pará. A antiga capital, Cidade de Goiás, não expressava a unidade estadual, ficando isolada nas cercanias da Serra Dourada. Além disso, a falta de estradas e a dificuldade de comunicação eram fatores que contribuíam para a não integração das regiões, também para a falta de unidade territorial. (CAMPOS, F.; SILVA, 2013, p. 43)

Essa dinâmica territorial que se desenvolveu em Goiás serve para explicar que a forte oposição existente entre o norte e o sul do estado, que futuramente culminou na divisão territorial de Goiás com a criação do estado do Tocantins em 1989. Essa falta de unidade territorial criava elites econômicas que eram ligadas a outras regiões e por isso os coronéis que estavam afastados da cidade de Goiás tinham a possibilidade de se estabelecer como um poder paralelo a oligarquia dominante. Esse fato serve para explicar a decisão de Abílio Wolney de retornar a sua cidade natal, a vila de São José do Duro. Esse argumento nos permite pensar que ele tenha acreditado que residindo ao norte de Goiás não sofreria tantas perseguições políticas de seus opositores e teria forças para se reorganizar politicamente.

Contudo, chegando ao norte de Goiás, Abílio se deparou com uma situação política diferente em seu município. Os principais administradores da vila estavam em sintonia com a oligarquia dominante, onde o nome mais representativo era o de Manoel José de Almeida que havia se tornado o juiz municipal e era um antigo desafeto dos Wolney. Os juízes naquele período eram elementos indispensáveis para qualquer oligarquia, pois eles possuíam a

capacidade de reprimir as ações de seus oponentes e camuflar as irregularidades praticadas por seus aliados. Palacin (1990), ao analisar as revoluções de Boa Vista (1892 – 1930), chama a atenção para essa característica que os juízes apresentavam naquele período.

A ação do juiz – nos contratos, heranças, julgamentos, prisões, eleições – quando dirigidas politicamente continha uma tremenda carga inibitória contra os inimigos, ou de recompensa para os amigos do governo. [...] Um caso famoso, além das três revoluções de Boa Vista, do poder do juiz para detonar uma situação social explosiva é o caso de Duro, imortalizada por Bernardo Élis em *O Tronco*. (PALACIN, 1990, p.43)

Os problemas que culminaram na Chacina de São José do Duro se iniciaram quando Abílio Wolney tornou-se o advogado da viúva de Vicente Belém e redigiu o inventário de bens do falecido. O documento foi apresentado ao juiz Manuel José de Almeida e ele constatou algumas irregularidades de omissão de bens. O juiz não aceitou o documento, alegando não estar em sintonia com as normas da lei vigente. Em fevereiro de 1918 o juiz encaminhou um telegrama ao presidente do estado de Goiás, o desembargador João Alves de Castro. O telegrama informava sobre a morte do comerciante e acusava Abílio e sua família como mandantes do crime. Nesse ínterim, Abílio Wolney entrou na cidade com alguns jagunços e obrigou o juiz a aceitar o inventário. Após o acontecido, o Juiz deixou a cidade e o delegado de polícia do município, Joaquim Monteiro de Rezende, encaminhou um novo telegrama ao chefe de polícia do estado de Goiás, que por sua vez, reencaminhou a mensagem para o presidente do estado:

Exmo. sr. dr. Chefe de Policia: Estando conflagrado este município, onde impéra o banditismo chefiado pelos senhores Abilio Wolney e seu pae Joaquim Ayres Cavalcante Wolney que, alem de praticarem muitos outros crimes, agrediram, maltrataram, insultaram e violentaram com prisão, obrigando a pratica de actos contrários a lei e os direitos da fazenda publica estadual, o collector, o juiz municipal, prenderam também e infligiram castigos ao empregado do Correio Thomé Celestino de Abreu. Não satisfeito ainda com tamanhos absurdos, continuam com muita gente armada, tanto dentro da Villa como na próxima fazenda “Buracão” e promettem assassinar aos ditos empregados que estão fugindo, como eu, para as suas fazendas ou para outros Municipios em busca de garantias para as suas propriedades até que o Exmo. Governo do Estado lhes dê as precisas garantias para exercerem livremente os seus respectivos cargos. Esta delegacia se acha inibida de cumprir a determinação de V. Exa. Exarada na presente representação e por isso a devolve para que delibere V. Exa, a respeito conforme for mais conveniente aos interesses da justiça. Reitéro a V. Exa.

Os protestos de estima e consideração. Saúde e fraternidade. [...] Vasante (Município do Duro) 28 de Maio de 1918.⁴⁵

Também foram encaminhados mais dois telegramas para o presidente do estado, um de Manoel José de Almeida e outro de Sebastião Brito de Guimarães, o coletor estadual. Os telegramas seguem com o mesmo teor de denúncia que o do delegado municipal. Esses telegramas acirraram as disputas de poder na região e deram início para o viria ser conhecido como Chacina da Vila de São José do Duro.

O presidente do estado, João Alves de Castro⁴⁶ começou a procurar um juiz para averiguar e julgar os acontecimentos em São José do Duro. Depois de diversas evasivas de alguns juízes, o magistrado, de Pouso Alto-GO, Celso Calmon aceitou a incumbência. Com ele se dirigiram-se para São José do Duro em torno de 60 policiais.

Ao chegar em São José do Duro as autoridades do governo estadual tomaram conta da cidade e improvisaram um quartel e um gabinete para o juiz Celso Calmon (onde desapropriaram temporariamente algumas casas particulares). As investigações se iniciaram e ao fim o juiz indiciou Abílio e seu pai como suspeitos dos crimes cometidos e decretou a prisão provisória de ambos até o julgamento.

Na fazenda Buracão⁴⁷, os policiais prepararam uma emboscada para capturar os indiciados. A fazenda estava desprotegida⁴⁸ e os policiais não tiveram resistência para entrar. No desenrolar dos acontecimentos o coronel Joaquim Ayres Cavalcante Wolney (pai de Abílio Wolney) foi baleado juntamente com um de seus funcionários e ambos morreram. Abílio Wolney fugiu para a Bahia (visto que a Vila de São José do Duro ficava próxima as divisas de Goiás com está região) prometendo reunir esforços para vingar a morte de seu pai.

Após esse fato, o juiz Celso Calmon abandonou a vila juntamente com alguns oficiais de polícia. Contudo, antes de sair deixou sobre a incumbência de Catulino a liderança dos policiais que ali ficaram.

Antes de sahir, porém retirei do tenente Britto o comando da força, devido a umas irregularidades praticadas por esse official, segundo fui informado e pedi ao Governo a nomeação do Alferes Catulino Antonio Viegas para delegado, em comissão, do duro. (COELHO, 2008, p.133)

⁴⁵ *Mensagem do presidente do Estado de Goiás João Alves de Castro de 13 de maio de 1919. In: www.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas*

⁴⁶ Vale ressaltar a postura de João Alves de Castro que era cunhado de Antônio Ramos Caiado, neste momento senador pelo estado de Goiás, e, também, era padrinho de uma das filhas de Abílio Wolney.

⁴⁷ Propriedade da família Wolney

⁴⁸ Os jagunços dos Wolney tinham sido deslocados para outra fazenda, próximo aquela localidade.

Catulino era o homem de confiança de Celso Calmom. O juiz o citou várias vezes em seu relatório ao presidente do estado de Goiás, além de nomeá-lo delegado em comissão. Parece que Bernardo Élis (1974) também teve essa mesma impressão, pois ao narrar os pensamentos do Juiz Carvalho, codinome de Celso Calmo, ele demonstra a insatisfação com Mendes de Assis, pseudônimo de primeiro tenente Antonio Seixo de Britto, e a aproximação e a simpatia de Calmon por Catulino, da seguinte maneira:

Mendes de Assis!⁴⁹ Esse Mendes de Assis não merecia confiança. Preferia que fosse o alferes Severo o comandante da escolta, mas infelizmente não era possível. Tinha que obedecer à hierarquia militar.⁵⁰ (ÉLIS, 1974, p. 129)

Após a investida da polícia, Abílio Wolney se reuniu na Bahia com outros coronéis com quem mantinha amizade e assim conseguiu recrutar aproximadamente 200 jagunços e cangaceiros que seguiram rumo à Vila de São José do Duro. Ali chegando cercaram o vilarejo. Como forma de garantia os policiais mantiveram alguns membros da família Wolney como reféns e os prenderam em troncos. Os policiais ameaçaram executá-los, caso a cidade fosse invadida. Mesmo após a ameaça, o confronto não foi evitado e os parentes de Abílio foram mortos. A cidade ficou em estado de guerra por 3 dias e os policiais foram fugindo gradativamente.

O conflito obteve repercussões nacionais, os jornais da capital federal relataram o caso e o presidente do estado de Goiás teve que dar satisfações para o presidente da República, Delfim Moreira. Esse fato desencadeou uma forte crise política no estado de Goiás e um inquérito foi instalado para se averiguar irregularidades das ações policiais em São José do Duro. Contudo, os jagunços e cangaceiros ocuparam o norte de Goiás por aproximadamente três anos, aonde o governo federal chegou a enviar uma intervenção militar a região. Esse destacamento militar não chegou a atuar no norte de Goiás, pois foram deslocados de sua missão para que enfrentassem a Coluna Prestes que iniciava a sua formação no território brasileiro.

Catulino foi responsabilizado pelos crimes e acusado de ser mandante das execuções. Isso se deu por ser o chefe de polícia nomeado pelo Juiz Celso Calmon, mas também por empregar da violência abusiva como narra Aires Neto:

No cômodo de uma casa ao lado, encontraram ainda um sobrevivente já nos braços do seu genro, o prof. João Correia de Melo. Era o menor Oscar Leal,

⁴⁹ Pseudônimo do tenente em O Tronco.

⁵⁰ Esse trecho retrata o pensamento do Juiz Celso Calmon que possuía o codinome de Juiz Carvalho.

que depois de uma luta corporal travada com o oficial que entrou para executá-lo, ainda folguejava, apesar do rombo causado por um tiro na região do fígado. Nos estertores da morte, o filho de Ana Custódia Wolney e João Batista Leal ainda pôde dizer a Abílio Wolney e outros presentes que foi o Alferes Catulino Antônio Viegas que o feriu no momento da fuga dos últimos soldados dos quartéis improvisados nas casas grandes do largo da Vila, cujo oficial disse que as mulheres que estavam confinadas no Casarão também seriam mortas. (AIRES NETO, 2003, p. 19)

Segundo Póvoa (1980, p. 43), Catulino foi o último a fugir do vilarejo. Mas a sua coragem foi imortalizada por Bernardo Élis que narrou o confronto contra os jagunços que tomavam de assalto o vilarejo, da seguinte maneira.

Valente era o alferes Severo. Resistia com denodo. De vez em quando deixava o quartel com alguns soldados distraindo os jagunços e saía com uma coluna volante pelos arredores, afastando os jagunços para longe, batendo, matando-os. Depois, de volta a seu posto, procurava contato com os demais militares, tocando sua corneta, dando ordens e transmitindo mensagens. (ÉLIS, 1974, p. 239)

A imagem de Catulino vai ser um misto de coragem e perversidade como pode ser observado no relato do episódio da morte do pai de Abílio Wolney, que foi descrito pelo literato Antônio José de Moura que destacou a reação de Castorino, codinome de Catulino, diante da acontecido.

Depois que entre risadas Castorino Paniágua ajudou a soldadesca a desfigurar o cadáver e a dar um butim do massacre – armas, esporas, dinheiro -, o trêmulo e pálido oficial de justiça Mamede Bento é compelido a ler o mandado de prisão preventiva para as duas postas de carne e sangue jazentes no chão, me diga quem é coronel, qual deles terá sido o peão. (MOURA, 1989, p. 125).

Esse relato demonstra como Moura (1989) pensou a atitude de Catulino diante da morte do antigo coronel. Para ele, o policial tinha se sentido satisfeito pelo fato da situação ter culminado na morte de Joaquim Ayres Cavalcante Woney. Essa imagem vai ser bastante representativa da personalidade do oficial de polícia, pois ao chegar à capital ele foi acusado de crimes cometidos na chacina e um inquérito policial foi aberto. O resultado foi narrado no documento de abertura desse subtítulo. Catulino foi acusado como um dos principais responsáveis pelas mortes dos Wolney em São José do Duro e foi exonerado de suas funções. Além disso o policial pegou 25 anos e seis meses de prisão.

2.3 – CATULINO ANTÔNIO VIEGAS: UM RELATO SOBRE A BANALIDADE DO MAL OU O MITO MILITAR-VIRIL?

A sentença judicial que finalizou⁵¹ o inquérito policial de São José do Duro condenou todos os réus acusados a prisão⁵² com exceção do Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, que foi condenado a um ano e seis meses de suspensão de suas atividades públicas e uma multa de 200\$000 (duzentos mil reis), e o réu Antônio Seixo de Brito que foi absolvido das acusações. Contudo, o desembargador Celso Calmon não concordou com a sentença judicial e recorreu ao Supremo Tribunal de Justiça. No ano de 1923, uma nova sentença do tribunal absorveu os acusados no recurso crime de São José do Duro sobre a prerrogativa de prescrição do crime.

No entanto Catulino deveria, pelo menos, ter permanecido na cadeia por três anos, mas isso não aconteceu. A sentença que decretou sua prisão é datada do dia 23 de julho de 1920 e o recurso que previu a prescrição do crime foi datado de 30 de novembro de 1923. No entanto, o oficial de polícia já havia retomado as suas atividades policiais antes mesmo de ser absolvido pela justiça. A “Relação de Conduta dos oficiais do Batalhão de Polícia de 1925”⁵³ traz a informação de que Catulino foi nomeado a patente de segundo tenente no dia 19 de maio de 1922, mais de um ano antes de sua efetiva absolvição judicial. Isso indica que Catulino não ficou muito tempo afastado da força Pública de Goiás e que ainda recebeu uma promoção após a chacina de São José do Duro. Assim, em 1924, Catulino aparece ocupando o cargo de delegado de polícia na cidade de Buriti Alegre. Esse era um cargo de confiança e chefia, que era nomeado diretamente pelo chefe de polícia de Goiás.

O cargo de delegado de polícia trazia uma boa progressão financeira, isso pode ser observado ao se recorrer as ordens de pagamento feitas em nome de Catulino. Com a patente de primeiro tenente, Catulino recebia 400\$000 (quatrocentos mil reis) de remuneração, onde mais 112\$000 (cento e doze mil reis) eram enviados a sua família na capital do estado. Com a sua nomeação para delegado, seus rendimentos subiram para 884\$000 (oitocentos e oitenta e quatro mil reis) e mais 140\$000 (cento e quarenta mil reis) que eram enviados para sua família. Pode-se observar que seu salário sofreu um aumento de mais de 100% com a nomeação para delegado de polícia⁵⁴.

⁵¹ A sentença é datada do dia 23 de julho de 1920.

⁵² Essa sentença judicial foi a responsável por condenar Catulino a 25 anos de prisão.

⁵³ In: Arquivo Histórico Estadual.

⁵⁴ Essas informações são retiradas de ordens de pagamento emitidas em nome de Catulino no ano de 1930, quando estava destacado em Rio Verde – GO, mas serve para demonstrar o progresso financeiro que o oficial obtinha ao ser nomeado como delegado. (In: Rio Verde nº 10 e 11. Arquivo Histórico Estadual)

Mas, não era apenas financeiramente que o cargo de delegado trazia benefícios. Geralmente os delegados eram as maiores autoridades policiais nos municípios em que eram destacados e, em tese, deviam investigar possíveis crimes, reunir provas e apresentá-las aos juízes competentes para determinar se um delito de ação penal pública havia ocorrido. Mas pelo fato de serem as maiores autoridades policiais de sua região⁵⁵, eles acabavam se tornando pequenos núcleos de poder e por isso ditavam as regras sociais nessas localidades. McCreery (2006) alerta sobre as ações dos delegados de polícia ao relatar que

As queixas eram comuns, delegados usavam o poder de seu cargo para intimidar ou abusar de inimigos pessoais, de seus patrocinadores ou de negócios, ou para proteger criminosos e esconder as suas próprias atividades ilegais. Genuína neutralidade em assuntos locais era difícil de alcançar ou manter e, na verdade, não era esperado, com o resultado de que quase tudo o que eles fizeram, os delegados ou subdelegados em que eles próprios eram acusados de abuso e favoritismo. É claro que, frequentemente, eles eram culpados⁵⁶. (McCREERY 2006, p.30)

Os delegados recebiam gratificações financeiras para exercer o cargo e representavam as autoridades legais em muitas ocasiões. Devido ao grande vazio demográfico de Goiás, eles eram a maior autoridade legal que existia em alguns municípios e por isso representavam a ordem e a justiça nessas regiões. Em muitos casos, eles acabavam utilizando desse poder para benefício pessoal. Essas práticas, ao que tudo indica, eram corriqueiras em Goiás, pois diversos relatos denunciavam esse abuso de poder dos delegados, como por exemplo, aparece nas memórias de Joaquim Rosa (1974) que narra a seguinte passagem:

Como delegado de polícia executava seu próprio código, revogando de plano os postulados jurídicos dos outros, com a vantagem de simplificar a mecânica da justiça: (...) – Seu coronel, pedi a vancê vim aqui me indica um advogado prá me livrá. (...) De fora da grade, o coronel sentenciou sem direito de recurso, tendo em vista a qualidade do réu: (...) – Não é preciso, meu amigo. Deixa acabar o inquérito. Se você não tem culpa, eu te boto na rua sem advogado. Se tá complicado no causo, não é o advogado que vai te livrar da cadeia... (ROSA, J. 1974, p.37)

⁵⁵ Os oficiais superiores do batalhão de polícia eram destacados na capital e estavam afastados geograficamente, devido as imensas distâncias entre os municípios e pela a dificuldade de locomoção e comunicação da época, esse fato aumentava ainda mais a autoridade dos delegados de polícia.

⁵⁶ Complaints were common that delegados used the power of their office to intimidate or abuse personal or business enemies or those of their sponsors, or to protect criminals and hide their own illegal activities. Genuine neutrality in local affairs was hard to achieve or maintain and, in truth, was not expected, with the result that almost whatever they did delegados or subdelegados found themselves accused of abuse and favoritism. Of course, often they were guilty.

As promoções no interior do Batalhão de polícia extrapolavam os benefícios financeiros, pois esses sujeitos podiam obter prestígio social em algumas ocasiões. No trecho acima o delegado personificava tanto o poder executivo como o judiciário, pois ele executava a prisão dos acusados e por meio do inquérito policial os julgavam. Outra amostra desses benefícios pode ser observada no *Correio Oficial* que publicou, em 29 de janeiro de 1931, um relatório, denunciando os atos de Catulino durante as ações revolucionárias de 1930, época em que Catulino ocupava o cargo de delegado de polícia em Rio Verde.

Os Srs. Tte. Catulino Antonio Viegas e Cap. Valerio da Cunha Porto, commandante de forças aqui estacionadas, com o fito de combater a revolução, valendo-se do poderio de que dispunham no momento, obrigaram o menor Jesus do Couto a abrir-lhes as portas da pharmacia pertencente aos Srs. Veiga & Santos Cruz, sita nesta cidade, na supposição em que estava do que a mesma fosse de propriedade do Dr. Pedro Ludovico Teixeira, que se achava preso nesta cidade, e contra quem voltavam todo o ódio dos políticos governistas da occasião, pela sua tentativa de tomada desta cidade pelas armas, afim de se abastecerem, como fizeram, de medicamentos para uso de suas tropas, a custa dos adversários⁵⁷.

O início da revolução de 1930 mobilizou a polícia para combater os revolucionários. Pedro Ludovico foi preso chegando em Rio Verde por Catulino e outros policiais. O relatório acima acusa o tenente de se apropriar de medicamentos de uma farmácia sobre a prerrogativa dela pertencer à Pedro Ludovico e de que os medicamentos serviriam para uso da tropa. Contudo ao findar o relatório de acusação da apropriação de medicamentos da farmácia para o corpo policial, o redator faz a seguinte acusação: “Além disso verifica-se também pela conta da junta a estes autos, que da dita pharmacia foram retirados medicamentos inúteis a soldados em campanha”⁵⁸. Esse trecho deixa a entender que Catulino e Valério da Cunha Porto teriam extraviado medicamentos da farmácia usando a prerrogativa de seus cargos no batalhão de polícia.

Ser delegado de polícia em Goiás durante a primeira república era um benefício que poucos policiais atingiram. Era um cargo que aumentava os recursos financeiros do policial e ao mesmo tempo transformava-o em um pequeno núcleo de poder. Bernardo Élis (1974) apresenta esse interesse no agrupamento policial sobre as progressões na hierarquia militar. O autor narra em sua obra que muitos policiais se alistaram em São José do Duro por considerar a ocasião uma oportunidade para demonstrar serviço.

⁵⁷ *Jornal Correio Oficial de Goiás*. Cidade de Goiaz, 29 de janeiro de 1931. In. Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

Lavradores na sua maioria, os soldados trocavam ideias ante a aproximação das chuvas. Falavam de roças, contavam casos de vaquejadas, relembavam cenas de infância, ou de tempos passados. Até os doentes, até o maleitoso se reanimou. [...] – Esses Melos? A gente pode matar eles que nem bugre. Cê acha que o governo vai danar? Acha é bom, sô! dizia Mané Vitô em voz grave, reacendendo a fogueira que desmanchara. [...] Gabriel observou que não fazia cerimônia: [...] – Quero passar a brasa logo nuns pares deles, que é mode ganhar uas largatixas. Eu tenho que voltar pra Goiás como sargento, se Deus e a Virgem Santíssima me ajudar eu. (ÉLIS, 1974, p.74)

Talvez seja possível conjecturar que Catulino tenha pensado dessa forma. A sua coragem e valentia é um dos seus aspectos mais lembrados na Chacina de São José do Duro. Mesmo ele sendo condenado ao fim do processo que julgou o caso no norte de Goiás, a sua absolvição e regresso ao corpo policial foi rápida e ele obteve ascensões financeiras e sociais após o acontecimento.

Essa hipótese toma ainda mais corpo ao se analisar a situação de seu companheiro Antônio Seixo de Brito. O oficial de polícia seguiu para São José do Duro como comandante do destacamento de polícia e era graduado como primeiro tenente na época. Ao findar o processo regular que julgava as acusações crime, ele foi o único dos réus que obteve absolvição desde o primeiro julgamento. Essa absolvição do comandante de polícia pode ser entendida a partir das representações literárias sobre o tenente.

Se assim fosse, Mendes de Assis não se indisporia com os Melos, nem descumpria a ordem judicial. Os Melos eram perigosos, Não eram humildes enxadeiros que Mendes de Assis costumava prender e espancar e matar, alegando resistência à rodem judicial. Atrás de Arthur havia gente grossa: um desembargador que mandava no Tribunal de Justiça do Estado: um general do Exército; coronéis ricos e prestigiosos da Bahia. Mendes de Assis teve vontade de largar a diligência, largar a espada e sair correndo pelo mundo afora. Estava prevendo tudo: ia haver luta e ia morrer gente. (ÉLIS, 1974, p. 134)

Essa postura de Mendes de Assis, codinome de Antônio Seixo de Brito no romance *O Tronco*, parte do enredo que Bernardo Élis constrói para explicar o rebaixamento da função que ocupava o tenente na diligencia de São José do Duro. Se a postura do tenente for comparada com a de Catulino pode ser observado um claro antagonismo entre os dois oficiais. Catulino era um oficial valente e que cumpria cegamente tudo o que havia sido mandado, mas o tenente Antônio Seixo de Brito não tinha a mesma disposição. Ao longo do

⁵⁸ *Jornal Correio Oficial de Goiás*. Cidade de Goiaz, 29 de janeiro de 1931. In. Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

romance ele é representado como um sujeito receoso e que não tinha coragem suficiente para executar as ordens que foram impostas.

Os discursos oficiais não fazem nenhum juízo de valor sobre Antônio Seixo de Brito. A única menção ao tenente faz referência sobre algumas irregularidades praticadas por ele, sem mencionar especificamente o ocorrido, como pode ser observado, novamente, nas linhas subsequentes do relatório apresentado por Celso Calmon no inquérito de averiguação do caso de São José do Duro,

Dado o meu despacho de pronuncia e nada mais me cumprindo fazer no Duro, procurei a 1º de janeiro dali me retirar, fazendo-me acompanhar do promotor, escrivão, alferes Avelino, sargento Alcides, nove praças e meu empregado, via Natividade. Antes de sair, porém retirei do tenente Brito o comando da força, devido a umas irregularidades praticadas por esse oficial, segundo fui informado e pedi ao Governo a nomeação do Alferes Catulino Antônio Viegas para delegado em comissão do Duro. (COELHO, 2008, p.133)

Antes de deixar a vila de São José do Duro, Celso Calmon retira o posto de comandante do destacamento de Antônio Seixo de Brito e nomeia Catulino para exercer o cargo. A afirmação imprecisa de Celso Calmon possibilita uma multiplicidade de interpretações. Se levarmos em conta o fato do juiz não especificar as irregularidades do tenente Antônio Seixo de Brito em conjunção com as representações literárias de Mendes de Assis poderemos pensar a hipótese de que o oficial não tinha a coragem suficiente para combater Abílio Wolney e os jagunços, que dias depois tomariam de assalto a vila. Para enfrentar aquela situação era necessário um comandante enérgico e com postura firmes para confrontar o bando de Abílio, que entrariam em combate com a polícia.

Contudo, essa postura de Antônio Seixo de Brito, apesar de não ser bem vista pelo batalhão de polícia, possibilitou a sua absolvição no inquérito policial sobre São José do Duro. O tenente foi o único de todos os réus acusados que foi considerado inocente. Talvez a postura do ex-comandante pode auxiliar a entender essa questão.

De seu canto, tenente Mendes de Assis não reagia. Era um molambo, os olhos azuis arregalados, os dedos desfiando o rosário, os beijos batendo a ave-maria, aqueles mesmo lábios que tinha tramado a prisão dos cidadãos, aqueles mesmos lábios que, com uma só palavra, poderia ter evitado a morte de muitos homens. [...] Nos ouvidos de Mendes de Assis ecoavam os pedidos de misericórdia, os rogos e protestos dos moribundos. (ÉLIS, 1974, p. 239-240)

Élis destaca o arrependimento de Mendes de Assis naquela situação. A personagem, diante do ataque dos jagunços à vila de São José do Duro, teria se arrependido de suas ações e se culpava pelo desfecho dos acontecimentos. Será que ele poderia ter evitado aquela tragédia? Poderia Mendes de Assis ter feito alguma coisa diferente que evitasse o ataque de Abílio Wolney? O autor dá ênfase a esse sentimento de culpa e suplica do comandante da polícia diante do confronto para representar a aflição que ele estava passando, onde diante de tanta barbárie a sua única reação era recorrer aos dons divinos. A primeira vista parece que essa postura livrou o tenente Antônio Seixo das acusações de São José do Duro, mas após a absolvição do tenente no caso citado, a sua carreira militar entra em um forte descenso.

A última informação encontrada sobre Antônio Seixo de Brito mostra que ele trabalhou na Secretaria de Segurança Pública durante o ano de 1925. Foram encontrados diversos ofícios de ordens de pagamento que deveriam ser executadas pelo porteiro da Secretaria de Segurança Pública, o cidadão Antônio Seixo de Brito⁵⁹. Neste momento, chama-se a atenção ao substantivo “cidadão”, que precedia o nome do ex-tenente. Esse fato indica que ele não possuía nenhuma patente militar e que era, apenas, um funcionário público. A intenção aqui não é desmerecer a profissão que o ex-tenente exercia, indicando um possível rebaixamento na ocupação do cargo de porteiro, o intuito, neste momento, é demonstrar que a atitude de Antônio Seixo de Brito não era o padrão que a polícia goiana procurava em seus funcionários.

Uma comparação simples entre Antônio Seixo de Brito e Catulino Antônio Viegas demonstra o modelo ideal que a polícia goiana procurava. O ex-tenente foi o único policial que não foi condenado na chacina de São José do Duro, porém a sua “inocência” no caso não foi suficiente para mantê-lo no batalhão de polícia. Não se pode afirmar que Antônio Seixo de Brito foi excluído do batalhão de polícia ou que ele tenha pedido para deixar o cargo. Mas, no entanto, pode-se concluir que as atitudes de Antônio Seixo de Brito não eram o que se esperava de um policial na fronteira goiana.

O caso de Catulino revela a outra face da moeda. Ele foi condenado no episódio da Chacina de São José do Duro, foi exonerado do batalhão de polícia e deveria cumprir vinte e cinco anos de prisão. Contudo, ele não ficou preso por muito tempo e ainda retornou à polícia e progrediu na carreira militar. Como explicar essa progressão de Catulino em detrimento do ex-tenente Antônio Seixo de Brito?

⁵⁹ *Ofícios da 2ª seção da Secretaria de Segurança Pública*. In: Arquivo Histórico Estadual.

Talvez uma possível explicação esteja no trabalho de Miriam Bianca Amaral que auxilia na interpretação desse acontecimento ao analisar a permanência da família dos Caiados na vida política de Goiás. No seu texto intitulado de “Memória, família e poder. História de uma permanência política. Os Caiados em Goiás” (1998), a autora buscou visualizar quais foram os elementos que permitiram a família dos Caiados permanecerem tanto tempo no poder. A sua pesquisa empírica baseou-se em entrevistas a membros da família dos Caiado que narrou às características que os constituíram como atuantes no cenário político de Goiás. Dessa forma, Amaral buscou rastrear esses elementos simbólicos e culturais que refletidos na memória da família pudessem explicar essa permanência. Assim, um elemento em especial chamou a atenção, a autora informa que a frase “Caiados não deixa amigo na Chapada” (AMARAL, 1998, p. 268) era uma espécie de “missão” familiar que foi reproduzida por todos os membros da família.

Catulino possa ter sido um desses “amigos” dos Caiado, pois após a chacina de São José do Duro, ele retoma as suas atividades na polícia e ainda recebe promoções de cargos. Não obstante, afirmar esse fato seria simplificar a ordem dos acontecimentos e reafirmar uma visão tradicional que explica os acontecimentos por meio dos “interesses da oligarquia dominante”. Creditar Catulino apenas como um cachorro do governo é se apoiar na argumentação mecanicista que enquadra o indivíduo ao sistema social no qual ele está inserido. Tomar essa argumentação como ponto central é se apoiar, como fez Eichmann em seu julgamento na corte de Jerusalém, que ele estava apenas realizando ações de Estado e que “A sua culpa provinha de sua obediência, e a obediência é louvada como virtude. Sua virtude tinha sido abusada pelos líderes nazistas. Mas ele não era membro do grupo dominante, ele era uma vítima, e só os líderes mereciam punição.” (ARENDR, 1999, p.269). Fazer essa ligação é desconsiderar que Catulino teve privilégios, é desconsiderar que ele melhorou a sua condição financeira e que obteve privilégio social. Considerar que Catulino foi apenas uma vítima do sistema social é negligenciar que aquele sujeito histórico interagiu com toda a estrutura social.

Além disso, a única ligação encontrada entre Catulino e os Caiado está nas memórias de Pedro Ludovico, que relata o seguinte acontecimento: “No dia 24 de outubro, pela madrugada, entra no meu cárcere o Tenente Catulino e me declara que receberá ordem do senador Ramos Caiado de me remeter para a velha Goiás.” (LUDOVICO, 1973, p.37-38).

Mesmo Pedro Ludovico tendo relatado essa suposta ligação entre Catulino e o principal expoente da oligarquia Caiado, a informação ainda é imprecisa. Não se sabe se essas ordens vieram de maneira direta, ou se Catulino as recebeu por intermédio de seus superiores

ou por outros meios. Essa informação não é prova que o senador Ramos Caiado conhecesse Catulino. A hipótese mais segura que permite explicar esses acontecimentos podem ser sintetizadas no conceito de “familiarização com a violência”, de Oliveira (2006), e interpretado a luz das representações de Bernardo Élis (1974).

Era digno e Valente. Sua corneta era uma bandeira de esperança, era uma chama na treva da incerteza. Ultimamente, Mendes de Assis e Enéias haviam sumido, haviam debandado. De Xavier, pouco se sabia, mas a corneta de Severo estava em toda a parte, era o sinal de que os sitiados não estavam desamparados, de que os jagunços não eram senhores do povoado. Severo podia mais do que Abílio Batata e Roberto Dourado. Seus soldados, uns quinze no máximo, eram destemidos, eram mais poderosos do que os jagunços com seus corpos fechados e com sua agilidade. [...] Leão de Aquino vira Severo ir até as trincheiras de Arthur Melo, que teve de fugir. Severo podia mais do que as feridas, do que a morte. Para ele nada valiam esses feitiços, essas mandigas de corpo fechado, de patuá, de não sei mais o que! Seu corpo não era fechado, mas os ferimentos não o baqueavam. (ÉLIS, 1974, p. 246-247)

Dessa forma, podemos identificar os dois polos antagônicos da polícia goiana. De um lado Catulino, o Severo no romance *O Tronco* (1974), que se mostrou altamente familiarizado com a violência e do outro Antônio de Brito, o Mendes de Assis no romance *O Tronco* (1974), que mesmo sendo considerado inocente no caso de São José do Duro não satisfazia as necessidades da polícia goiana na época. As atitudes de Catulino representavam o perfil ideal de policial que o batalhão necessitava. Ele era um policial corajoso que não tinha medo de enfrentar os jagunços com seus corpos fechados e que executava as ordens dadas a ele cegamente.

Essa dicotomia entre os dois policiais pode ser compreendida ao se comparar as fichas de avaliações sobre as atitudes de Catulino que foram encontradas⁶⁰, uma delas foi datada em 1918, antes dos acontecimentos de São José do Duro e outra foi datada em 1925⁶¹. Essas fichas de avaliações de conduta dos oficiais de polícia traziam uma diversidade de itens em que o comandante de polícia avaliava o seu subalterno, com os seguintes elementos: disposição física, saúde, inteligência, zelo, valor, disciplina, instrução prática e capacidade de comando. Em todos os itens Catulino obteve avaliação positiva nas duas fichas. Contudo, o que mais nos chama a atenção é o item valor, que aparece sem resposta na ficha de 1918. Esse item é extremamente subjetivo por não especificar que tipo de valor ele se refere, como por

⁶⁰ Caderno para se detalhar o serviço de guarnição e publicação das ordens expedidas a força pública. Manuscrito. Ano de 1918. In: Arquivo Histórico Estadual de Goiás e *Relação de conduta de oficiais deste Batalhão durante o ano de 1925*. In: Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

⁶¹ Ambas fichas foram parcialmente trabalhadas em momentos anteriores.

exemplo, valores morais ou valor de combate para o batalhão de polícia. Não sabemos se a não ocorrência dessa resposta foi proposital ou se não passou de um lapso do escrivão. Todavia, na ficha de 1925, após a chacina e o processo judicial no episódio de São José do Duro, esse item aparece devidamente preenchido de maneira positiva e acrescentado de um comentário do comandante da primeira companhia, o major Manuel A. da Silva Brandão, com os seguintes dizeres: “É oficial Valente”.

Ao comparar as duas fichas podemos concluir que o comando da Força Pública de Goiás não tinha uma opinião bem formada sobre Catulino em 1918. Porém, após os acontecimentos em São José do Duro essa opinião ficou bastante clara, ou seja, que ele realmente era um oficial que possuía seu valor, cujo o comentário do major comandante da Força Pública relacionava esse valor à valentia. Essa informação pode esclarecer a nomeação de Catulino como primeiro tenente no dia 06 de novembro de 1925, logo após receber os cumprimentos da presidência do estado de Goiás, como relata a mesma ficha.

Agosto. [...] a dezenove, Foi elogiado pela presidência do Estado pelos grandes serviços prestados a causa pública, em defesa da lei, da ordem e da tranquilidade dos lares goyanos, das nossas vidas e das nossas propriedades, este bem mereceu do Estado pela bravura, disciplina e [...] reputação do soldado goyano, resistente, leal e determinado.⁶²

A ficha de 1925 é o documento que melhor demonstra o reconhecimento dos serviços de Catulino. A presidência do estado de Goiás tinha sido recentemente assumida por Brasil de Ramos Caiado⁶³ que decidiu nomear o desembargador Celso Calmon como chefe de polícia no dia 15 de julho de 1925⁶⁴.

Um mês após esse fato, Catulino recebeu os referidos elogios da presidência do estado e em outubro do mesmo ano, ele segue em diligência, juntamente com o chefe de polícia Celso Calmon, ao município de Lagoa onde foi incumbido de prender Santa Dica⁶⁵. No mês

⁶² *Relação de conduta de oficiais deste Batalhão durante o anno de 1925. In: Arquivo Histórico Estadual de Goiás.*

⁶³ “O médico e fazendeiro Brasil de Ramos Caiado, irmão do senador Totó Caiado, foi indicado pelo Partido Democrata para Presidência do Estado, gestão 1925-1929. Em março de 1925, foi eleito para a gestão a ser iniciada em julho”. (CAMPOS, F., 2003, p. 100)

⁶⁴ Essa nomeação do desembargador Celso Calmon aconteceu exatamente um dia após a posse de Brasil de Ramos Caiado na presidência do Estado de Goiás. *Ofícios da 2ª seção da Secretaria de Segurança Pública. In: Arquivo Histórico Estadual.*

⁶⁵ Desde 1923, no vilarejo da Lagoa, município de Pirenópolis, pessoas diversas (doentes, pequenos proprietários rurais, pequenos comerciantes, boiadeiros, trabalhadores rurais e desocupados) aglutinaram-se em torno da adolescente de 16 anos – que teria ressuscitado – Benedita Cipriano Gomes, conhecida como Santa Dica. Antes dos milagres de Santa Dica, Lagoa não contava com doze moradias, já no ano de 1925, provavelmente, havia mais de quinhentas pessoas morando no lugar, sem contar os romeiros cujo número chegou a 60 mil em dois anos. Gradativamente, o reduto passa a ser um incômodo aos segmentos dominantes da cidade de Pirenópolis:

seguinte, ao processo de repressão aos seguidores de Santa Dica, ele recebe a patente de primeiro tenente.

Se não podemos afirmar um vínculo direto entre Catulino e os Caiado, o mesmo não pode ser dito em relação ao juiz Celso Calmon. O referido desembargador, era um homem de confiança da oligarquia dominante, além do fato mencionado nas linhas precedentes que demonstram o envolvimento de Calmon com Brasil de Ramos Caiado existe a confirmação do vínculo entre o juiz e o presidente do estado de Goiás na época de São José do Duro (1919), o desembargador João Alves de Castro.

O dr. Celso Calmon foi o terceiro juiz convidado para essa comissão. Tendo os dois primeiros se recusado a aceita-la. [...] Declarei ao sr. Calmon, em Palácio, por ocasião de lhe ser entregue o decreto de sua nomeação, e em presença de testemunhas, que lesse como muita atenção todos os papéis para bem se orientar, visto como a sua missão era exclusivamente de justiça. (COELHO, 2008, p. 123-124)⁶⁶

Na visão de Antônio José de Moura (1989) essa aproximação entre o juiz Celso Calmon com o presidente do estado de Goiás, João Alves de Castro, era ainda mais próxima. Segundo a interpretação do autor, o juiz era um homem que devia favores para aqueles que comandavam Goiás e o magistrado sabia aproveitar essa aproximação para construir a sua carreira profissional.

Assim pensou assim agiu o maioral dos maiorais, tendo o cuidado de expedir de próprio punho carta ao ínclito Dr. Celso Rincon Vieira da Gama, exalçando-lhe os méritos, pondo-o nas nuvens e suplicando, no entanto com o vezo autoritário de quem manda, Venha, senhor juiz, chefiar missão à Vila do Duro, para o que terá sob as suas ordens dois terços da Força Pública e gente de confiança, inclusive o promotor. Entre cordiais saudações e um “confio no senhor”, arrematou a missiva com pós-escrito em que refrescava a memória do Dr, Celso da Gama, Lembre-se de que o nomeei juiz quando o senhor chegou a Goiás foragido do Espírito Santo, não me falte nesta empresa. (MOURA, 1989, p.122-123)

Esse relato literário traduz a dinâmica de troca de favores entre os políticos que representavam o sistema coronelista. Parece que Celso Calmon entendia e utilizava dessa

ameaça à propriedade, pois os seguidores de Santa Dica ocupavam uma fazenda particular e a própria Dica teria mencionado que “terra é de Deus”; ameaça ao uso da força de trabalho, pois não se trabalhava aos sábados nem aos domingos na Lagoa, contrariando a legislação e os costumes trabalhistas; ameaça ao catolicismo institucionalizado, pois uma leiga estava usurpando as funções do clero católico (Vasconcelos, 1991).

⁶⁶ Declaração do presidente do estado de Goiás, João Alves de Castro, que foi publicado no *Jornal do Commercio* de 10 de fevereiro de 1919 e publicada no livro de Guilherme F. Coelho de 2008.

dinâmica, uma breve observação da carreira política dele traz os apontamentos para essa conclusão.

O Juiz espírito-santense deixou o seu estado natal “espirrado da Revolução Colatina” (AIRES NETO, 2003, p. 250). Em Goiás assumiu o cargo de juiz de direito (1917-1925), de chefe de polícia (1925-1927) e de desembargador (1927-1930). Ele retornou ao Espírito Santo após a revolução de 1930 e assumiu diversas funções no judiciário, chegou, também a assumir o mais alto cargo do executivo do Espírito Santos em algumas ocasiões, ao ser nomeado interventor estadual substituto por Getúlio Vargas (1937). A trajetória profissional de Celso Calmon demonstra claramente que ele foi um homem que entendia as engrenagens do “jogo do poder”, pois, saiu de sua terra natal e procurou construir a sua carreira em Goiás se apoiando nas oligarquias dominantes. Com o advento da revolução de 1930, onde a oligarquia dos Caiado perdeu força, ele retornou ao Espírito Santo e assumiu o papel de protagonista na vida política daquele estado, visto que seus antigos opositores haviam sido destituídos do poder.

Celso Calmon é um elemento que representa bastante a situação de Goiás na primeira república. Segundo relatos ele era um cumpridor da lei, um sujeito extremamente burocrático e que levava tudo à risca com mandava a cartilha. Mas, ao mesmo tempo que esse agente da modernidade cumpria cegamente o seu dever como magistrado, ele se envolveu em diversos casos em que favoreceu as oligarquias dominantes e utilizou a força para executar as suas ordens, como por exemplo, no episódio de São José do Duro em 1919 e no processo de repressão aos seguidores de Santa Dica em 1925. Parafraseando Luiz Palacin (1994), o juiz se apresenta como a própria encarnação da “face biforme do deus Jano: progresso e violência”.

Terror de meirinhos, escrivães e de toda a cáfila engravatada e desengravatada que a lei por mal ou por bem conduz ao fórum para compor seu espetáculo de salomônica fancaria, o Catão das nossas comarcas levava seu caxiísmo a limites inimagináveis, a extremos inconcebíveis, fosse na exarcação de sentenças, dura como machadadas, fosse na fiscalização da pena aplicada, fosse ainda no zelo ritual com que ministrava e ataviava a Justiça. (MOURA, 1989, p. 95)

Sendo Celso Calmon um funcionário do judiciário, ele não sujou suas mãos com sangue e, é por isso que ele precisava de Catulino. Talvez possamos afirmar que Catulino era “amigo” do desembargador, em uma amizade que favorecia as duas partes. Catulino queria subir na carreira policial e precisava de alguém de influência para ajudá-lo e Calmon, por sua vez, precisava de um cumpridor de ordens que iria até as últimas consequências se fosse

necessário. Os dois se tornaram uma dupla bastante conhecida, em grande parte dos relatos encontrados. A imagem do desembargado está associada com a imagem do policial/jagunço. Catulino nesse sentido se aproxima da imagem de um braço direito do juiz e Calmon resguardava ele de possíveis retaliações.

O vínculo entre Calmon e Catulino pode ter nascido em São José do Duro, como pensa Bernardo Élis ao descrever os pensamentos da personagem Carvalho⁶⁷: “Esse Mendes de Assis não merecia confiança. Preferia que fosse o alferes Severo o comandante da escolta, mas infelizmente não era possível. Tinha que obedecer à hierarquia militar.” (ÉLIS, 1974, p.129). Ou então poderia ser anos antes como pensa Antônio José de Moura: “um dos chefes dos pelotões seria o tenente Castorino Paniágua, o mesmo que acompanha o Dr. Celso Rincón desde os tempos de judicatura em Pouso Alto” (MOURA 1989, p.250). Esses dados podem parecer irrelevantes do ponto de vista histórico, no entanto a ligação entre esses dois sujeitos, em si, já é bastante representativa de como as engrenagens coronelísticas funcionavam. A interdependência deles possibilitou que ficassem marcados na história de Goiás como agentes de uma modernização conservadora (SOUZA, D., 2006, p. 76) que utilizava o antagonismo de instalação de uma sociedade moderna com ferramentas tradicionais, onde a força bruta e violência impunham a submissão da população aos “donos do poder”.

Contudo a parceria entre eles nem sempre foi amistosa. Segundo as memórias de Francisco de Britto, em 1924, Celso Calmon era Juiz da Comarca de Santa Rita do Paranaíba e Catulino era delegado de Buriti Alegre. Nesta cidade os dois tiveram um pequeno entrevero. Catulino embriagado fez diversos disparos pela cidade. O antigo companheiro de São José do Duro, o magistrado Celso Calmon, foi ao seu encontro, depois de pressionar o carcereiro para delatar o tenente, e o seguinte fato se desenvolveu.

Defrontando com o seu delator, o tenente Catulino, furioso, dirigiu-lhe impropérios e, não satisfeito, sacou do revólver para assassiná-lo. Rápido, o dr. Calmon travou-lhe o braço, exigindo que a arma lhe fosse entregue. Entraram em luta corporal, dela participando o subpromotor a favor do juiz. Em plena rua os três rolaram pelo chão, sendo o militar afinal, subjugado e desarmado. [...] Exaltado até ao paroxismo, o tenente passou a insultar o dr. Calmon, responsabilizando-o pelas mortes ocorridas em São José do Duro. (BRITTO, 1980, p. 86).

Será que quando se embriagou deixou transparecer uma outra face escondida pela imagem do policial brutalizado? Será que Catulino tinha se arrependido das ações que cometeu? Será que toda a valentia e coragem do tenente teria sido substituída por sentimento

de culta e que se martirizava pelas mortes cometidas por ele? Segundo esse relato, parece que as feridas abertas em São José do Duro não estavam cicatrizadas em Catulino. O tenente dava amostras de arrependimento e que as imagens da chacina ainda estavam vivas em sua mente. Ao que tudo indica, esse relato pode mostrar um outro lado da personalidade de Catulino. Uma pessoa consciente de seus atos e das barbaridades cometidas na vila do extremo norte de Goiás. Contudo, essa é apenas uma possibilidade de interpretação do fato, talvez a hipótese menos precisa, se levar em consideração a personalidade do tenente apresentada nas linhas precedentes.

Um outro prisma de análise desse fato pode nos levar a conclusão de que Catulino temia por uma vingança por parte dos Wolney. Pode ser que ele se considerava, apenas, como um cumpridor de ordens e que o verdadeiro culpado era o juiz Celso Calmon. Os Wolney eram uma família tradicional e poderosa de Goiás, que possuía relações com coronéis de todo o país e Catulino poderia acreditar que a vingança era uma questão de tempo. Essa hipótese toma ainda mais corpo ao se confrontar com os relatos literários de Antônio José de Moura (1989). Para o autor, o temor não era, somente, do policial, mas também, do juiz Calmon que teria assassinado uma de suas criadas surdas, ao confundi-la com um suposto pistoleiro a mando dos Wolney para dar cabo à sua vida.

O rumor das folhas agredidas faz Gama gelar a alma no quarto, a imaginar pistoleiro a serviço da vingança dos Wolney, e – vap! – a mão nervosa empalma o revólver na cabeceira da cama. Entricheira-se atrás da porta e grita [...] – Quem vem lá? [...] porém a surdez de Siá Tonha ignora a aflição do magistrado, que vendo aquele vulto mover-se, pei-peí-peí, taca fogo com precisão singular, a pobre nem tendo tempo de chamar pela Virgem, Me acode, Maria Santíssima, valei-me, Nossa Senhora! (MOURA, 1989, p.126)

Não sabemos da verdadeira ocorrência dos fatos narrados acima, contudo essa indicação de Moura (1989), abre a possibilidade de entendermos as rusgas entre o juiz e o tenente por meio da interpretação do medo. Contudo, esse temor seria algo improvável para Catulino, visto que ele já tinha encarado a morte em São José do Duro e não se mostrou amedrontado. A última hipótese que podemos levantar estaria em uma suposta revolta de Catulino diante a traição do desembargador Celso Calmon. Após a chacina de São José do Duro, o juiz teve de dar esclarecimentos dos fatos ocorridos para o Governo estadual e federal. Em relatório enviado ao presidente do estado, João Alves de Castro, o magistrado escreve o seguinte

⁶⁷ Pseudônimo de Celso Calmon.

Diante disso officiei ao tenente Brito, não me externando a respeito dos termos deste ofício, por que vou juntar cópias do mesmo a este. Juntarei também cópia do ofício que dirigi ao alferes Catulino, ofício este que foi motivado por notícias que igualmente obtive em caminho a respeito de certos abusos que diziam estar cometendo a força que no Duro ficava [...], para que V. Ex^a veja que era impossível tomar-se mais providência com relação à boa ordem naquele lugar, do que as que tomei. (COELHO, 2008, p. 134)

A declaração deixa a entender, não apenas nesse trecho, mas ao longo de todo relatório, que a culpa das mortes de São José do Duro era dos policiais. Mesmo afirmando, ao final do relatório, que não culpava a polícia, ele relata diversas vezes os comportamentos inadequados que os membros do destacamento tinham e ainda cita o nome de vários oficiais, como o de Catulino, na tentativa de se ausentar da responsabilidade das ações praticada por eles. Essa omissão do juiz pode ter sido interpretada com traição por parte de Catulino, visto que ele estava inerte um substrato cultural militar-viril, que como afirma Audoin-Rouzeau (2012),

Todas as virtudes ligadas ao estereótipo encontram-se: a coragem física e moral, evidentemente, mas também a honra, o respeito absoluto pela palavra acordada; o pudor dos sentimentos; a solidariedade infalível e o amor dos camaradas. (AUDOIN-ROUZEAU, 2012, p.245)

Calmon tinha quebrado uma regra cultural que Catulino acredita ser necessária em seu papel social. A traição de Calmon deveria ser paga com sangue, mesmo sendo esse seu superior. Essas manifestações se tornam ainda mais evidente em estado de embriaguez⁶⁸, onde as representações culturais se tornam mais evidentes. Catulino interpretava o juiz como um camarada, apesar de entender a sua posição subalterna, que juntos lutam na guerra contra os Wolney. Ele esperava que o juiz entendesse e apoiasse as suas ações, visto que ele estava defendendo a vila por ordens do magistrado e que ele, como seu superior, teria o dever moral de ficar ao lado de Catulino.

Porém, nos dias seguintes o juiz Celso Calmon abriu processo para retirar Catulino de suas funções. “Nesse instante, deu-se o inesperado: o tenente-delegado começou a chorar, retirou tudo quanto havia dito, pediu perdão ao juiz pelas ofensas recebidas, dizendo que as

⁶⁸ Outro fator que explica a virilidade militar está ligado ao espírito de libertinagem e desordem que frequentemente é relatado em Catulino. “Procuradores da guerra, os filósofos consideram os soldados homens sem fé e nem lei. Libertinos, por estarem acostumados com uma existência que os libera, em grande parte, das leis comuns, geralmente bêbados e, às vezes, mantenedores de prostitutas, os soldados possuem uma virilidade grosseira, próxima da bestialidade. (BERTAUD, 2013, p. 197)

praticara em completo estado de embriaguez.” (BRITTO,1980, p.86). Dias após do ocorrido, Catulino caiu em si e percebeu que Calmon não o teria traído. A relação de ambos não ficou abalada, tanto que o tenente segue para repressão a Santa Dica e os diqueiros juntamente com Calmon.

Após os conflitos com Santa Dica, Catulino ainda foi responsável pela prisão de Pedro Ludovico em 1930. Não foram encontradas documentações que relate a morte de Catulino, ou o que aconteceu com ele após a revolução de 1930. Conjecturamos que ele tenha sido exonerado da polícia após 1930 e assumido o cargo de guarda sanitário, como demonstra o diário oficial de Goiás 1953.⁶⁹ Contudo a sua vida é um átomo social que permite compreender aspectos que envolvia fronteira em Goiás no início do século XX. Os relatos da vida de Catulino é uma expressão dessas manifestações culturais que circunscreve esse estereótipo militar-viril, que Audoin-Rouzeau (2012) descreveu.

Catulino é filho de Delfino Antonio Viegas, sargento da 8º cavalaria da guarda nacional em Goiás. Certamente o temperamento do policial foi herdado do pai, que em 1873 participou de um massacre de mais de quarenta indígenas, próximo à colônia de São José, atualmente município de Niquelândia-GO⁷⁰. Catulino nasceu e viveu em um ambiente em que a violência era a regra. Ele partilhava de um sistema de representações, de valores e de normas que o constituiu e que se impôs com uma força tal que moldou as suas ações.

Todas as explicações das ações e representações de Catulino feitas pelos relatos anteriores estão ligadas a interesses sociais e econômicos, mas aqui não podemos esquecer que ele fez isso para provar a sua virilidade para se mostrar homem e comportar-se como tal. A coragem, a moral e a lealdade são uma série de valores que compõem esse modelo de virilidade e masculinidade que um homem da passagem do século XIX ao XX deveria ter. As suas ações vão muito além de defender os interesses das oligarquias dominantes ou do Estado, vai muito além de ter prestígio social e poder econômico. Ele estava buscando sobreviver em uma condição de fronteira e se impor em um mundo brutalizado e violento.

⁶⁹ *Diário Oficial do estado de Goiás*, nº 6919, ano 116, de sábado, 8 de agosto de 1953. In: Arquivo Histórico Estadual.

⁷⁰ “Mulheres, crianças, velhos, tudo quanto aparecia era assassinado. Com Joaquim Florentino distinguia-se o sargento do 8º de cavallaria de Goyaz, Delfino Antonio Viegas. Tomados de surpresa nem se defenderam os índios. No fim do combate verificou-se que realisara o frade uma cruenta hecatombe em que se viam quarenta e tantos mortos, de todos os sexos e idades, e feridos mais ou menos gravemente todos os moradores da aldeia.” (*Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*, nº 10-12, ano 02, de 1873. In: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>.)

3 - A RELEMBRANÇA DE TEMPOS BRABOS: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA LITERATURA DA FRONTEIRA.

“E foi enfiando a mão por baixo da camisa do outro, arrancou um pau de fogo preto de cano longo e eu, de cá, espiando, pensei assim: “é agora”. Ato continuo, não deu tempo nem de pensar, o rapaz distribuiu três tiros certos, derrubou dois soldados e um guarda civil [...] Quantas coisas de horror eu tenho visto, meu Deus!...”
(BERNARDES, 1986, p. 234)

3. 1 – A LITERATURA DAS RELEMBRANÇAS DA FRONTEIRA NO CERRADO GOIANO.

As palavras acima são as que encerram o livro *Quarto crescente* de Carmo Bernardes (1986). Elas são bastante representativas para entender as produções denominadas de literatura da fronteira que este capítulo se propõe analisar. O teor dessas palavras é significativo por denunciar o clima de combate da fronteira goiana, mas não apenas por isso, pois vale ressaltar a própria expressão de espanto do narrador diante das suas lembranças no sertão goiano. Esse assombro faz um alerta ao leitor dos abusos de violência que ele presenciou em Goiás. A literatura de fronteira é uma experiência de norteamo no tempo, pois se constitui em uma narrativa da região. De acordo com Murari (2002), em todas as culturas,

[...] a narrativa é uma forma simbólica através da qual a experiência do tempo é pensada, de forma que a desordem das possibilidades do movimento e do desenvolvimento encontra uma ordem, na forma de um enredo em que as ações humanas são inseridas, tornando-se assim possível organizar um mundo instável e de experiências descontínuas. História e ficção são formas narrativas que buscam fundar uma harmonia e um equilíbrio de categorias diversas do tempo. Há, portanto, uma relação de reciprocidade entre narrativa e temporalidade (MURARI, 2002, p. 38-39)

Partindo dos pressupostos apresentados por Luciana Murari (2002), entendemos que as experiências do tempo são elementos descontínuos e ambivalentes e que encontram na

narrativa a ordenação simbólica que possibilita criar uma ideia da temporalidade que traz inteligibilidade às categorias de passado, presente e futuro. A narrativa é um instrumento simbólico que permite os seres humanos constituírem uma consciência histórica, onde o enredo ordena a cronologia dos fatos e o seu resultado cognitivo. Partindo desse entendimento que o presente capítulo tem por intenção entender como a literatura de fronteira em Goiás criou uma narrativa de experiência pretérita. Essa literatura não será interpretada como um retrato da história de região, pois os casos narrados não são passíveis de observação empírica como nas narrativas históricas. Contudo, essas narrativas ficcionais edificam representações, que assim como a História, tem a função de organizar relatos de casos específicos para entender problemas sociais comuns.

As representações produzidas por uma cultura estão em constante intercâmbio e correspondem por meio de linguagens distintas a problemas comuns, sendo assim possível, na busca de uma interpretação global dos fenômenos culturais, trabalhar conjuntamente a literatura de ficção e de não-ficção, a crítica literária, a historiografia e os estudos sociais, como elementos comunicantes no processo de comunicação de imagens, projetos e interpretações (MURARI, 2002, p. 35)

Essas representações literárias se constituem em um universo simbólico pensado por seus autores, que como sujeitos históricos estão inscritos em um conjunto cultural de uma época e um lugar. Os autores utilizam elementos simbólicos de sua realidade social para criarem o universo representativo da obra literária, que por sua vez, encontram nas experiências cotidianas dos leitores o seu equivalente e permitem a interpretação da narrativa. As narrativas literárias criam representações que imitam a vida e induz o leitor a refletir sobre o problema proposto possibilitando assim descrever a realidade simbólica oriunda desse intercâmbio ocorrido entre a obra e seus receptores.

O confronto entre esses dois universos – história e ficção – promove a atualização da narrativa em sua experiência ficcional, sendo assim incorporado pela subjetividade que transporta o conjunto dos valores e das vivências da narrativa para a realidade de seus leitores e intérpretes. Isso se torna possível, em primeiro lugar, a partir do nível da prefiguração da narrativa, no qual se estabelece, no âmbito da linguagem, a familiarização da ação, em seu terreno semântico, simbólico e da própria constituição da temporalidade, e que permite a comunicação entre autor e leitor. A obra refigura e redescreve a experiência do real à medida que é capaz de dividir um universo de valores com seus intérpretes, ao mesmo tempo criar novos valores e difundi-los. (MURARI, 2002, p. 40)

São esses valores ou visões de mundo, descritos por Murari (2002), que foram construídos pela literatura que se tornam passíveis de análise. Para tanto o conceito de representação, pressupostos da história cultural de Sandra Jatahy Pesavento (2004), é a opção teórica que viabiliza compreender a produção literária com uma ferramenta de interpretação da fronteira goiana. Pois, a literatura edifica na narrativa elementos representativos suscetíveis de interpretação da experiência do tempo.

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de conduta e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2004, p.39)

As representações literárias serão entendidas como um elemento cultural que possibilita criar uma experiência de passado, por transmitir aos seus leitores a sensação de reviver nas páginas da ficção um tempo distante e transmitir a ideia de um mundo que não é acessível nos dias atuais. A intenção não é verificar as representações literária empiricamente, mas entender que elas construíram uma imagem do “antigo” Goiás rural, que ainda hoje permeia o imaginário goiano e se mesclam como a própria realidade.

Nesta medida, a força das representações se dá não pelo seu valor de verdade, ou seja, o da correspondência dos discursos e das imagens com o real, mesmo que a representação comporte a exibição de elementos evocados e miméticos. Tal pressuposto implica eliminar do campo de análise a tradicional clivagem entre real e não-real, uma vez que a representação tem a capacidade de se substituir à realidade que representa, construindo o mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem. (PESAVENTO, 2004, p. 41)

Esse mundo de sinais paralelos é o objeto que permite pensar a literatura da fronteira como uma narrativa de entendimento do passado. Mesmo que sem o clivo da cientificidade, ela permite ao leitor uma experiência com o tempo da fronteira, que ordena as representações por meio da narrativa. Não cabe aqui instituir a literatura como a verdade incontestável do passado ou instituí-la como memória, mas entendê-la como uma representação que tem por objetivo transmitir aos seus leitores as lembranças e sensações que seus escritores construíram. Por esses motivos a literatura proposta para análise é entendida como elemento de representação que buscam construir um lembrar de novo. Não devemos confundir, relembração e memória, pois a literatura ficcional não tem a preocupação de narrar fatos vividos por seus autores ou grupos sociais. Esse tipo de literatura busca narrar a memória de

uma outra maneira, com outros personagens ou eventos, mas que tem a preocupação de construir uma imagem de Goiás em tempos pretéritos. A relembração se serve da memória, mas também a modifica, para trazer mais sabor literário as suas narrativas. Esse elemento narrativo não tem a preocupação em narrar fatos ocorridos, mas tem a intenção de relatar o passado imaginado por seus autores.

As literaturas da fronteira são as narrativas que buscam constituir esse elemento de relembração. Não obstante essa categoria não compreende a uma qualificação estruturada das teorias literárias existentes, mas buscaremos compreender como a fronteira pode ser entendida a partir da literatura produzida nos domínios do cerrado. Essas narrativas edificam uma imagem de Goiás aos moldes da estrutura da “*fronteira da fronteira*”, descrita anteriormente por McCrerry (2006), que tem no isolamento, na pobreza patrimonial e na violência os seus principais temas de debate.

Essa relembração é característica da literatura da fronteira que possui certa dose de realismo literário ao narrar fatos históricos ou em se basear em documentos para descrever as suas tramas. Essa narrativa torna-se uma forma de ficção controlada que em parte utiliza elementos históricos ou base documental para construir o enredo, mas possui espaço para a inventividade de seus autores. Gracy Tadeu da Silva Ferreira (1998), comentando sobre as produções literárias goianas, que tinham o coronelismo como tema, postula:

Os autores criam a trama a partir de tipos sociais reais com a captação de aspectos de ordem geral. A criação é própria de cada autor, mas não é uma ficção descompromissada. Os livros se referem a um fato histórico reconhecível, cuja existência é comprovada por documentos. A criação fictícia dos autores adquire um estatuto referencial, pois resulta em muitos casos de pesquisa histórica. (FERREIRA, 1998, p. 92)

A busca por esse realismo também é expressada na utilização da oralidade do sertão. Essa forma de linguagem permite aproximar os leitores do mundo do sertão, como se os próprios personagens falassem por si. A oralidade, por sua vez, permite enquadrar essa forma de narrativa no modelo literário regionalista que tem como pretensão captar as essências das culturas regionais no sertão brasileiro.

O traço realista do regionalismo pós-romântico, que produziu uma visão tantas vezes negativa da vida no meio rural, conviveu com a tendência a mitificar o sertanejo e sua terra, e com a busca do registro, reconstituição e valorização do folclore regional, no sentido de incorporar à cultura literária a narrativa oral. Daí a prática sistemática da pesquisa, da observação dos usos

e costumes locais, e a busca da reprodução da linguagem oral na literatura (MURARI, 2009, p. 199)

O regionalismo literário tem a pretensão de registrar as gerações futuras as condições culturais e sociais de formação de uma região que estão perto de se perder ao tempo. A relembração se torna uma característica própria desse estilo, pois possibilita registrar um mundo distante, que em frente a modernização, vem desaparecendo aos poucos.

É a partir do processo de modernização, de seus valores e ritmos particulares, e de sua percepção do tempo e do espaço, que a literatura regionalista deve ser compreendida, em sua pretensão de registro de culturas obsoletas e condenadas ao desaparecimento, e na criação de um sentimento de autenticidade que as transforma em acervos privilegiados para a observação etnográfica. (MURARI, 2009, p.196)

As expressões regionalistas não se findam apenas em um relato deixado a posteridade, pois ela, também, tem a função de delimitar as raízes que construíram um povo, que busca entender as bases que solidificaram uma identidade regional. Porém essa identidade não é vista de maneira unilateral, pois os seus autores a entendem com uma vertente da multiplicidade das culturas nacionais. Esse critério pode assumir uma ótica dualista no sentido tanto de reforçar as culturas regionais como de universalizar os problemas regionais incluindo-os em questões globais.

O regionalismo não se esgota na problemática do espaço e da localização, pois investia na busca da substância do local, que se estendia da natureza aos homens, aos modos de vida e aos dramas nele vivenciados – muitos deles dramas da luta pela sobrevivência e do conflito entre os seres vivos, é certo, mas também dramas da luta pela sobrevivência e do conflito entre os seres vivos, é certo, mas também dramas da identidade, da formação do indivíduo e de sua inserção na coletividade. (MURARI, 2009, p 197)

O regionalismo que é tratado aqui não se enquadra apenas em refletir questões locais, mas em colocar problemas universais travados em âmbito regional. A ótica da literatura da fronteira é enquadrada a partir da construção do cenário social da fronteira em contraposição aos abusos de poder que são típicos de uma sociedade pré-moderna (tradicional). A literatura da fronteira é regional no sentido de construir uma identidade goiana, mas é universal ao denunciar o ambiente de combate existentes em sociedades de fronteiras, ou mesmo em qualquer tipo de sociedade, na medida em que expõe as discussões da vida social, da relação com a natureza, das formas de poder, entre outros aspectos.

Como esse [regionalismo] se insere no nacionalismo literário, que por sua vez alcança, ou não, o universalismo. São círculos concêntricos de uma realidade total, que em tese corresponde a um critério de valor. Toda obra literária cresce, em qualidade, na razão direta da sua universalidade. O que não impede que seu tema possa ser extremamente limitado. Nada mais regional que a guerra de Tróia. Nada mais universal que a *Ilíada*. Ninguém mais provinciano do que Dante. Nenhuma obra mais total que a *Divina Comédia*. (ATHAYDE, 1997, p. 123)

Guardadas as proporções do comentário acima, os trabalhos de Britto (1969), Élis (1974, 1979), Bernardes (1986, 1995) e Sant’Anna (2012) são narrativas da fronteira que transcende o regional e que são significativas para pensarmos a região e os seus problemas universais. A escolha dos autores ou de parte de suas obras não foram feitas de forma aleatória. Foram recorrentes na produção literária da fronteira e também por produzirem uma literatura da relembração. Em outras palavras, por escreverem obras fictícias, mas que narram histórias e experiências que os seus autores viveram ou ouviram falar. Essa literatura funciona como uma espécie de sistema representativo da cultura social da época, parafraseando Joaquim Rosa (1974), do “mundão brabo de Goiás”.

Apesar do lastro temporal das produções literárias selecionadas para análise, todas elas possuem como tema a fronteira goiana rememorada em diferentes contextos e, em graus diversos, apontam para o realismo-regional descrito anteriormente. O maior representante desse modelo denominado de literatura da fronteira é certamente Bernardo Élis. O autor nasceu em 1915 na cidade de Corumbá – GO e faleceu em 1997 no mesmo município. Ele é o único escritor goiano que entrou para a Academia Brasileira de Letras e recebeu os prêmios José Lins do Rego (1965) e Jabuti (1966) pelo livro de contos *Veranicos de Janeiro*, além de uma série de outros prêmios. Por esses fatos ele é considerado o escritor goiano mais importante.

De acordo com Itami Campos e Sandro Silva (2013, p. 52), “Bernardo Élis se apropria, de forma convincente, de um estilo de linguagem do realismo-naturalista, com uma carga de dramaticidade universal ao apresentar as vivências e os dramas da fronteira goiana”. Ele capta com maestria as angústias e as carências do homem simples que viveu no meio rural no Cerrado goiano. Ele escreveu sobre uma diversidade de temas e períodos da história de Goiás, contudo a primeira república foi um tema privilegiado em suas obras. O seu único romance, *O Tronco* (1956), narra o drama da chacina de São José do Duro de 1919 em que coronéis do norte do estado disputaram o poder com os governantes do sul de Goiás.

Bernardo Élis (1974) inicia a obra descrevendo a vila de São José do Duro, que fazia divisa com o estado da Bahia e que tinha sido uma aldeia dos grupos indígenas Acroá e Chaciabá. A história da vila estava vinculada com a história de Pedro Melo que veio do Piauí para a região ainda criança. Nessa localidade, ele se casou com Ana Divina da Rocha, membro da família mais importante do Norte de Goiás. Em São José do Duro, ele construiu as suas riquezas e a própria vila, obtendo assim, prestígio social na região. (ÉLIS, 1974, p. 57) A vila é narrada como um pequeno vilarejo, que estava muito mais perto da Bahia do que da capital de Goiás. A cidadezinha não passava de um quadrado composta por poucas casas ao redor de uma praça central.

A manhã de maio, fria e neblinosa, estendia-se por sobre o povoado de casinhas caiadas de branco, por trás das quais erguiam-se tufo verdes de laranjeiras, abacateiros, jenipapeiros, bananeiras e outras plantações. Miúdo, o povoado minguava mais ainda naquela quadra do ano, com habitantes pelas fazendas e as casas fechadas exalando tristeza e abandono. (ÉLIS, 1974, p. 35)

A descrição que Élis (1974) faz da cidade é permeada de aspectos naturais em que mescla a natureza ao cenário urbano, trazendo a sensação de uma pequena vila esquecida em meio ao ambiente do cerrado. A utilização desses elementos naturais para a descrição da vila remete o leitor a uma temporalidade lenta, onde a monotonia cotidiana do lugarejo chega a se assemelhar ao tempo estático das transformações naturais. Para demonstrar a pacacidade da vila, ele escolhe o outono, com as manhãs frias de maio no planalto central, para criar um cenário de cores neutras que é associado ao sentimento de tristeza e abandono. A descrição que segue representa a composição urbana da vila, com o casario dos senhores de gado:

Do conjunto, destacava-se na esquina a casa do coronel Pedro Melo, com calçada alta, o aspecto imponente; de um lado, o casarão acachapado sob amplo telhado, o casarão da velha Benedita Fernandes de Melo, com o largo portão lateral. A modo que solto no meio do largo, o sobrado do coronel Pedro Melo, misto de prisão e depósito de farinha. (ÉLIS, 1974, p.35-36)

A manhã fria e nebulada, o sentimento de tristeza e abandono antecede a narrativa dos casebres espalhados na vila, diretamente associado ao contexto social da região. Casarões e sobrados são os elementos de destaque do lugar, onde a casa com calçada alta registra o abismo social entre os coronéis e os demais habitantes da vila. O próprio clima social é agravado diante da desigualdade arquitetônica. O relato da cidade serve ao mesmo tempo para descrever o atraso da região e a disparidade social que geram o despotismo pastoral (McCREERY, 2006).

Bernardo Élis foi declaradamente adepto do comunismo e sua literatura funciona, muitas vezes, como uma ferramenta de crítica social. O autor foi um dos integrantes ideológicos da era ludovicana em Goiás e compôs o editorial da *Revista Oeste*, que foi um meio de comunicação e divulgação da cultura goiana que tinha por objetivo fazer uma propaganda ideológica do governo de Pedro Ludovico. Como um dos intelectuais que apoiaram o governo intervencionista pós-revolução de 1930, ele escreveu obras que denunciaram os desmandos dos coronéis com uma típica postura crítica. Apesar de Élis não se posicionar politicamente de forma explícita, ele traz marcas visíveis de seu caráter ideológico, que denuncia tanto os desmandos dos coronéis situacionistas como os opositores das oligarquias vigentes em Goiás. No romance *O Tronco* essa postura de Élis é bastante clara. Ele não poupa de críticas aos Melos, que representam os Wolney, nem as ações do governo que era dominado pela oligarquia dos Caiado.

O regionalismo universalizante de Élis é bastante perceptível nesse sentido. No romance supracitado ele relata uma das maiores tragédias que abalou Goiás nas primeiras décadas do século XX. Mas, também, denuncia um típico problema da sociedade brasileira que era dominada pelas oligarquias patrimonialistas. Esse regionalismo crítico e combatente da sociedade e da política brasileira não foi a única manifestação observável na literatura de fronteira. Vera Maria Tietzmann Silva (1994) alerta sobre uma ruptura nesse ideal ao relatar o surgimento de uma nova concepção do regionalismo goiano.

É nesse contexto histórico complexo que surge em Goiânia um movimento de preocupações estéticas, de duração breve mas de efeito prolongado – o GEN, o Grupo de Escritores Novos, que atuou de 1963 a 1968, e que reunia poetas, ficcionistas, atores e artistas plásticos. [...] O grande mérito desse grupo parece ter sido romper o apertado círculo do regionalismo que até então unificava a ficção feita em Goiás e introduzir uma postura crítico-reflexiva na criação literária. (SILVA, V.,1994, p. 15)

Esse novo grupo de escritores tiveram em Miguel Jorge, Marietta Telles Machado, Maria Helena Chein, Yêda Schmaltz e Heleno de Godoy seus principais representantes. Eles buscaram inovações narrativas que reorganizavam o tempo, o espaço, o foco narrativo e abriram ampla discussão com o modernismo. Apesar desse novo grupo de escritores trazer inovações narrativas e estéticas ao regionalismo goiano, eles perderam essa essência típica da crítica social e política.

A preocupação com a forma, surpreendente e inovadora, é, pois, característica dos escritores pertencentes ao GEN ou que demonstraram

afinidade com seus princípios e valores. Neste particular, pode-se ver no grupo mais uma face contraditória, entre tantas, dos anos 60, pois, ao mesmo tempo, praticamente ignorava, em suas ficções, as questões sociais e políticas, tão candentes à época. (SILVA, V., 1994, p. 16)

O livro *Herança de Sangue: um faroeste brasileiro* de Ivan Sant'Anna (2012) é uma amostra bastante significativa dessas proposições apresentadas. Seu estilo narrativo não apresenta grandes modificações aos relatos regionalistas realistas, mas em contrapartida não apresenta grandes críticas sociais ou políticas em suas tramas. Com capítulos curtos e expressões diretas, ele buscou escrever a história da cidade de Catalão desde a chegada dos bandeirantes até meados do século XX.

Sant'Anna nasceu no Rio de Janeiro (1940) e viveu em Catalão durante a sua infância, onde pôde reunir causos e estórias sobre a cidade. Ele se baseou em fatos reais e utilizou grande repertório documental para a composição de sua obra. O seu livro é uma relembração das experiências que o autor viveu, que em muitos casos ele nem foi testemunha. Essa obra literária é o relato de uma relembração que o autor edificou sobre a cidade de sua infância

Para Sant'Anna (2012) a cidade de Catalão é um centro urbano isolado, uma ilha entre os estados de Goiás e Minas Gerais. Obviamente que o autor não utilizou os mesmos argumentos e modelos narrativos que Élis (1974) para definir o isolamento de Catalão, mas podemos conjecturar que ela era uma cidade, se não demograficamente, culturalmente isolada.

O povo da cidade de Catalão sempre se caracterizou por marcante identidade própria. Vivendo próximo as divisas com Minas Gerais, e longe da capital da província (depois estado) de Goiás, na verdade os catalanos não se sentiam nem goianos nem mineiros. Essa ausência de cordão umbilical era sua marca registrada. Gente diferente, como logo percebiam os forasteiros que visitavam o lugar. [...] As decisões administrativas do governo mineiro ficavam fora da jurisdição do município e as do governo goiano eram frequentemente ignoradas. O que valia mesmo era a “Lei do Catalão”, um severo código de honra segundo o qual uma pendência só podia ser resolvida com derramamento de sangue. E assim foi através dos tempos. (SANT'ANNA, 2012, p. 15)

A identidade Catalã é o elemento crucial apresentado ao longo de todo o livro. Para ele, A cidade de Catalão vai ser o lugar mais perigoso do Brasil em fins do século XIX e início do século XX, onde o que prevalecia era a “Lei do Catalão”. Dessa forma, o isolamento

de Catalão, em relação as demais cidades da fronteira, é cultural e não apenas físico. “Só que Catalão era Catalão, lugar de gente braba e boa de tiro.” (SANT’ANNA, 2012, p. 68)

Um outro exemplo dessa condição de isolamento e baixa comunicação entre as cidades na fronteira Goiás é o romance *Santa Rita* de Carmo Bernardes (1995). O autor é outro típico representante da literatura da fronteira que apresenta uma narrativa regionalista-realista com grandes compromissos a críticas sociais e políticas, assim como Bernardo Élis. Carmo Bernardes é originário do estado de Minas Gerais, mas viveu no meio rural em Goiás durante os trinta primeiros anos de sua vida. Atuou como jornalista escrevendo e editorando para jornais e revistas. Nele o autor narra a formação de Santa Rita, um arraial fictício no interior de Goiás. Apesar da cidade não fazer referência direta ou representar uma cidade de Goiás, ela serve como um modelo ou tipo ideal para qualquer lugarejo de Goiás entre meados do XX. A literatura de Bernardes segue as mesmas observações das demais literaturas abordadas, ou seja, ela é uma tentativa de relembração, que mescla fatos reais e ficção ao enredo da obra. Segundo Cormineiro (2012, p. 8) o livro faz analogias aos casos de São José do Duro e de Boa Vista associado à grande capacidade imaginativa do autor em narrar os acontecimentos de Santa Rita.

Durante toda a obra, Bernardes narra a vida simples de seu narrador-personagem, o Estevo. Ele é um sujeito simples que se mudou para Santa Rita com sua pequena tropa em busca de oportunidades de emprego como tropeiro. Ao longo de todo o romance é narrado a vida cotidiana das personagens que vivem no arraial.

Isto aqui em Santa Rita o movimento é só dia de domingo, tendo vindo o caminhão que traz macarrão, sal, querosene e os sacos de cachaça e vinho quinado. Ajunta gente muita vinda do sítio, esquipam os cavalos, as mocinhas andam nas ruas às esteiras, de mão pegadas, e já é do trivial a professora, alegre comparecer montada no Sereno e haver competição. (BERNERDES, 1995, p. 110)

As linhas acima descrevem uma cidadezinha monótona durante toda a semana, contudo nos dias santos ou de devoção religiosa, nesse caso nos domingos, a cidade recebe gente das redondezas rurais. A cidade de Santa Rita se apresenta como um centro de devoção religiosa e é exatamente nesse dia que as mercadorias de fora chegam na cidade, para que os habitantes rurais possam realizar suas compras semanais e fazer sua devoção religiosa. É, também, nesse dia que as competições são realizadas, ou seja, a vida social da cidade se torna mais efervescente. Contudo, ao findar o dia as pessoas retornam a sua rotina normal deixando o arraial cair novamente na monotonia habitual.

As análises literárias presentes representam as cidades goianas como centros urbanos que possuem uma dinâmica própria de existência, uma espécie de centro social e cultural independente. Os autores goianos pensaram as cidades como lugares isolados. Eles não relacionam as cidades com outras regiões e dificilmente relatam forças externas atuando sobre a cidade. Mesmo quando as relatam apresentam de forma conflitante em uma espécie de resistência ao que vem de fora.

As representações das cidades de fronteira levam a entender uma singularidade urbana em Goiás. Cada um desses centros se mostra isolados e com dinâmica social própria. Tanto a literatura de Bernardes (1995) como de Sant'Anna (2012) e de Élis (1974) são relatos significativos para demonstrarem a dinâmica social das cidades na fronteira Goiás. As cidades descritas se apresentam como centros isolados, ilhas em meio ao sertão.

Um outro aspecto que pode claramente ser observado na literatura de fronteira é o despotismo pastoral que gera uma atmosfera social em que a violência é um aspecto habitual. A normalidade da violência está diretamente associada à condição política da fronteira como uma “válvula de segurança” que recebe populações excluídas de outras regiões do Brasil. Ou seja, a fronteira é o lugar onde as condições burocráticas do Estado são ainda precárias e onde funciona o código da honra, do revólver e da carabina. O Livro *Santa Rita* de Carmo Bernardes (1995) é novamente um exemplo bastante significativo desse modelo. Nele o narrador, também, conta a história de seo-Francisco Vigilato Pereira Moreira, o coronel fundador de Santa Rita. Segundo o relato de Bernardes, o seo-Chiquinho, como também era conhecido, chegou em Goiás após fugir de um desentendimento que teve com seus primos (que eram uma espécie de sócios) na Bahia. O desentendimento familiar teria derivado de um conflito entre os gados que eles possuíam.

Seo-Francisco inculcou-lhe, pelas suas andanças no sertão afora, que deveria melhorar a raça de seu gado cruzando os curraleiros que possuíam com os bovinos da raça zebu, que porventura viriam a adquirir. Porém seus primos foram contra, pelo fato dos zebus não se adequarem bem a criações em pasto aberto. Contudo, seo-Chiquinho não deu ouvidos a seu primo e adquiriu quatro desses gados de raça indiana.

O resultado dessa empreita foi o esperado pelos primos de seo-Chiquinho, o gado zebu inflamou o umbigo, por arrastá-lo na vegetação rasteira do cerrado, e adquiriu bicheiras. Além disso, duas vacas curraleiras morreram tentando parir bezerros enxertados pelo zebu, por não resistirem ao tamanho das crias. Para confrontar seo-Chiquinho, os primos adquiriram um

gado crioulo, que era melhor adaptado ao lugar e bastante bravo⁷¹. Os dois animais disputaram território e as fêmeas, saindo vitorioso o gado crioulo, que chegou a deixar o zebu inutilizado para reprodutor. Seo-Chiquinho ficou indignado e mandou fazer uma espécie de testeira de chapa de ferro com berrugas e mandou colocar em um de seus Touros. Os acontecimentos seguintes são narrados pelo próprio Bernardes:

Em casa, de volta, vestiu aquela geringonça na cabeça dum touro menos raceado que ele tinha, que também era bom de briga, mandou os peões levar ele, deixar irmanado no gado que o Vesúvio vaquejava. [...] Os dois bois tamparam de briga, a testeira com os cravos agudos afundou o osso da testa do outro, em diversas alturas, a ponto de expulsar os miolos. [...] Aí não teve mais jeito: os primos treparam nas armas, e seo-Francisco Vigilato Pereira Moreira teve que desocupar o Jalapão às pressas. Os cabras mataram no tiro seu garrote de testeira, e todo dia carneavam uma rês sua. (BERNARDES, 1995, p. 23)

Por conta dessa briga o seo-Chiquinho fugiu para Goiás (região norte, próximo a Bahia) e fundou o arraial de Santa Rita. Chegando na região o coronel teve que contratar alguns jagunços para limpar o lugar e até mesmo expulsar um grupo indígena que habitava a região. Desse momento em diante o seo-Chiquinho dominou a região, tanto no campo como no vilarejo.

Dizem que, quando seo-Francisco Vigilato Pereira Moreira veio pra cá, tudo isto estava sem dono. Vizinhos eram uns poucos, arranchados acolá no Passa Três, um povo atrasado, nem roça eles faziam. Dizem que seo-Chiquinho mandou os cabras dele “alimpar” o terreno, e eles confiscaram até uns tapiuos que apareciam por aqui, naqueles tempos. [...] Quando ele veio, trouxe uns cabras de má fama, e os que ainda restam por aí vivos contam que, no fim do tempo, até poucos anos atrás, uns poucos deles ainda apareciam e faziam seo-Chiquinho, antigo patrão, soltar bonificações pra eles, jurando arrebanhar gado seu, se ele não amolecasse as importâncias exigidas. (BERNARDES, 1995, p. 29)

A trajetória do seo-Chiquinho é bastante expressiva pois podemos observar como o gado é representado como a principal condição de riqueza na fronteira, pois as disputas dos fazendeiros não eram em torno da terra. Em uma sociedade em que não existia uma economia

⁷¹ O garrote avalentado, no que eles puseram o nome de Vesúvio, azulogo, lombo preto, capitaneava sua manada no pé da serra, em meio a um despotismo de onças, e elas só tinham o gosto de pegar a rês doente que, nas marchas dos rebanhos, ficava pra trás, perrengando. Uma vez – eles contam – uma pintada caiu na asneira de pular numa vaca, que o gado se embolou numa passagem de cava estreita, e não pôde se safar a tempo: Vesúvio aparou ela nos guampos, atirou-a como daqui lá. Ela deu conta de andar pouquinho coisa: no dia seguinte, foi encontrada pelo zum-zum das moscas, um rombo na ilharga, onde o chifre do boi pegou. (BERNARDES, 1995, p. 16)

de mercado e por isso era parcialmente desmonetizada, os animais, neste contexto, se tornam o principal critério de riqueza do lugar. Essa disputa se torna fator culminante para o fim da associação entre seo-Chiquinho e os seus primos e assim ele tem que abandonar a região, demonstrando que a tirania e a opressão dos senhores de gado era o que prevalecia nessa região. Na obra *Quarto crescente* de Bernardes (1986) essa concepção fica ainda mais clara, ao afirmar que

Naqueles tempos, as regalias que um fazendeiro tinha junto dos grandes do mando eram medidas pelo tanto de homens que ele pudesse levantar em armas ou para dar voto. Peonada que ele tivesse para arregimentar de um dia para outro. Desse um grito no terreiro, quantos sabujos reunissem, assim como o caçador toca a buzina para ajuntar a cachorrada, era a medida do seu prestígio. (BERNARDES, 1986, p. 172)

O coronel que conseguia impor maior força física era o dono do lugar. Nesse caso, seo-Chiquinho teve que fugir por não conseguir enfrentar seus primos, contudo ao fugir para Goiás ele encontra novas terras para construir seu mandonismo. As terras livres ao oeste servem para que as populações de outras regiões encontrassem um lugar para começar de novo. Caso eles tivessem capacidade de promover violência em larga escala poderiam se tornar coronéis do lugar, mas se não tivessem esse capital simbólico e coercivo teriam que trabalhar como camponeses ou jagunços de outros senhores de gado. Os fazendeiros que conseguiam montar um bando armado assumiam o papel do Estado e iniciava a construção da cidade que ficava sobre a sua tutela. A construção da Igreja, da escola dos prédios públicos eram organizadas por esses coronéis que captavam a força de trabalho e os materiais da própria população local, mas em troca praticavam todo tipo de mandonismo que lhes desejassem. Esse modelo de fronteira, era uma característica da América Latina e por consequência do sertão goiano que se desenvolve como a “*fronteira da fronteira*”. (HENESSY, 1978; McCREERY, 2006)

A literatura da fronteira traz um relato da condição de *fronteira da fronteira* (McCreery, 2006), de um lugar ambivalente que a luta pelo poder se dava pela força. O isolamento das cidades e a pobreza patrimonial fortaleciam ainda mais aqueles que manuseavam melhor a força armada em Goiás. As palavras de Sant’Anna são bastante representativas da organização que em Goiás existia sobre a fronteira Goiás.

O relato tem como pano de fundo a colonização do sertão goiano, o genocídio dos índios, a escravidão dos negros e a hegemonia do homem branco, jamais ameaçada pelos nativos, e muito menos pelos africanos, apesar da valentia de certas tribos indígenas e do heroísmo de alguns

quilombolas. [...] é sobretudo a história de lutas de brancos (e o conceito de branco aqui é bem elástico, por conta da enorme miscigenação ocorrida em Goiás) contra brancos, pelo Poder. De uma luta incansável pelo poder. (SANT'ANNA, 2012, p. 17)

Essa literatura se apresenta como um elemento de lembranças, em que os escritores tentam reviver histórias ocorridas no universo rural nas páginas literárias do cenário de fronteira em Goiás. Toda aquela atmosfera social da época é lembrada trazendo ao leitor a sensação e o ambiente hostil do sertão que vigorava em Goiás. Essa literatura compõe uma narrativa da região atribuindo uma perspectiva de orientação no tempo ao goiano, por utilizar uma linguagem regionalista e narrar uma época que está na lembrança das pessoas.

3.2 – AS PERSONAGENS LITERATURA DA FRONTEIRA GOIÁS: JAGUNÇOS E POLICIAIS.

A literatura da lembrança remonta a época da fronteira Goiás. Os elementos descritos anteriormente constroem um cenário de violência extremada em uma época onde o estado era dominado por agentes que eram altamente familiarizados com a violência. Essas representações são bastante significativas por constituírem uma narrativa de experiência no tempo, considerando que a ficção possui a vantagem de personificar seus agentes sem necessariamente envolver figuras reais em suas tramas. Esse artifício traz mais coerência a narrativa e possibilita entender como esses escritores pensaram a época por meio de modelos descritos em suas obras.

Os agentes da violência em Goiás podem ser destacados em duas categorias que possibilitam entender a dinâmica social da época; o jagunço e o policial. Eles se constituem como personagens e figuras simbólicas que personificam o cenário de fronteira. No enredo da fronteira, eles apresentam papel primordial para conjecturar sobre a estrutura simbólica da época.

O jagunço é um dos elementos mais importantes para se entender a fronteira Goiás que transparece nessas obras literárias. Sinônimos de valentia e bandidagem eles eram as figuras mais temidas em Goiás. Não tinham nada a perder, não possuíam família ou laços de amizade. Traziam o “corpo fechado”, não temendo matar ou morrer. Geralmente eram contratados por coronéis da época que utilizavam de seus serviços para se protegerem ou para se imporem socialmente.

Jirumim, um deles, reconta para quem quiser ouvir, que os cabras de seo-Chiquinho Vigilato levavam os desavisados altas horas da noite e, no porto do Jenipapo, faziam o serviço. Depois amaravam uma pedra na cintura do defunto, jogavam no poço. E eu digo que, daí um pedaço, já não era para estar existindo nadinha mais dos cadáveres. (BERNARDES, 1995, p.29)

Nesse trecho do romance de Bernardes (1995) é bem visível a utilização dos jagunços como mão de obra do coronel. Os problemas pessoais dos coronéis eram resolvidos a bala pelos jagunços, que imponham à força a ordem coronelista vigente. A contratação desse tipo de mão de obra era um elemento primordial e o jagunço passa a ser um trabalhador essencial da fronteira, ocupando ponto de destaque em relação a outros atores da fronteira. Mas as contratações desses sujeitos não eram apenas para imposição de força, mas também para proteção dos negócios e bens do coronel.

Aliás, foi um ato de pura valentia que o colocou nas boas graças do coronel. Zeferino, nesse tempo, era ainda um simples camarada. Um bando de cigano assaltou a vila para roubar. Todos os habitantes, homens e mulheres, estavam acovardados, entregando o que possuíam, sem resistência. O coronel fechou a loja e procurou jeito de se esconder nalguma parte. E foi então que Zeferino resolveu agir. De posse de uma carabina começou a dar tiros, matou um cigano e pôs os demais em debandada. [...] – Cabra sarado! – brandou o coronel Deodato, muito orgulhoso daquela façanha. E promoveu-o a capataz, com um ordenado que não era lá grande coisa mas ainda era motivo de inveja para muita gente. (BRITTO, 1969, p. 93)

No conto “Antes surrado do que enterrado”, que está presente na coletânea *Terras Barbaras* de Francisco de Britto (1969), o jagunço aparece como um antigo camponês que foi promovido a capataz de um coronel. Nesse caso, Zeferino, que é o personagem principal, é apresentado como um sujeito simples, mas que possuía bastante valentia e coragem para enfrentar os duelos na fronteira. O jagunço tinha a função de proteger o coronel/tropeiro durante as viagens de tropas e boiadas. Esse trecho demonstra claramente uma certa hierarquia social na fronteira, onde o jagunço estaria em um patamar superior ao camponês e o elemento que o permitiu galgar essa posição foi a capacidade de utilizar violência.

Contudo o sujeito contratado deveria possuir características essenciais para confirmá-lo como apto para a trabalho. Essas prerrogativas os gabaritavam como um bom capanga. Como alerta Francisco Britto (1969) no conto “Justiça de Caboclo” da mesma coletânea. “Êsse Quinca Leite era tutanquebra da terra, homem de confiança do coronel Virgilino, que era o dono do lugar. Só o nome dele fazia a gente tremer de medo. A conversa era que êle já carregava mais de uma dúzia de almas na cacunda”. (BRITTO, 1969, p. 126)

Mas, para ser considerado um sujeito perigoso não bastava apenas cometer atos ferozes ou massacres. Eles deviam cuidar de sua reputação e aparência diante da comunidade. Quanto mais amedrontadores e perigosos esses sujeitos se apresentassem, maior o respeito e consideração. Sant’Anna (2012) ao narrar um conflito entre duas famílias poderosas de Catalão descreveu a chegada dos jagunços contratados para um combate que foi travado na cidade. Nesse trecho podemos observar elementos importantes para pensar como esses sujeitos foram representados nas produções literárias da época.

Cada vez que um deles surgia a cavalo na cidade, os moradores, através das janelas entreabertas de suas casas, avaliavam sua periculosidade e macheza. Quem entrava a trote, mão direita na rédea, mão esquerda solta no ar, mirada fixa no horizonte, para mostrar que não temia ninguém, era perigoso. Logo se ficava sabendo o nome do homem. Já os representantes comerciais vinham de cabeça baixa, morrendo de medo, as duas mãos nas rédeas, demonstrando que não estavam preparados para sacar suas armas. (SANT’ANNA, 2012, p. 69)

A valentia dos jagunços não era vista apenas por seus atos, mas tinham que assumir uma postura diante da sociedade. A representação do jagunço contava bastante para se impor socialmente. Eles deviam se apresentar e demonstrar as suas características básicas como pistoleiro. No caso acima o jagunço aparece com uma postura típica ao montar no cavalo, demonstrando a sua valentia e coragem. Essa atitude do jagunço está associada a credence popular em que a representação desse sujeito estava geralmente associada a práticas de magia e feitiçaria que “fechavam” o seu corpo e não os permitiam morrer. Esse ideal é claramente visível no romance de Bernardo Élis.

– Jagunço é bicho custoso de morrer. Para tiro ofender jagunço, só se ele estiver com os pés no ar, por riba de uma cerca, passando numa ponte. Não viram José Dias, de Boa Vista? Tinha estado em muitas batalhas, mais de uma vez recebeu tiro à queima-roupa e nunca não teve nada. Quebrou uma perna, mas foi de uma rodada do rosilho que ele montava nele. (ÉLIS, 1974, p. 200)

O jagunço se tornou uma imagem bem destacada nas representações da fronteira goiana. Primordialmente por estar associado com aquele sujeito que não morre por ter o corpo fechado. Os jagunços eram a representação simbólica do anti-herói, uma personagem meio homem e meio mito. Eles eram nas narrativas de fronteira os guerreiros mais sanguinolentos. O fato dele ter o seu corpo fechado criava no conjunto simbólico da época a imagem de um indivíduo imbatível e por isso ele se tornou um elemento com tanta repercussão no período.

Essa prática de feitiçaria e magia do jagunço, também, está associado ao fato dele ser um sujeito miscigenado, meio branco, meio negro e meio indígena.

Essa quadrilha aterrorizou por muito tempo o sudoeste goiano e o Triângulo Mineiro. Além de jagunços de aluguel, eles eram assaltantes de estradas, ladrões de gado e de cavalos. Descendiam de índios. Muita gente considerava o chefe do bando, um matador chamado Afonso, o homem mais valente do Além-Paranaíba. [...] Acobertado por coronéis da região, para os quais alugava seus serviços, o Índio Afonso se valia da proteção de seus mandatários para matar também desafetos pessoais. Contando inimigos e vítimas de encomenda, seu bando contabilizou dezenas de mortes. (SANT'ANNA, 2012, p.51-52)

Nas palavras de Sant'Anna, o maior matador de Catalão era o Índio Afonso, que teria herdado de seus descendentes caiapós o gosto pelo combate. Os grupos indígenas em Goiás são geralmente lembrados pela resistência a dominação dos colonizadores e a imagem de violência e valentia desses grupos permaneceram nesse ideal. Os maiores jagunços da época eram os pertencentes de antigos grupos indígenas ou dos remanescentes de sociedade quilombolas, que encontraram na jagunçagem um meio para sobreviver em uma região de fronteira.

Porém, em Pedro Afonso existia o negro Supriano que tinha pautado com o cão, homem tão fechado que Roberto Dourado haveria encomendado uma bala de prata virgem, fundida na Sexta-Feira da Paixão, com duas cruzes gravadas, mode ofender o espiritado. (ÉLIS, 1974, p. 169)

Élis (1974) reproduz o caso do jagunço Supriano, em um conflito ocorrido antes da Chacina de São José do Duro. Ele narra a fala de um policial que discute o fato do chefe dos jagunços, Roberto Dourado, (que em seguida invadiria a vila de São José do Duro) não ter conseguido sair vitorioso em um de seus confrontos. Contudo, esse fato só ocorreu por causa de um outro jagunço que era oponente de Roberto Dourado, “o negro Supriano”, que, como foi narrado, tinha até um pacto com o diabo. O sobrenatural da narrativa reproduz o mito de valentia das religiosidades caboclas e africanas. A utilização desse imaginário religioso reforça ainda mais o temor dos habitantes do sertão diante das representações das ações dos jagunços.

O Jagunço geralmente aparece como um elemento ambivalente, que amedronta a população local, mas também pode se voltar contra os poderosos. A sua imagem não inspirava confiança e a sua fraqueza de caráter se revela na iminência do combate. Essa era a regra moral da fronteira, a força da carabina.

Quando ele veio, trouxe uns cabras de má fama, e os que ainda restam por aí vivos contam que, no fim do tempo, até poucos anos atrás, uns poucos deles ainda apareciam e faziam seo-Chiquinho, antigo patrão, soltar bonificações pra eles, jurando arrebanhar gado seu, se ele não amolecesse as importâncias exigidas. (BERNARDES, 1995, p. 29)

Os coronéis, corriam o risco do contato com os jagunços, podendo, muitas vezes, tornarem-se vítima dos mesmos. Nesse caso o ex-coronel seo-Chiquinho que já estava debilitado foi constantemente sendo extorquido por seus antigos capangas. Essa ambivalência dos jagunços fazia com que a população tivesse ainda mais receio deles. Esses levantes não possuíam um código de honra e não seguiam nenhum preceito que permitisse ser classificados como indivíduos confiáveis. Dessa forma, o medo em relação ao jagunço transparecia da seguinte maneira.

O pessoal em torno permanecia em silêncio, imaginando o ataque dos bandidos, imaginando como seria terrível ter que lutar com os homens embriagados, com aqueles que tinham o corpo fechado, que davam tiro aos pinotes, feito uns grilos. Jagunçada era gente muito acostumada com luta e diziam que tinha muita gente, era três dobros de soldados, tudo com Winchester nova, com bala boa. Ah, ninguém registia! Ali era tentar o fogo para dar tempo de fugir. Soldado João Ferreira que não era bobo, tratou de desertar, de abrir o pala enquanto era tempo. É verdade que outro soldado que desguaritou, será que era deserção? viu muito jagunço e voltou com medo de morrer. (ÉLIS, 1974, p. 203)

A imagem do Jagunço transparece de diversas óticas e torna-se um personagem representativo da fronteira em Goiás. Um sujeito aterrorizador que não possuía código ou moral, que vivia embriagado e resolvia os seus problemas a bala ou na faca. Ele é representado como a própria ambivalência do lugar, que tinha “o corpo fechado” e não podia morrer e que miliciava para quem lhe pagava a maior quantia. Ele não se apegava em família ou possuía laços afetivos e por isso estava sempre pronto para morrer.

Essa imagem do jagunço é bastante representativa da própria imagem do policial na fronteira. Oliveira (2006) acredita em uma imagem negativa do policial por ser um sujeito familiarizado com a violência. Contudo a literatura da relembração traz duas imagens antagônicas do policial. A primeira imagem do policial é do sujeito desprovido de coragem em frente ao perigo do jagunço e que é ridicularizado pela população. No conto “conversa de garimpeiro” de Francisco Britto (1969) é narrado um caso em que um garimpeiro encontra

uma pedra de diamante e resolve pagar uma rodada de cachaça aos amigos na venda da região. No momento em que todos estão confraternizando e contando sobre os seus causos de faiscação, entra um policial que adere a conversa. Ele participa e conta causos de seu avô, no garimpo. Contudo, em meio as brincadeiras, o policial se desentende e ameaça prender os seus companheiros, utilizando sua autoridade como critério de superioridade.

Quiseram acalmá-lo, dizendo que aquilo não significava nenhum menosprezo à sua pessoa. Mas o homem estava extremamente irritado. Não admitia desaforo, desrespeito à autoridade. E quanto mais davam explicações mais êle esbravejava. [...] – Têje prêso – brandou afinal para o Valdevino, ensaiando sacar o revólver. [...] Formou-se um rôlo medonho no espaço acanhado, com o polícia cercando a saída, cada qual querendo proteger-se contra sua fúria. [...] – Levo todo mundo p'ra cadeia, cambada! [...] Nesse instante João Donato, amarelo e miudinho, destacou-se do grupo e rápido, aplicou-lhe uma rasteira. [...] O representante da lei rodopiou, perdeu o equilíbrio e estatelou-se no chão encharcado de cuspe. Quando se pôs de pé viu somente o vendeiro que calmamente recolhia os copos e as garrafas vazias. (BRITTO, 1969, p. 158)

O conto edifica uma imagem do policial sem reconhecimento na região. Um sujeito que já tinha tentado a vida no garimpo e não deu certo e que viu na carreira militar uma forma de ganhar a vida. Contudo, naquela região, ele não possuía autoridade suficiente para se impor socialmente e acaba sendo ridicularizado pelos garimpeiros. A desconfiança em relação a polícia também estava associada a sua ineficiência. E a conduta que muitos policiais tinham diante da sociedade, muito policiais permaneciam constantemente bêbados, em lugares de jogatina ou em prostíbulo o que trazia uma imagem pejorativa para o batalhão de polícia.

Como se tratava do único prisioneiro da cadeia pública, apenas dois soldados guarneciam o prédio. O tenente, comandante do destacamento, o sargento e os outros seis praças espalhavam-se pela cidade, uns poucos policiando os locais mais movimentados, a maioria bebendo cachaça nas vendas e botequins, farreando na zona ou se divertindo em algum pagode. (SANT'ANNA, 2012, p. 23)

Contudo não eram todos os policiais que transpareciam essa imagem negativada ou de ineficiência. Alguns queriam ganhar a vida como policiais e por isso se dedicavam a esse trabalho que se tornava uma maneira de conseguir atingir um patamar melhor que de um camponês ou trabalhador braçal. Bernardes (1995) conta a história de um dos soldados de Santa Rita. Ele era um sujeito simples que gostava de trabalho braçal, contudo essa profissão não rendia financeiramente. Dessa forma, o policial nunca largou a profissão por ser a sua principal fonte financeira, contudo o trabalho braçal servia para completar o orçamento.

Todo mundo admira dele ser soldado e trabalhar em serviço braçal, como fosse paisano. Numa conversa nossa, fazendo quilo do almoço, certa vez, ele falou que tinha esperanças de arrumar uma moça, casar, ter casa de sua, suas plantações, independente. Dar baixa da polícia, largar de ser soldado, me disse que não pretendia; queria ficar assim; na farda, e fora daí fazer outros serviços. O ganhamo como braçal é pouco, mesmo assim dá boa achega no vencimento do soldo. (BERNARDES, 1995, p. 89)

Esse policial de Bernardes sempre permaneceu no mesmo patamar, pois ele era um sujeito simples, que nunca foi familiarizado com a violência. Desse modo, ele não conseguia subir na sua carreira militar. Contudo, para realmente ter sucesso profissional como soldado deveria ser altamente familiarizado com a violência para combater os jagunços da época. Um bom soldado na fronteira deveria ser valente e cumpridor de ordens dos coronéis. No conto “a enxada” de Bernardo Élis (1979) a desconfiança em relação ao policial prevalecia. “Soldado para ela tinha parte com o sujo. Era nação de gente que metia medo pela ruindade. Soldado não podia ser filho de Deus. Nem convidou para desapear. “Que deus me livre de um trem desse entrar no meu rancho!”” (ÉLIS, 1979, p.54) Esses pensamentos são da mulher de Supriano, camponês sitiante que devia para um coronel da região. Esse relato antecede o assassinato dele, onde os policiais foram executar as ordens do coronel. A imagem dos policiais está associada ao jagunço, não apenas por combater-los, mas por diversas vezes assumir a sua própria função. Em diversas vezes os policiais eram retratados com capangas dos próprios coronéis.

O antagonismo da imagem do policial também é ressaltado por Bernardes (1995) que trouxe a mesma situação descrita nas linhas acima. “Para dizer a verdade eu não podia, mas o meu pensar era o mesmo: asco de andar em companhia de meganha, ainda mais aquele que tinha me desfeitoado, mesmo lá pro mato, ninguém vendo.” (BERNARDES, 1995, p. 67). Os pensamentos de Estevo, personagem/narrador da obra de Bernardes (1995), partilhava as mesmas impressões que a mulher de Supriano, no conto de Élis (1979). Para ele, policial não transmitia uma imagem de ordem e justiça social, eles eram considerados mercenários que se vendiam aos coronéis da época. Dessa maneira, os autores da literatura da fronteira representaram a população com desconfiança em relação a polícia, por em diversos casos cumprirem as ordens coronéis e servirem com jagunços fardados.

Esses dois modelos de personagens, jagunços e policiais, são tipos sociais na fronteira Goiás. Na grande maioria das obras literárias que retratam a fronteira eles aparecem como agentes da violência. O cenário social da época é retratado utilizando esses sujeitos de uma

diversidade de formas, que tem como função demonstrar a periculosidade de se viver na fronteira. A literatura da relembração utiliza desses personagens para personificar os despotismos pastorais dos coronéis do sertão ao relatar o “mundão brabo de Goiás”.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos a violência na fronteira Goiás nos defrontamos com uma série de questionamentos que formaram as bases norteadoras dessa pesquisa. Pensar a violência nos anos iniciais do século XX foi realmente algo desafiador, principalmente diante de tantas pesquisas de autores consagrados do pensamento social em Goiás, como os de Palacin (1990), Itami Campos (2003) e Dalva Souza (2006). Contudo, queríamos entender a violência não apenas pelas bases estruturais da sociedade goiana, pois acreditamos nela como um aspecto cultural inerente ao período.

O conceito de fronteira foi um dos aspectos relevantes da pesquisa, em que o interpretamos como uma condição histórica e social que se desenvolveu em Goiás e não unicamente como um processo de expansão do capitalismo. Dentro dessa abordagem, podemos pensar a violência como um elemento privilegiado na análise que possibilitou explicar a organização social da época. O entendimento de que a inexistência de uma economia de mercado e a desmonetização da sociedade gerou uma nova forma de poder em Goiás foi uma das reflexões de maior importância, pois assim podemos conjecturar que a capacidade de utilização da violência foi um fator extremamente importante para a configuração social da época.

Diante da análise de relatos da vida de Catulino, um dos membros da restrita classe média urbana na fronteira Goiás, foi possível entender as diferentes facetas da violência. Em grande parte dos estudos estruturais podemos observar a dinâmica da violência em dois polos. De um lado as classes dominantes, que apesar de ser uma pequena minoria, eram os que controlavam os meios de produção e por isso eram os responsáveis por um processo de coerção social que em bases gerais reprimiam as classes subalternas. Por outro lado as massas populares que ao não resistir a essa opressão se levantam em momentos distintos contra seus opressores. A intenção desse trabalho não é invalidar essas visões, mas procurar um outro ponto de vista que permita observar minúcias que essas visões macro não possibilitam. Pois, assim como Jacques Revel, acreditamos que

“Colocar o problema nesses termos significa recusar pensá-lo em termos simples, de força/fraqueza, autoridade/resistência, centro/periferia, deslocar a análise para os fenômenos de circulação, de negociação, de apropriação em todos os níveis.” (REVEL, 1998, p.29-30).

A análise da vida de Catulino demonstrou que a violência não foi utilizada apenas para benefícios dos donos do poder. Mas que a própria população a utilizava para os seus interesses. Dessa forma, foi possível pensar a violência como um dos elementos do regimento cultural do planalto central, que possuía um código de regras que apresenta uma força tão devastadora que delimita as ações sociais. A violência é uma das causas e, também, um dos efeitos dos próprios conflitos na fronteira.

Essas observações são oriundas de uma variação na escala de observação, pois ao analisar os relatos da vida de Catulino e o contexto social no qual ele estava inerte foi possível entender a violência como uma expressão típica das sensibilidades individuais na fronteira e assim pensar nesse código de valentia e virilidade.

A rigor, a preocupação com as sensibilidades da História Cultural trouxe para os domínios de Clio a questão do indivíduo, da subjetividade e das histórias de vida. Não mais, contudo, uma história biográfica, dos grandes vultos da História, mas muito mais biografias de gente simples, da gente sem importância, dos subalternos. Uma história de indivíduos que deriva, assim, de uma história social renovada: do estudo dos pobres, dos subalternos enquanto classe ou grupo, detentores de uma expressão cultural dita popular, passou-se a uma história de vida das pessoas humildes, na qual possam ser surpreendidos os sentimentos, as sensações, as emoções, os valores. (PESAVENTO, 2004, p.56).

A literatura da fronteira, que foi retratada nessa pesquisa também teve papel importante para entendermos essas sensibilidades, esses códigos de valentia e coragem. A literatura como uma narrativa da região permitiu enxergarmos a sua atmosfera social e entender a violência como um aspecto constituinte da fronteira goiana. A partir dessas representações literárias foi possível concluir que a literatura de fronteira constrói uma narrativa para interpretação da fronteira como a época mais violenta da região. Em todas as obras analisadas é perceptível a utilização da violência e toda a construção cultural dela e que a definem como uma *fronteira da fronteira* (McCREERY, 2006).

Contudo, como foi dito anteriormente, esse trabalho ainda deixou muitas lacunas que não foram preenchidas. Sobre a vida de Catulino não encontramos relatos de sua vida privada, sabemos apenas que ele foi casado, mas não temos a informação se teve filhos. Também não descobrimos o ano e as causas de sua morte, ou como foi a sua vida após se tornar uma agente sanitária. Talvez essas informações possam possibilitar outras interpretações que revele ainda mais sobre a fronteira em Goiás.

O processo de formação de constituição da Força Pública em Goiás poderá ser outro elemento melhor trabalhado em uma continuação da pesquisa. Não nos aprofundamos em

refletir sobre essa questão por dedicar a outros elementos que trariam maior relevância para as propostas desse trabalho.

A ampliação das discussões da literatura da fronteira é uma outra abordagem que ainda pretendemos realizar. Um enfoque mais amplo da temática e das obras literárias poderá trazer novos questionamentos e novas conclusões sobre as representações da fronteira em Goiás. Contudo, esse não é um trabalho que se finalizou completamente. Pretendemos futuramente retomar esses apontamentos no intuito de entender de maneira mais sistematizada a fronteira de sangue e as suas representações históricas e literárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AIRES, Voltaire Wolney. *Abílio Wolney, suas glórias, suas dores...*
- AIRES NETO, Abílio Wolney. *O diário de Abílio Wolney*. Anápolis: Edição do autor, 2002.
- _____. *O Duro e a intervenção federal*. Anápolis: Edição do autor, 2003.
- AMARAL, Miriam Bianca Ribeiro. “*Memória, família e poder. História de uma permanência política – os Caiado em Goiás.*” In. CHAUL, Nasr Fayad. *Coronelismo em Goiás: estudo de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em História/Kelps, 1998: 209-329.
- ARENDT, Hannah. *Eichmman em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARTIAGA, Zoroastro. *História de Goiás*. Goiânia: 1961.
- AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. *Exércitos e guerras: uma brecha no coração do modelo viril?* In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; GEORGES, Vigarello. (org.) *História da virilidade: a virilidade em crise?* Petrópolis: Vozes, 2013.
- ÁVILA, Arthur Lima. *Da história da fronteira à história do Oeste: fragmentação e crise na Western history norte-americana no século XX*. História Unisinos. 13 (1), Janeiro/Abril 2009, pp. 78-83
- BERNARDES, Carmo. *Quarto Crescente. (Relembração)*. Goiânia: UFG e ECG, 1986.
- _____. *Santa Rita*. Goiânia: UFG, 1995.
- BERTAUD, Jean-Paul. *A virilidade militar*. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; GEORGES, Vigarello. (org.). *História da virilidade: o triunfo da virilidade*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BORGES, Barsanufio Gomide. *O despertar dos dormentes*. Goiânia: UFG, 1990.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRITTO, Francisco de. *Memórias de outro tempo: 1904-1959*. Goiânia: Editora e gráfica Abertura, 1980.
- _____. *Terras Bárbaras*. Goiânia: Imprensa da Universidade Federal de Goiás, 1969.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: UFG, 2003. _____. *Política Agrária, uma proposta de análise*. Revista do ICHL, 2(1), Jan/jun, 1982. pp. 129- 158.
- _____. *Questões agrária*. Goiânia: Kelps, 2012.

CAMPOS, Francisco Itami; SILVA, Sandro Dutra. *Coronéis e camponeses: a fronteira da fronteira e a tese da “ficção geográfica” em Goiás*. In: SILVA, Sandro Dutra, et al. *Fronteira cerrado: sociedade e natureza no oeste do Brasil*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013.

CAMPOS, Onaldo. *Rio Verde Histórico*. São Paulo: Edigraf, 1971.

CARVALHO, Maria Meire de. *Em Goiás como em Canudos: Santa Dica – A conselheira de saia*. Estudos, Goiânia, v.30, n 12, 2003. pp. 2719-2730.

CHAUL, Nasr Fayad. *Coronelismo em Goiás: estudo de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em História/Kelps, 1998: 209-329.

_____. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da UFG, 2010.

COELHO, Guilherme F. *Expedições históricas nos sertões de Goyaz: São José do Duro*. Goiânia: ICBC, 2008.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; GEORGES, Vigarello. (org.). *História da virilidade: a virilidade em crise?* Petrópolis: Vozes, 2013.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; GEORGES, Vigarello. (org.). *História da virilidade: o triunfo da virilidade*. Petrópolis: Vozes, 2013.

CORMINEIRO, Olivia Macedo Miranda. *Encontros de história e literatura: a narrativa carmobernardiana e as práticas culturais dos sertanejos - norte de goiás e sul do maranhão (1900-1940)*. In: Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver - Sentir – Narrar, 6, Teresina, 2012. Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver - Sentir – Narrar, Teresina, 2012. Disponível em: <<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Olivia%20Macedo%20Miranda%20Cormineiro.pdf>> Acessado em: 08 de maio de 2014.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

ÉLIS, Bernardo. *O Tronco*. São Paulo: editoras José Olympio, Civilização Brasileira e Três, 1974.

_____. *Veranicos de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1979.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2004.

FAUSTO, Bóris. *O Crime do Restaurante Chinês – Carnaval, Futebol e Justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERREIRA, Gracy Tadeu da Silva. *O coronelismo em Goiás (1989-1930): as construções feitas do fenômeno pela história e literatura*. In: CHAUL, Nasr Fayad. *Coronelismo em Goiás: estudo de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em História/Kelps, 1998: p. 47-120.

FRANCO, José Luiz de Andrade, et al. *História ambiental: fronteiras, recursos e conservação da natureza*. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e paixão: a saga dos Caiado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

_____. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

HENNESSY, Alistair. *The Frontier in Latin American History*. London: Edward Arnold, 1978

HOBBSAWN, Eric John. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia, Cegraf/UFG, 1990.

MAGALHÃES, Carlos Pereira de. *Cartas de Goiás no princípio do século XX*. São Paulo: Editora De Letra em Letra, 2004.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo; Cortez, 2006

McCREEY, David. *Frontier Goiás 1822-1889*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

MOURA, Antônio José. *Sete léguas de paraíso*. São Paulo: Global, 1989.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. *Tudo o mais é paisagem: Representações da Natureza na cultura Brasileira*. São Paulo: Tese de doutorado apresentada na USP, 2002.

NASH, Roderick Frazier. *Wilderness and the American Mind*. Fourth Edition Yale University Press, 2001.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *História do medo e das Catástrofes em Goiás*. Brasília: Tese de doutorado apresentada na UNB, 2006.

_____. *Chacinas, Combates & Massacres*. Medo e violência em Goiás. Goiânia: PUC – GO / Kelps, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representação da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2000.

PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da História ambiental*. In: FRANCO, José Luiz de Andrade, et al. *História ambiental: fronteiras, recursos e conservação da natureza*. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.

PALACIN, Luís; CHAUL, Nasr, Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. *História Política de Catalão*. Goiânia: UFG, 1994

PALACIN, Luís. *Coronelismo no extremo norte de Goiás*. Goiânia, UFG; São Paulo: Loyola, 1990.

_____. *O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. Goiânia: Ed da UCG, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. *Quinta-feira sangrenta*. 1979.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás Afora*. Goiânia, P. D. Araújo – Livraria E. Cultura Goiana, 1974.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Tradução de Regina Regis Junqueira. São Paulo: USP, 1975.

SANT'ANNA, Ivan. *Herança de sangue: um faroeste brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Sandro Dutra, et al. *Fronteira cerrado: sociedade e natureza no oeste do Brasil*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013.

_____. *O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia Belém-Brasília*. Fronteiras Revista Catarinense de História, Florianópolis, 2014, n. 23, pp 21-36.

_____. et al. *Fronteira, História e Natureza: a construção simbólica do Oeste Brasileiro (1930-1940)*. Revista de História Iberoamericana, 2014, v. 7, n. 2.

SILVA, Vera Maria Tietzmann. *O conto contemporâneo em Goiás*. In: SILVA, Vera Maria Tietzmann; TURCHI, Maria Zaira. (org.) *Antologia do conto goiano II. O conto contemporâneo*. Goiânia, 1994. p. 11- 20.

SILVA, Vera Maria Tietzmann; TURCHI, Maria Zaira. (org.) *Antologia do conto goiano II. O conto contemporâneo*. Goiânia, 1994. p. 11- 20.

SOUZA, Cibele. *História da Polícia Militar de Goiás*. In: O Anhanguera. Goiânia: Polícia Militar do Estado de Goiás, ano I, nº. 1, 1999.

SOUZA, Dalva Borges. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias; auto-biografia*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1973.

THAYDE, Tristão de [Alceu Amoroso Lima]. *Regionalismo Universalista*. Remate de Males, 17, 1997, pp. 123-124.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. Mineola, New York: Dover Publications, Inc., 2010.

VASCONCELLOS, Lauro de. *Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo*. Goiânia, CEGRAF/UFG, 1991.

VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sergio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WORSTER, Donald. *A natureza e a desordem da história*. In: FRANCO, José Luiz de Andrade, et al. *História ambiental: fronteiras, recursos e conservação da natureza*. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.

_____. *Para fazer História ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 4, nº 8, 1991. pp. 198-215.

FONTES

- *Batalhão de Polícia – Registro de boletins expedidos. 1924-1925*. In: Arquivo Histórico Estadual.
- *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil, nº 10-12, ano 02, de 1873*. In: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>
- *Caderno para se detalhar o serviço de guarnição e publicação das ordens expedidas a força pública. Ano de 1915*. In: Arquivo Histórico Estadual de Goiás
- *Caderno para se detalhar o serviço de guarnição e publicação das ordens expedidas a força pública. Manuscrito. Ano de 1918*. In: Arquivo Histórico Estadual de Goiás
- *Correio Oficial de Goyaz, nº 1828, anno 75, de quinta-feira, 29 de janeiro de 1931*. In: Arquivo Histórico Estadual.
- *Diário Oficial do estado de Goiás, nº 6919, ano 116, de sábado, 8 de agosto de 1953*. In: Arquivo Histórico Estadual
- *Documentos Diversos. Rio Verde nº 10 e 11*. In: Arquivo Histórico Estadual.
- *Força Pública – Movimento durante o ano de 1919*. In: Arquivo Histórico Estadual.
- *Gazeta Oficial de Goyaz, nº 47, anno 1, de sexta feira, 24 de dezembro de 1858*. In: Arquivo Histórico Estadual.
- *Inquérito caso Abílio Wolney, 1919*. In: Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Acervo municipal, Dianópolis, Caixa 06.
- *Mensagem de 15 de novembro de 1891*. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u196/000001.html>
- *Mensagem do presidente do Estado de Goiás João Alves de Castro de 13 de maio de 1919*. In: www.crl.edu/brazil/provincial/go%ADas
- *O Democrata. Relação de Jornais, nº 17 e 18*. In: Arquivo Histórico Estadual de Goiás –
- *Ofícios da 2ª secção da Secretaria de Segurança Pública*. In: Arquivo Histórico Estadual

- *Relação de Conduta dos ofícios e interiores do Batalhão, 1918.* In: Arquivo Histórico Estadual de Goiás.
- *Regulamento da Força Pública do estado de Goiás. 1892.* In: Arquivo Histórico Estadual.
- *Regulamento da Força Pública do estado de Goiás. 1897.* In: Arquivo Histórico Estadual.
- *Regulamento para a companhia Policial. 1879.* In: Arquivo Histórico Estadual.
- *Regulamento para a Força Pública do estado de Goyaz. 1926.* In: Arquivo Histórico Estadual - *Secretaria de Governo – Livro das ordens da presidência do Governo para se detalhar o serviço de guarnição e publicação das ordens expedidas À Força Pública. 1919.* In: Arquivo Histórico Estadual
- *Secretaria do Bathalhão de Polícia – Relação de Conduta dos officiais e interiores do Batalhão. 1918.* In: Arquivo Histórico Estadual.
- *Secretaria do Governo – Livro de registro de ordens expedidas a Força Pública. 1924-1925.* In: Arquivo Histórico Estadual
- *Secretaria do Governo – Registro dos detalhes e ordens do dia expedidas pela sala da presidência à Força Pública. (1 de novembro 1917).* In: Arquivo Histórico Estadual.
- *Segurança Pública – ofícios – (julho a setembro). 2ª Secção. 1925.* In: Arquivo Histórico Estadual
- *Relação de conduta dos officiais deste batalhão durante o ano de 1925.* In: Arquivo Histórico Estadual
- *Relatório do Batalhão de polícia de Goiás. 1919.* In: Arquivo Histórico Estadual.